



Música
Mi ki é Chico
D'Ina

Págs. 6 e 7 in ETC



Governo **fracassa** no combate às **armas e munições**

Págs. 2 e 4

Economia

Sustentabilidade e inovação marcam os 25 anos do Interatlântico

Págs. 14 a 18

Sociedade

Avaria no scanner no Porto da Praia atrasa entrega de pequenas encomendas

Pág. 6

Divulgação/Ensino

Cabo Verde epicentro da capacitação de recursos humanos para a África Ocidental

Pág. 7



A festa das Olimpíadas chega à Cidade-Luz

Págs. 2 a 4 in ETC

Snoop Crioulo



Pág. 27

Governo fracassa no combate às armas e munições

As armas ligeiras e de pequeno calibre, e suas munições, continuam a proliferar nos principais centros urbanos do país, com realce para a cidade da Praia. Os crimes violentos e os assaltos à mão armada, que acontecem com alguma frequência, são sinais de que esse fenómeno ligado a armas de fogo não se resolve apenas com novas leis, ou de campanhas pontuais de entrega voluntária de armas (ver xxx).

Mesmo depois da introdução de uma nova lei, em Julho do ano passado, que agravou as penas em relação ao uso ilegal de armas de fogo e que também reforçou os procedimentos para o seu licenciamento, é notório uma certa ostentação, por parte de determinados indivíduos, de pistolas de pequeno calibre ou de calibre bem superior, considerados armas de guerra. Isto sem falar dos tradicionais “boka bedju”, de fabrico artesanal, utilizado para pequenos assaltos.

Leis bonitas

De acordo com um especialista em matéria de segurança, ouvido pelo A NAÇÃO, “de nada valem leis bonitas, mas de eficácia duvidosa”. Como refere, “as leis devem estar em consonância com a realidade existente no país”, porquanto, “não é apenas com rusgas esporádicas, que redundam na apreensão de dois ou três ‘boka bedju’ e algumas armas bran-



A nova lei de armas, publicada no ano passado, reforçou os procedimentos para a obtenção de licença para o uso e porte de armas. Mas só a lei não chega para recolher as armas de fogo que circulam ilegalmente no país. Além de rusgas esporádicas, um especialista considera que é preciso dotar a PN de um serviço de inteligência “forte” e com meios operacionais para “atacar” os traficantes e as oficinas que fabricam “boka bedju”. A isso soma-se um maior cerco à importação ilegal de armas e munições.

Daniel Almeida

cas, é que se resolvem esse problema crónico”.

Segundo o nosso interlocutor, é preciso formar operacionais com capacidade técnica para lidar com o fenómeno e criar um serviço de inteligência capaz de antecipar os acontecimentos e fornecer informações que conduzam à apreensão de centenas ou mesmo milhares de armas de fogo que circulam no país. “Rusgas esporádicas e sem qualquer tipo de coordenação não é suficiente para dar combate a o fenómeno da proliferação de armas

e munições”, adverte.

“Armas sem munições não servem para nada”, realça a nossa fonte que considera que é preciso dar um combate sem tréguas a entrada, nos portos e aeroportos, de munições de diversos calibres. E muitas dessas munições servem para ‘alimentar’ os boka bedju”.

Outras estratégias

As munições têm chegado a Cabo Verde em bidões e outro tipo de cargas oriundas da Europa e dos Estados Unidos

da América, dissimuladas em roupas e géneros alimentícios. Os meliantes começam a utilizar outras estratégias, como aconteceu esta semana, na Praia, com a apreensão de centenas de munições escondidas numa viatura proveniente de Lisboa.

De acordo com um comunicado da Polícia Nacional, o Departamento da Polícia Fiscal apreendeu, esta terça-feira, 23, um veículo com 585 munições no Porto da Praia. Essas munições são utilizadas para arma de fogo de cano longo, de

calibres 12 e 36, normalmente utilizadas em armas de fabrico artesanal, denominado “boka bedju”.

De acordo com a mesma fonte, as munições apreendidas, foram encontradas dissimuladas nas partes laterais e fundo da referida viatura, de tipo comercial, que fazia parte da carga de um contentor

Na sequência dessa operação, um indivíduo do sexo masculino, de 48 anos, de origem cabo-verdiana, com nacionalidade portuguesa e residente na Suíça e em Cabo Verde, foi detido por tráfico internacional de armas e será apresentado às autoridades judiciais nas próximas horas, para efeitos de aplicação de medida de coacção.

De Janeiro até à presente data, a Polícia Nacional, assegura ter já apreendido um total de 1.575 munições no Porto da Praia, importadas ilegalmente, provenientes da Europa.

Continua na página A4.



GARANTIA

SEGUROS



GARANTA QUE FAZ O QUE MAIS GOSTA SEM PREOCUPAÇÕES.

Quer a sua paixão seja correr, nadar ou até pintar, o importante é aproveitar esse tempo livre ao máximo. Por isso, criámos o Garantia Acidentes Pessoais Individual, um seguro que o protege nas atividades de lazer, quando os seguros obrigatórios não o cobrem. Assim, é garantido que desfruta do momento.

Juntos para que as paixões não parem.

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

garantia.cv



**GARANTIA
ACIDENTES
PESSOAIS
INDIVIDUAL**

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,
C.P. 138 - Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • www.garantia.cv
Telefone: (238) 260 86 00



**FIDELIDADE
SEGUROS
DESDE 1808**

Discrepâncias nas receitas de licenciamento de armas de fogo



Em 2022, de acordo com o parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado, houve uma “discrepância” entre o valor declarado pela Direcção Geral do Tesouro (DGT) e pela Polícia Nacional (PN), relativamente à taxa cobrada pela licença de uso e porte de arma de fogo.

A DGT, segundo uma fonte bem posicionada, apresentou o montante de 30 mil escudos proveniente da taxa arrecadada cobrada pela licença de uso e porte de arma de fogo, em 2022, de acordo com o que constava para o Orçamento do Estado para esse mesmo ano.

Contudo, essa “contabilidade” da DGT foi posta em causa pelos valores apresentados pela PN que ultrapassaram os 1250 contos, valores muito superiores ao or-

çamentado, o que demonstra que, em 2022, houve um aumento significativo de emissão de licenças de uso e porte de armas de fogo. Desse montante, a PN ficou com 55 por cento e o Tesouro com 45, correspondendo a 689 mil escudos e 560 contos, respectivamente.

Quebra nas receitas relativas a licenças

Porém, é bem provável que esse valor venha a baixar significativamente, tendo em conta que, com a aprovação da nova lei de armas, em 2023, foram reforçados os procedimentos para a obtenção de licença e autorização de aquisição de armas e de segmentar as atividades de armeiro, à luz das melhores práticas e recomendações internacionais.

De acordo com a Lei nº

21/X/2023, de 16 de Maio, o novo regime jurídico pretende regular um conjunto de actividades associadas. Entre outras medidas previstas, destaca-se o regime de licença para aquisição, detenção, uso e porte de armas e munições, bem como as normas de conduta de portadores de armas, aos exames de aptidão e títulos de aprovação, importação e exportação de armas e munições, ao cadastro e manifesto de armas e adequar o regime sancionatório.

Entre outras medidas, introduziu-se, igualmente, uma nova classificação relativa às armas e suas munições, de acordo com o grau de periculosidade e o fim a que se destinam, proibindo-se a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, o uso e o porte de armas, acessórios e munições da classe A. DA



Entrega voluntária de armas foi um fiasco

O Governo lançou em Junho de 2023, uma campanha de entrega voluntária de armas e munições, com a duração de um mês. Um despacho do ministro da Administração Interna, Paulo Rocha, na altura, apelava aos possuidores de armas de fogo e munições não autorizadas ou licenciadas a procederem à sua entrega voluntária a favor do Estado, em qualquer esquadra da Polícia Nacional (ou posto policial ou destacamento na dependência de uma Esquadra), não havendo nesse caso lugar a procedimento criminal.

Mesmo assim, esta segunda campanha teve uma fraca ou quase nula adesão, como aconteceu 10 anos antes quando a então ministra da Administração Interna, Marisa Morais tinha lançado uma cam-

nha similar.

Desta segunda campanha não foram publicados os dados oficiais, mas em relação à primeira lançada em 2013, e que vigorou entre Janeiro e Julho desse ano, ficou-se a saber que apenas 20 armas foram devolvidas.

Para entendidos na matéria, o uso de armas entre os cabo-verdianos, para a defesa pessoal e outros fins, é algo que se encontra profundamente arraigado na sociedade. Graças a isso um comércio ilegal tem vindo a desenvolver-se no país, através da importação ilegal de armas e munições. As vias utilizadas são das mais diversas, com realce para o sistema de bidões, daí a importância hoje em dia dos scanners nas fronteiras do país.

DA

Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XVII | Nº 882 | 25 de Julho de 2024 | **Registo DGCS:** N°3/2007 | **Registo ARC:** N°3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

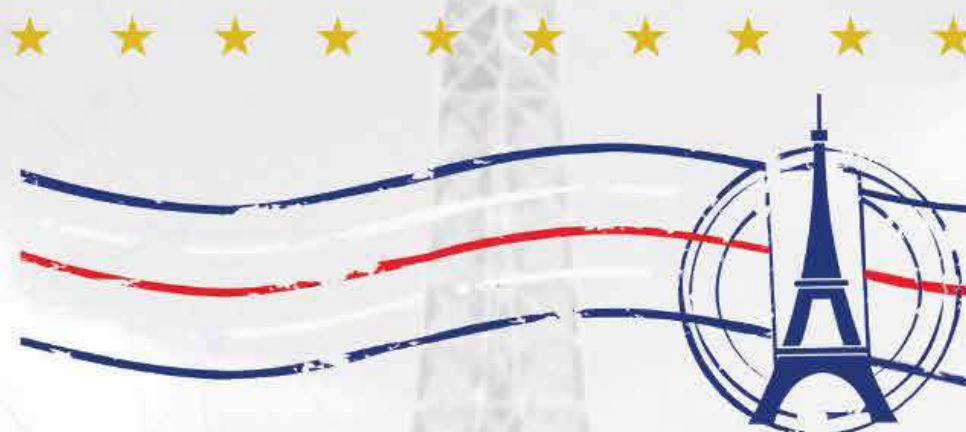
Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX) | **Director:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida e Gisela Coelho | **Jornalistas:** Natalina Andrade (Fogo) | **Jornalistas Estagiários:** Romeice Monteiro (Brava) | Colaboradores e Colunistas: Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Luís Kandjimbo, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanacao.cv@gmail.com (Redacção) – comercial. grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** Impressral Center | **Tiragem:** 3.500 Exemplares.



www.anacao.cv

BAI TEAM

Cabo Verde



ENTRE NA TORCIDA POR CABO VERDE E
PELA MELHOR EXPERIÊNCIA DE BANCA NACIONAL, COM AS
CONDIÇÕES PROMOCIONAIS BAI TEAM CABO VERDE

- Abra a sua conta à ordem por **apenas 1.500\$** (até 26 de Julho)
- Peça o seu **cartão pré-pago VISA BAI Team Cabo Verde**, isento de comissões nas compras dentro e fora de Cabo Verde.
- Constitua o seu **depósito a prazo à taxa de 2,5% (emigrantes a 2,85%)***
**prazo de 3 meses, taxa de remuneração para novos depósitos*

Adira de **26 de junho a 26 de agosto** e comece a **ganhar com Cabo Verde**.

Consulte o nosso site www.bancobai.cv ou visite uma agência BAICV próxima de si, e saiba mais sobre esta campanha promocional.

BANCO OFICIAL DO TEAM CABO VERDE



Avaria no scanner no Porto da Praia atrasa entrega de pequenas encomendas



Destinatários afectados expressaram ao A NAÇÃO a sua frustração com o problema. Um deles relatou: “O meu bidão chegou há cerca de duas semanas. Tenho lá coisas que preciso com uma certa urgência e toda a vez que ligo para a agência dizem que o contentor ainda não foi aberto e sequer há previsão de quando será aberto porque o scanner está avariado”.

Segundo esta fonte, que prefere não ser identificada, “duas semanas é tempo mais do que suficiente para se resolver a situação porquanto o utente paga para mandar a sua encomenda e paga para receber, portanto, não é justo atrasos desse tipo”.

“Que arranjem mais scanners ou arrumem outra solução. Porque se até o

dia 30 não tiver o meu bidão na minha posse, tenho de comprar aqui, por mais caro, porque preciso mesmo das coisas que lá estão”, desabafou um destinatário.

Outra afectada, Dulce, uma emigrante, relatou: “Vim para três semanas. Muito antes da minha vinda preparei o meu barril com coisas que sabia que ia precisar desde o primeiro dia.

A avaria num dos scanners no Porto da Praia tem gerado significativos atrasos na entrega de pequenas encomendas, prejudicando os destinatários que aguardam por mercadorias essenciais. Os problemas começaram há duas semanas, quando um dos aparelhos deixou de funcionar, criando um engarrafamento no desalfandegamento e inspecção das encomendas.

Geremias S. Furtado

Já cá estou há uma semana e ainda não tenho o meu barril e nem sequer tenho a previsão de recebê-lo. Vão resolver quando eu me for embora? Assim não dá”.

Esclarecimento da ENAPOR

Contactada pelo A NAÇÃO, a ENAPOR - Portos de Cabo Verde começou por

reconhecer que os equipamentos de scanners são fundamentais para reforçar a segurança e melhorar os controlos aduaneiros e policiais sobre as mercadorias, evitando a abertura manual de cada volume.

“Desde início do mês de Maio que o serviço de inspecção e fiscalização das mercadorias de Pequenas Encomendas, tem enfrenta-

do alguns constrangimentos decorrente de avarias que condicionaram o funcionamento de três dos quatro aparelhos scanner disponíveis nos Armazéns A e B, criando sérios constrangimentos na inspecção e levantamento dos volumes de pequenas encomendas”, acrescentou.

Para mitigar o problema, a ENAPOR, em parceria com a Polícia Nacional e a Alfândega, implementou uma solução operacional que envolve a mobilização das mercadorias do Armazém B para o Armazém A, onde estão a ser scaneadas e entregues aos clientes.

“No entanto, a situação já está a ser normalizada, pois um dos equipamentos de scanners do Armazém B já se encontra a operar desde ontem (terça) a tarde, permitindo assim a abertura de contentores, inspecção aduaneira e policial e levantamento de volumes pelos transitários”, diz a nota.

Medidas Adotadas

A administração do porto afirma que está a fazer todos os esforços necessários para normalizar a situação e responder à demanda dos clientes. A ENAPOR reiterou ainda o seu compromisso com a “excelência” na gestão orientada para o cliente e assegurou que continuará a tomar as medidas necessárias para evitar futuros constrangimentos. 

Cabo Verde como um novo epicentro da capacitação de recursos humanos para a África Ocidental

Como em qualquer país pequeno e com escassez de recursos naturais, a possibilidade de gerar riqueza encontra-se na capacidade de responder aos desafios dessa situação com inovação e conhecimento. Se as dificuldades aguçam o engenho, então a vontade de desenvolvimento implica respostas sólidas no campo daquilo que é a base de qualquer sociedade, os seus recursos humanos.

Com uma posição geoestratégica e uma cultura ímpar, Cabo Verde pode afirmar-se no contexto da África ocidental, não como um país periférico, mas criando a sua própria centralidade. Com uma sólida e longa história de relações culturais com a Europa, herança essa consolidada na diáspora migratória recente que, aliás, também colocou os Estados Unidos da América como uma proximidade muito forte, este pequeno arquipélago Atlântico, pode afirmar-se como uma eficaz plataforma giratória e de transferência de conhecimento, entre África Ocidental, a Europa e os EUA.

Sem recursos naturais e sem riquezas fáceis, a formação e o ensino são, para Cabo Verde, a chave para a criação de mais-valias que gerem riqueza consolidada, planificada, e capaz de mudar a sociedade. Como base desta ambiciosa política, que deveria ser assumida a todos os níveis pela sociedade cabo-verdiana, temos de ter em conta que Cabo Verde é já, há muitas décadas, o país africano lusófono com mais elevadas taxas de escolarização, seja nos níveis mais básicos, seja no ensino superior.

A internacionalização do ensino, a ligação ao mundo empresarial, a captação de financiamentos internacionais que coloquem Cabo Verde na frente dos mais recentes desafios tecnológicos, da comunicação e do conhecimento, são os componentes de uma estratégia que revolucione a capacidade de oferecer formação, não só aos cidadãos de Cabo Verde, mas também, aos jovens de toda a África Ocidental.

Com a aposta em ambiciosos programas de formação, nessa ligação à Europa e aos EUA, desenvolvendo programas ligados a empresas e em áreas de ponta, Cabo Verde poderá afirmar-se regionalmente como um ecossistema de criação de conhecimento, gerador de múltiplas oportunidades de desenvolvimento.

A Universidade Lusófona de Cabo Verde, integrada no maior grupo português de ensino superior, com ligações facilitadas, não só a Portugal, mas também ao Brasil e aos restantes países africanos de língua portuguesa, está a participar e a lançar as bases desta ambiciosa postura perante o conhecimento.

Entre os novos cursos e as novas áreas académicas em desenvolvimento, a aposta do Ensino Lusófona para Cabo Verde centra-se, sobretudo, na formação pós-graduada altamente especializada e de grande qualidade. Último exemplo deste esforço Internacional, é a recente aprovação do Curso de Doutoramento em Ciências da Educação, em profunda relação, quer ao nível docente, quer ao nível da investigação científica, com o Instituto de Educação da Universidade Lusófona, em Lisboa.

Daremos novos passos no tempo futuro, mas desejamos que mais instituições e que, globalmente, toda a sociedade cabo-verdiana abrace este desejo de desenvolvimento, que, desta forma se transforme em desígnio. A Lusófona dará o seu contributo.



Manuel de Almeida Damásio
Presidente da COFAC

Praia de Boca Bala

Um novo espaço inclusivo para desporto e lazer na capital



“O que fizemos aqui foi a requalificação desta praia. Introduzimos aqui os balneários, introduzimos a parte da bancada, lado, para mais para baixo, introduzimos também aqui a parte verde. E há uma parte interessante que é o acesso para pessoas que têm deficiência. Portanto, esta é uma praia que agora é uma praia inclusiva, porque também as pessoas, os cadeirantes, podem ter acesso até o areal da praia”, afirmou Francisco Carvalho à imprensa.

Para o autarca, com a requalificação, a praia de Boca Bala surge como uma alternativa para a prática de desporto e lazer na capital.

“Significa exatamente mais um espaço atractivo, mais um espaço disponível para que os praenses pos-

A praia de Boca Bala, na Gamboa, apresenta novas infraestruturas e acessibilidades que a tornam um espaço inclusivo e atractivo para a prática de desporto e lazer. A obra, orçada em 22 mil contos, foi inaugurada pelo edil Francisco Carvalho, no dia 20 de Julho.

Geremias S. Furtado

sam usufruir aqui deste espaço, porque nós todos sabemos, e os praenses, os cabo-verdianos gostam muito de praia, e esta praia tem todas as condições para ser frequentada e ainda por cima agora para o reforço da prática desportiva”, disse.

Francisco Carvalho anunciou ainda a instalação de iluminação no local e a criação de um programa de actividades desportivas para dinamizar o espaço durante todo o ano, em especial por altura do verão, nomeadamente, o Gamboa Ga-

mes.

“Nós vamos ter iluminação, vamos criar um programa, vamos dinamizar o espaço, de modo a termos jogos aqui durante todo o ano, e não apenas o Gamboa Games, que é a Câmara Municipal que organiza anualmente. O que nós vamos fazer aqui, a direcção de desporto da Câmara, vai dinamizar este espaço, vai criar uma programação de modo a termos sempre aqui desporto nesta praia de Boca Bala”, sustentou.

Apelo ao cuidado

O autarca apelou aos munícipes, no sentido de cuidarem desta infraestrutura, que inclusive já comporta alguns pilares com várias mensagens de apelo à preservação do espaço.

Por seu turno, o vereador da Acção Social, Juventude e Desporto, Fernando Pinto, apelou para que o espaço seja uma obra “da Praia, de Cabo Verde e do mundo”, apelando igualmente aos usuários, dos quais jovens, desportistas, fazedores de Cultura e da Cidade, a usu-

fruírem da obra com “muito respeito, amor e para coisas boas”, de modo a transformar a Cidade da Praia num lugar aprazível e acolhedora.

Cara nova

A obra orçada em 22 mil contos fez com que a praia de Boca Bala esteja equipada com iluminação artificial, bancadas, balneários, espaços verdes e, ainda, contempla uma rampa desde a entrada até à beira-mar, destinada a pessoas com deficiência. Antes, nas administrações anteriores, por várias vezes se tentou “modernizar” o local como espaço de desporto e lazer, sem grandes sucessos, diga-se. Com a remodelação ora inaugurada, sem dúvida, que a cidade da Praia e os praenses passam a dispor de um novo equipamento desportivo. 



Cabeólica University Challenge 2023/2024



No âmbito dos seus pressupostos de atuação, a Cabeólica organizou a 1ª edição do Concurso Universitário “Cabeólica University Challenge” no ano letivo 2023/2024.

Tratou-se de um desafio que teve como temática central, aumentar a taxa de penetração das energias renováveis em Cabo Verde, com foco específico na energia eólica.

O referido desafio foi concebido numa perspetiva de inclusão, abrangendo a grande maioria das áreas científicas presentes nos planos curriculares de licenciatura e mestrado das instituições de Ensino Superior do Arquipélago.

Na concretização deste objetivo foram consideradas abordagens das áreas das engenharias, gestão, economia, criatividade, tecnologia, design, marketing e comunicação.

Após um período inicial de lançamento e de apresentação desta iniciativa junto do público académico, no passado mês de outubro, foram desenvolvidos projetos por parte de estudantes e docentes das várias universidades, com o suporte de mentoria (incluindo vistas aos Parques Eólicos de Santiago e de São Vicente) de uma equipa especializada, criada pela Cabeólica para o efeito.

Os trabalhos desenvolvidos foram entregues no dia 15 de março e posteriormente analisados pelo Júri Oficial do Concurso que selecionou, de acordo com o regulamento, os cinco grupos finalistas, que apresentaram posteriormente os seus projetos na cerimónia final que decorreu no dia 29 de Maio (Dia Mundial da Energia) na UNI-CV, Cidade da Praia.

O primeiro grande vencedor desta primeira edição foi um grupo de estudantes da UNI-CV que apresentou uma proposta, baseada em vários estudos, para a criação de um novo Parque Eólico na zona de Praia Baixo. A referida proposta, dada a sua tipologia, poderá permitir no futuro, aumentar a produção de energia eólica no País. Este grupo foi constituído pelos estudantes Ednilson Ramos, Elvis Borges, Gelson Cardoso e Lonice Querido e teve a orientação da Professora Andreia Ramos.

O segundo classificado foi um grupo de estudantes da UTA através uma abordagem didática e pedagógica baseada um aplicativo denominado Eolo Quiz e que tem como foco, au-



mentar os níveis de conhecimento e de sensibilização para as questões relacionadas com a energia limpa, com especial ênfase na energia eólica. Este grupo foi constituído pelos estudantes Gabriel da Luz, Elber Lima, Vanessa Okafor e Tobias Aniceto.

Para além dos prémios monetários atribuídos aos 2 primeiros classificados, os respetivos estudantes membros dos dois grupos passam a ter acesso preferencial aos programas de estágios da Cabeólica no presente ano de 2024.

Após o sucesso alcançado na primeira edição, pretende a Cabeólica replicar esta organização já no próximo ano letivo, com início da segunda edição previsto para o próximo mês de Outubro.

O grande objetivo em 2024/2025 passará pelo aumento do envolvimento do número de Universidades, Estudantes e Docentes.

Praia

“Rapa Tudo” vai a julgamento

Segundo uma fonte judicial, 12 dos arguidos desistiram da ACP, mantendo apenas um o propósito de continuar. Após a audição das duas testemunhas arroladas por este arguido, o tribunal, ouvindo o Ministério Público (MP), que defendeu a emissão de despacho de pronúncia, tomou a sua decisão. Apesar da oposição da defesa, o segundo juízo crime acatou o parecer do MP e decidiu mandar o arguido para julgamento.

A operação “rapa tudo”, realizada em Junho de 2022, resultou na detenção de 14 pessoas, acusadas de roubos agravados, detenção de armas de fogo, tráfico de drogas e tentativa de homicídio. A operação envolveu buscas e apreensões em várias localidades de Praia, incluindo Tira-Chapéu, Palmarejo, Alto da Glória, Safende, Achada Eugénio Lima, Várzea, Achada Santo António, Ribeirão Chiqueiro e São Pedro. Foram apreendidos electrodomésticos, roupas, sapatos, balanças de precisão, documentos de identificação, telemóveis, joias, relógios e seis viaturas.

No entanto, em Abril, o Tribunal da Praia mandou libertar os arguidos deste caso por excesso do prazo de prisão preventiva, o que tornou ilegal as suas detenções. Agora, o caso ganha novos contornos com a marcação da ACP. Alguns dos envolvidos estão, inclusive, em prisão preventiva pela prática de outros crimes.

Arguido morto

Um dos arguidos envolvidos é Nene, o jovem mor-

A Audiência de Contraditória Preliminar (ACP) realizada na terça-feira, 23, do processo “Rapa Tudo”, em que 14 pessoas são acusadas de roubos agravados, posse de armas de fogo, tráfico de droga e tentativa de homicídio, não evitou que o caso vá a julgamento. A data, esta, vai ser conhecida brevemente.

Geremias S. Furtado

to a tiro numa rua da Achada de Santo António, Praia, em meados de Junho último. Este era ainda o suposto “orquestrador” do recente caso de roubo e sequestro na ilha do Maio, ocorrido na sequência do surgimento de pacotes de cocaína na zona norte daquela ilha.

Segundo informações

avanzadas por testemunhos, o crime ocorreu pouco depois da meia-noite, numa rua pedonal. O suposto autor ou autores do crime terão furado os pneus do carro da vítima, que residia noutro bairro (Tira-Chapéu). Após este sair de um bar nas imediações, foi abatido com vários tiros (sete, conforme alguns relatos), en-

quanto tentava perceber o que se passava com o carro, acabando por morrer no local.

O caso sucede a outro ocorrido na madrugada de sexta-feira, quando um adolescente foi baleado no rosto, no mesmo bairro, durante confrontos entre grupos considerados rivais e morreu horas depois no hospital.

Ambos os crimes estão a ser investigados pelas autoridades policiais e, até o momento não há quaisquer informações acerca da identificação de suspeitos.

O que é ACP

A ACP, ou Audiência de Contraditória Preliminar, é uma fase do processo judicial aonde as partes envolvidas, nomeadamente os arguidos e o Ministério Público, têm a oportunidade de apresentar as suas alegações iniciais, testemunhas e evidências. Ficando o tribunal com a tarefa de decidir se o caso avança, ou não, para julgamento.





O Banco Interatlântico tem disponível
uma **linha de crédito** para a sua **Empresa**
Mais de 1 Milhão de contos
É a solução que a sua empresa precisava!

Somos o primeiro Banco co-financiado
pelo Banco Europeu de Investimento

***Para um financiamento
de 2 milhões:**

Taxa mínima Variável:
6,5%

Prazo: 120 meses

TAEG: 7,436%

**Quer saber se a sua empresa
e o seu negócio são elegíveis?**
**consulte o nosso
site em: www.bi.cv**

*TAEG de 7,436%, calculada com base numa TAN de 6,500% (Agosto de 2023), para um crédito de 2.000.000\$, com prazo de reembolso de 120 meses. Exemplo para operação com finalidade de apoio ao investimento de pequenas e médias empresas com garantias reais de crédito. Prestação mensal: 22.942\$. Montante total imputado ao consumidor: 2.794.064\$. Inclui comissões iniciais de 30.000\$ e imposto de Selo sobre a utilização, sobre juros e sobre a comissão. Os valores são representativos passíveis de variações.

Ligue e fale connosco: 260 36 92 / 260 25 46 / 436 58 39, ou contacte-nos através do e-mail bi@bi.cv ou ainda através da nossa rede de Agências, nos horários normais de expediente (de Segunda à Sexta das 8h às 15h).



São Vicente

Três viaturas detidas no âmbito da “Operação Epicentro”

Dando continuidade às investigações, a PJ declarou esta semana que foram apreendidas em zonas diversas de São Vicente três viaturas, entre elas dois táxis que se acredita serem usadas no crime de lavagem de capitais.

Resultados da “Operação Epicentro”

A “Operação Epicentro”, que arrancou em Junho último, foi presidida por magistrados do Ministério Público e contou com dezenas de inspetores da Polícia Judiciária, da Polícia Nacional e das Forças Armadas. Estes realizaram buscas em diversas residências em Campim, Chã de Tiliza e encosta da localidade de João D’ Évora.

Durante a operação, foram apreendidos um milhão

A Polícia Judiciária apreendeu, na sequência “Operação Epicentro”, na ilha de São Vicente, durante a semana de 15 a 19 de Julho, três viaturas. A operação foi realizada em cumprimento de um mandado judicial referente à investigação de uma rede criminosa cujo núcleo se centrava na localidade de Campim e as viaturas, ao que se presume, estão ligadas às actividades supostamente criminosas dos seus proprietários.

Geremias S. Furtado

e quinhentos mil escudos notas e moedas estrangeiras (euro, dólar e franco CFA), quatro motocicletas, quatro viaturas, várias televisões e aparelhos eletrodomésticos, botijas de gás de 12.5kg, um número razoável de panelas grandes, uma pistola alterada para disparos reais, munições, 18 garrafas de bebidas alcoólicas (whisky, vinho do porto, havana, martíni e vod-

ca), vários perfumes e relógios de luxo, e cerca de 124,03 gramas de drogas, sendo 71,11 gramas de cocaína, 0,20 gramas de haxixe e 52,72 gramas de canábis.

Desta operação, quatro indivíduos, incluindo um casal, encontram-se em prisão preventiva, medida decretada pelo Tribunal da Comarca de São Vicente no âmbito das investigações.

Nova operação na noite de sexta-feira

A Polícia Judiciária informou ainda esta semana que realizou uma operação na noite de sexta-feira, 19 de Julho, também em São Vicente, que terminou na detenção de três cidadãos suspeitos da prática do crime de tráfico de drogas. A operação, enquadrada no plano de prevenção e combate ao tráfico de estupeficientes interno, voltou a contar

com o apoio da Polícia Nacional e foi presidida por magistrados do Ministério Público.

Durante o cumprimento de um mandado de busca e apreensão domiciliária na zona de Bela Vista, foram apreendidas drogas, (cocaína e canábis). Os indivíduos, de nacionalidade cabo-verdiana, com idades compreendidas entre os 22 e 45 anos, todos do sexo masculino, sendo dois naturais da ilha de São Vicente e um de Santo Antão, foram apresentados às autoridades judiciárias competentes para o primeiro interrogatório judicial de arguidos detidos.

Neste acaso, o Tribunal aplicou como medida de coacção a um dos detidos a apresentação periódica às autoridades, enquanto os outros dois foram liberados sem qualquer medida por parte daquela autoridade.





FREQUÊNCIAS

Praia - **89.90 e 94.40**

Santo Antão - São Vicente - São Nicolau - **96.70**

Santiago Norte e Sul - Fogo - Maio - **94.40 99.60**



Siga Cabo Verde em qualquer parte do mundo através
de www.radioalfacv.com



+238 970 95 95 / 930 30 05 / 260 26 96



Sustentabilidade e inovação marcam os 25 anos do Interatlântico



BI conta com mais duas agências com o novo layout

Criado a 1 de Julho de 1999, o Banco Interatlântico (BI) de Cabo Verde entra agora numa nova fase de investimento ao celebrar 25 anos da sua existência no país, com a abertura de duas agências dotadas do novo layout corporativo na cidade da Praia. Uma no Platô e outra na Achada Grande.

As duas novas infraestruturas, modernas e amigas do ambiente, deixam transparecer, na óptica dos seus promotores, a aposta cada vez maior da solidez no mercado nacional, que já havia ficado marcada, também, há cerca de um ano atrás, com a inauguração de uma nova sede, fruto de um investimento de quatro milhões de

O Banco Interatlântico (BI), que tem como maior accionista o grupo português Caixa Geral de Depósitos (CGD), está a celebrar 25 anos da sua presença em Cabo Verde, com foco na Sustentabilidade Ambiental, Social e da Governança (ESG) e na Inovação. A data ficou marcada pela abertura de duas agências com o novo layout corporativo na cidade da Praia e pela realização de uma conferência sobre os desafios ESG para o sistema financeiro cabo-verdiano.

Gisela Coelho

euros.

Em entrevista ao A NAÇÃO, Nuno Martins, Presidente do Conselho de Administração do BI e Administrador Executivo da CGD faz um balanço positivo da presença deste Banco no sistema financeiro cabo-verdiano e garante que se tem re-

velado um Banco bastante inovador.

“Foi o Banco que teve o primeiro ATM em Cabo Verde, foi o Banco que fez a primeira securitização obrigatórias subordinadas, também em Cabo Verde, e que tem investido num conjunto de transformações, aos lon-

go dos anos. A mudança da Sede para este novo edifício, podia ter sido entendida como sendo uma mudança de edifício, simplesmente, mas não. Foi uma oportunidade para o Banco repensar a sua eficiência e a sua forma operativa. Por exemplo, não utilizamos mais papel,

a não ser dentro daquilo que é exigido por lei”.

Resultados, fruto do foco no cliente

Nuno Martins destaca ainda os bons resultados do Banco e o foco no cliente, como alguns dos principais ganhos alcançados. Como enfatiza, uma base sólida em termos de auditoria, em termos de linhas de defesa e, também, em termos de funções de controlo, o que tem sido essencial para construir a “robustez” dos resultados.

Isto, num contexto onde o BI, garante, tem sabido tirar partido da experiência e da forma de trabalhar da

CGD. “Isso é muito importante porque nós construímos resultados e, depois, para os resultados serem estáveis, robustos e sólidos no tempo, tem de se ter uma base de controle, de funções de controlo, que sejam verdadeiramente robustas”.

Adaptação ao mercado

O percurso do Banco, como realça, tem ficado marcado, igualmente, pela sua capacidade de se adaptar ao mercado cabo-verdiano, um mercado bastante competitivo. “Nós temos um conjunto grande de instituições financeiras em Cabo Verde e, isso, implica uma necessidade constante de se adaptar a alterações. Há alterações regulatórias que temos de cumprir e há alterações na mudança de paradigma de funcionamento dos clientes. Temos o exemplo dos jovens, que preferem a utilização de meios mais digitais, das apps, do telefone e o Banco tem que se adaptar a essas inovações. Depois temos os desafios que advêm da concorrência”, observa.

Neste contexto, inovar e empreender estratégias para se diferenciar da concorrência, é um exercício “contínuo e necessário” que Nuno Martins garante que o BI tem feito e vai continuar a fazer.

“Boa” saúde financeira, traduz posição “sólida” no mercado

Perante este quadro, pautado nos últimos anos por um crescimento mais “robusto”, o nosso interlocutor assegura que a saúde financeira do BI “está boa”, e reflete os rácios de capital que “são sólidos” e o rácio de

qualidade dos activos que “está a melhorar”. “Temos feito um trabalho nesse sentido. Eu diria que a construção do Banco tem sido sempre com base num balanço sólido em termos de qualidade dos activos e do capital”.

Até porque, como analisa, os resultados de 2023 foram “muito positivos” e o mesmo se avizinha para 2024. “O primeiro semestre tem resultados bastante robustos e, portanto, estão criadas todas as condições para continuarmos a fazer um bom trabalho e a colher o resultado desse trabalho”.

Conforme atesta Nuno Martins, nos últimos anos, o BI tem conquistado cada vez mais clientes e, isso, traduz, igualmente, o reconhecimento externo. Pelo sexto ano consecutivo, o BI foi considerado “banco do ano”

em Cabo Verde pelo “The Banker”, publicação do Grupo Financial Times.

Nota positiva ao Regulador

Instado a fazer uma análise sobre o papel do Regulador (Banco de Cabo Verde) no contexto do desenvolvimento do sector financeiro cabo-verdiano, Nuno Martins, garante que o mesmo tem actuado de forma positiva.

“A regulação tem sempre aumentado e tem sido cada vez mais intrusiva, mas eu vejo isso como algo positivo, porque isso permite-nos ter alguém que é nosso interlocutor, que está mais presente, que exige mais, mas também que sabe mais e, portanto, esse mecanismo de discussão e melhoria é muito positivo para nós”.

Inovações futuras

Quanto ao futuro, Nuno Martins garante que há muitos projectos em carteira, que têm a ver com a inovação. Entre eles, o “Crédito na Hora”, uma forma rápida, eficiente de atribuir crédito, inclusive através da aplicação no telemóvel, desde que o cliente cumpra os requisitos. A ideia é que o cliente não precise sair de casa para pedir e aceder a crédito.

A essência do Banco continua, assim, a ser a mesma, trabalhar para as pessoas, para os clientes e para Cabo Verde.

“Acho que o Banco tem de continuar com o mesmo espírito de até agora. O legado que nós estamos a trabalhar, é um legado que nos deixa muito orgulhosos e por aqueles que fizeram o trabalho antes de nós, também. No fundo, a forma como o Banco é percebido no mercado, como um Banco eficiente, virado para o cliente e um Banco inovador, é aquela que eu penso que é um desígnio que o Banco deveria continuar a desenvolver, seguramente, nos próximos anos”, finaliza.



Pedro Soares, João Tudela Martins, Óscar Santos e Olavo Correia.

@Zé Pereira

Incentivar mudanças mais amigas do ambiente

Dar a conhecer o que o BI e o Grupo CGD têm estado a empreender no domínio ESG (Environmental, Social and Governance), partilhar a experiência e os ganhos já alcançados a este nível foi um dos objectivos da Conferência sobre Sustentabilidade e ESG realizada por esse Banco na sexta-feira passada.

Luís Alves, especialista em Ambiente e um dos oradores, explicou ao A NAÇÃO que o conceito surgiu da constante consciencialização da importância da sustentabilidade e responsabilidade social nas práticas empresariais.

“O conceito está a ser adoptado por empresas de diversos sectores, como forma de se mostrar um compromisso com a sustentabilidade. A União Europeia tem sido um dos principais defensores e impulsionadores da adopção do conceito ESG nas suas políticas e regulamentação e nós, no Grupo CGD e no BI estamos a seguir essas directivas”.

Conforme avançou, no BI está em implementação um caderno de boas práticas do Sistema de Gestão Ambiental, cujo objectivo é incentivar as pessoas a cumprirem essas boas práticas. “Por exemplo, estamos a incentivar o uso do car sharing (partilha de automóvel), em que os colegas possam transportar outros colegas para o trabalho, em vez de cada um vir na sua viatura, a utilização das escadas em vez do elevador, para poupar energia e a incentivar boas práticas no uso da água, que é um bem escasso em Cabo Verde”.

Luís Alves destacou ainda que o BI se interessa pelo cumprimento dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e tem vindo a incorporar os ODS na sua actividade. “É um compromisso de traba-



Luís Alves



Olavo Correia, Oscar Santos e João Tudela Martins

lhar de forma activa para o desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo e ambientalmente responsável em Cabo Verde”. O Grupo CGD tem em curso um plano de transição para a neutralidade carbónica até 2050, que se estende também ao BI. O uso de painéis solares e a eliminação do papel são algumas das medidas em curso rumo às metas ESG.

Empresas verdes serão beneficiadas

Por seu turno, João Tudela Martins, Administrador Executivo da CGD e Vice-Presidente do BI destacou a importância desta Conferência para o contexto de Cabo Verde, onde os impactos das mudanças climáticas são também evidentes. “Valorizo muito que Cabo Verde e o BI tenham esta preocupação muito presente e que estejam a avançar nesse sentido”, disse.

Essa fonte enalteceu o facto do Banco Central Europeu (BCE) ter uma ambição climática “muito exigente” e que impulsiona todos os bancos do sistema financeiro a introduzirem controlos e medidas nesse sentido. “Mas, no caso da CGD é algo que já faz parte da nossa missão. Nós não estamos só a fazer isto obrigados pelo supervisor. A parte social, da equidade e E-Governance está muito presente na missão do Grupo CGD”.

Além da transição em curso

na frota automóvel, que incluiu o BI, os edifícios do Grupo CGD já têm certificados energéticos. “Penso que também vão ser introduzidos, em breve, em Cabo Verde. Os particulares não ligam muito aos certificados energéticos, ligam mais ao preço, mas penso que com o tempo as coisas estão a mudar e que as pessoas vão perceber que há uma diferenciação”, defendeu.

Em breve, as empresas “mais verdes” sairão beneficiadas. “Um dia, uma empresa que não faça nada rumo à sustentabilidade vai acordar e perceber que está a perder quota de mercado. Pode demorar mais ou menos anos, mas vai acontecer”, alertou.

Banco Central de Cabo Verde está a trabalhar na regulação

Igualmente, Óscar Santos, Governador do Banco de Cabo Verde, que foi um dos oradores avançou que a instituição que gere tem pautado a tónica do desenvolvimento do sistema financeiro nacional, alinhado com as melhores práticas internacionais de ESG e tendo em conta que Cabo Verde é um pequeno Estado Insular, sujeito também às alterações climáticas.

“As alterações climáticas têm impacto na actividade económica e, aqui, entra também o papel do Regulador face à es-

tabilidade de preços e estabilidade e sustentabilidade do sistema financeiro. Praticamente todos os bancos centrais têm-se alinhado nessa política que tem a ver com as alterações climáticas e, sobretudo, o impacto que tem na segurança dos bancos. No caso de Cabo Verde, as alterações climáticas acabam por ter impacto ao nível da seca e na emigração”, argumentou.

Nesse contexto, Óscar Santos enfatizou que o BCV, com a assistência técnica do Fundo Monetário Internacional está a fazer o “planeamento regulamentar” nesta matéria e elogiou as boas práticas do BI. “O BI está avançar mais, para não dizer que está mais avançado que os outros, nesta temática ESG e alterações climáticas, o que facilita a função do Regulador e para incentivar os outros bancos”.

A função do BCV, lembrou, é criar um quadro regulador, por forma a assegurar que os riscos climáticos sejam levados em conta no sistema financeiro nacional. Nesse sentido, sublinhou que é “mais fácil um pequeno Banco Central”, como é o caso de Cabo Verde, “seguir as boas práticas internacionais e fazer as devidas adaptações internamente”.

Banco que gera “valor” - Olavo Correia

Entre os oradores esteve também Olavo Correia, vice-

-primeiro ministro e ministro das Finanças de Cabo Verde, que elogiou os 25 anos de percurso do BI e o trabalho que vem desenvolvendo em termos de boas práticas ambientais e de sustentabilidade. “O Banco Interatlântico hoje é uma marca forte. É um Banco bem posicionado no mercado, um Banco voltado para as empresas, e que tem estado a crescer em número de clientes, número de balcões, número de Agências, número de colaboradores, volume de impostos gerados, e dimensão de lucros, nos últimos anos”. O governante destacou ainda que o BI é um Banco que tem estado a criar valor para o país. “É um Banco sólido, é um Banco bem governado, é um banco que está nas ilhas de Cabo Verde, e que está, sobretudo, focado em ajudar as empresas cabo-verdianas e as empresas em Cabo Verde a criar valor e a criar empregos”.

Conforme destacou, o caminho percorrido até agora pelo BI mostra que existe uma ambição para que o Banco possa aumentar a sua importância no mercado. “Que possa dar um contributo na modernização do sistema financeiro cabo-verdiano, mas também na criação de serviços para que as nossas empresas, os nossos concidadãos possam ter um serviço financeiro de excelência”.

Balanço dos 25 anos do BI



Eurisanda Rodrigues - Administradora Executiva e CFO

“Tem sido uma trajetória de crescimento sustentado, ao longo destes 25 anos. Nós, hoje, temos um índice de incumprimento abaixo de 4%, que é bem abaixo da média do sistema financeiro nacional, somos um Banco rentável, e, por fazermos parte do grupo CGD, estamos obrigados a trabalhar com as regras europeias, portanto, as exigências são maio-

res do que localmente, o que nos coloca num patamar de exigência (e de custos) à frente dos players locais e, temos uma governança mais robusta, e isso traduz-se também na exigência dos recursos humanos. As pessoas estão num nível de conhecimento diferente e o Banco acaba por servir como uma grande escola, porque o mercado recruta no BI diversos perfis profissionais, temos, portanto, os melhores profissionais do mercado. Mesmo ainda antes da pandemia, conseguimos uma evolução muito significativa da atividade, o que permitiu começarmos investimentos estratégicos para o crescimento do Banco. O facto de pertencermos ao grupo CGD, um Banco de matriz Europeia, permite ter acesso aos mercados internacionais de forma directa. Temos vários clientes que precisam de aceder a esses mercados internacionais e nós conseguimos fazê-lo com segurança, sempre na hora, através da nossa sala de mercados, que está na CGD em Lisboa. Outro aspecto é que nós temos estado a trazer para Cabo Verde, e começa a ser cada vez mais visível, o que de melhor se faz na CGD. Exemplo disso é o nosso Crédito na Hora ao consumo. Por outro lado, as empresas que são investidores internacionais em Cabo Verde, que vêm de países europeus, e que precisam de trabalhar com bancos que tenham rating, podem recorrer a nós. Em Cabo Verde não há nenhum banco que tenha rating atribuído, mas a CGD tem e, portanto, nós beneficiamos disso e acabamos por conseguir dar apoio a alguns desses investimentos estrangeiros pelas características da nossa casa mãe, da nossa matriz. Outro aspecto, muito importante, é o Compliance. É cada vez mais importante para as empresas internacionais poderem investir em países onde existem bancos que cumprem os padrões mais exigentes de Compliance. Mais uma vez, aqui, em Cabo Verde, ao nível daquilo que nós conseguimos fazer, só temos outro banco por ser do Grupo Caixa, isso não quer dizer que os outros bancos não cumpram o Compliance, eles cumprem, não têm é os mesmos padrões de exigência que nós temos, nós poderíamos funcionar num país europeu e cumpriríamos as regras num país europeu e os outros bancos dificilmente o conseguiriam fazer”.

Zenaida Leite - Administradora Não Executiva

“Nos últimos 5 a 10 anos, o Banco tem crescido extraordinariamente. Temos crescido nas novas tecnologias, temos crescido na imagem, nós inauguramos, há bem pouco tempo, esta nova sede e estamos a inaugurar novas agências e a reformular aquelas existentes. Portanto, há todo um conjunto de investimentos que vêm sendo feitos, com resultados visíveis, também, por exemplo, a nível da Internet Banking, em que, hoje, temos uma plataforma nova e intuitiva, que permite que todos, sejam os clientes, potenciais clientes cá dentro de Cabo Verde, como fora de Cabo Verde, possam aceder e atender as suas necessidades através desta plataforma. Enfim, um conjunto de investimentos que se tem feito na segurança e, hoje, somos, igualmente, um Banco ambientalmente sustentável. O Banco investe muito, também, na formação dos seus trabalhadores, não só para os desafios actuais, como os potenciais desafios que nós temos pela frente, que é apostar, sempre, na qualidade do serviço. Mas também temos os desafios de estar permanentemente a trabalhar na prevenção dos riscos e somos um Banco conhecido por transmitir confiança aos seus clientes.



Dirceu do Rosário - Administrador Executivo e CRO

“O balanço é extremamente positivo, pois o Banco apresentou um crescimento bastante consistente, ao longo destes 25 anos, quer do ponto de vista do mercado, quer do ponto de vista dos clientes, do serviço ao cliente e da diversificação da oferta de produtos bancários. De facto, este processo de consolidação que culminou com estas comemorações que nós fizemos na semana passada evidencia que já fizemos um bom percurso, mas temos ainda muito por fazer para, de facto, garantir que conseguimos ter clientes satisfeitos e que querem permanentemente cá vir. Mas, sem dúvida, é um excelente percurso que orgulha todos nós. O maior desafio que os bancos têm, mas que é uma questão muito mais transversal, tem a ver com a gestão de pessoas e com garantir resultados. Para o futuro, efectivamente, acho que este acaba por ser um grande ponto, do ponto de vista da gestão e da evolução de qualquer instituição, que é gerir pessoas, motivá-las, garantir que elas se comprometem com a instituição e com o resultado e, acima de tudo, aqui, também, com o mercado e com o cliente, em especial. Há grandes desafios e nós temos clientes cada vez mais exigentes, e isso passa pela digitalização, com as consequências que isto tem, do ponto de vista do risco, dos riscos cibernéticos, a questão da proteção de dados, portanto, são temas que nós temos em cima da mesa e com os quais nós temos que lidar e saber lidar por via destas inovações todas”.



Maria João Novais - Presidente da Comissão de Auditoria, Controlo e conflito de interesses e Administradora não Executiva

“O balanço destes 25 anos é altamente positivo, se pensarmos que o Banco, hoje em dia, é um Banco de referência no mercado nacional. Temos feito um percurso no sentido de apostar nos Recursos Humanos, quer em termos de capacitação, quer em termos de formação. Estamos numa fase em que queremos entusiasmar os cerca de 160 trabalhadores a vestirem a camisola, para se envolverem no Banco, enquanto pertença de todos. Mas também temos colocado sempre o foco no cliente, minimizar os tempos de espera, utilizando todas as plataformas informáticas, como, por exemplo, a ideia do ‘cash on time’, principalmente no crédito ao consumo, que vamos apresentar em breve. Também há um posicionamento cada vez maior a nível do Sector Público, que tradicionalmente trabalha com outros bancos que estão no mercado e uma aposta também, neste momento, que é muito forte, nos cabo-verdianos na Diáspora. É a ideia do ‘anywhere-anytime’ para ser ter acesso. Por isso, a trajetória tem sido altamente positiva e, hoje em dia, fala-se muito bem do Banco. O desafio é aumentar a quota de mercado, logicamente, mas não é aumentar desenfreadamente, é aumentar com regras e com sustentabilidade, do ponto de vista financeiro”.





Vera Mendes – Directora do Centro de Operações

“Ao longo destes 25 anos temos tido um percurso bastante positivo. O Banco tem mudado, tem-se desenvolvido, para ser cada vez mais um Banco de referência em Cabo Verde. Nós queremos satisfazer os nossos clientes, queremos ter cada vez mais clientes e temos feito de tudo para que isso aconteça. Continuamos a acreditar que temos muito mais para fazer, que temos capacidade para o fazer e que iremos fazer. Cada vez mais temos adaptado o Banco às necessidades dos seus clientes. O mundo está em transformação, uma transformação tecnológica e o Banco está a acompanhar essa transformação. Neste momento estamos num processo do ‘Crédito na Hora’, e esperamos, muito em breve, vir a proporcionar aos nossos clientes a possibilidade de, através do seu telemóvel, e no prazo de uma hora, ter o pedido feito e aprovado ao Banco, os suportes contratuais assinados e o dinheiro na conta. Tudo isto numa hora. Basta o cliente cumprir os requisitos, portanto ter o nível de taxa de esforço, como é o exigível em toda a banca e ter outras condições, como salário domiciliado, por exemplo. É um processo que já está neste momento na retaguarda do Banco e já está a funcionar no nosso Internet Banking, e que estará proximamente também no telemóvel. O futuro do Banco é a tecnologia, os nossos canais remotos, para maior acessibilidade dos clientes, mas sempre com o rigor que é exigível em termos de Compliance.



Alberto de Jesus – Director de Riscos

“Temos feito um percurso louvável nestes 25 anos com um crescimento de forma contínua e cada vez mais sólido, principalmente de 2018 a esta data, com prejuízo da pandemia e dos percalços que tivemos que afetaram, não o banco em si, mas todo o sector e toda economia a nível Mundial. A exigência a nível dos serviços bancários e daquilo que é a robustez dos bancos tem sido cada vez maior e, nós, sendo um banco de matriz Europeia, por via do Grupo CGD, temos que cumprir com esses desafios e estar à altura. Portanto, um dos desafios é capacitar e manter as pessoas envolvidas, tanto por via do supervisor local, como também por via dos dois supervisores internacionais, o Banco de Portugal e o Banco Central Europeu. Em 2019 tivemos resultados históricos, e estamos augurar continuar a resultados históricos, mas sempre de forma sustentável, sempre com os riscos controlados, sempre alinhados na definição da apetência do risco, com o grupo e com as melhores práticas corporativas e da indústria financeira.



Roseli Monteiro - Coordenadora do Gabinete de Empresas

“O Interatlântico, nesses 25 anos, tem trabalhado de forma consistente no sentido de aumentar cada vez mais a sua capacidade de resposta aos clientes, garantindo financiamento às empresas para implementação dos seus projetos, mas também apoiando a economia, e o financiamento da economia do país. Apesar dos desafios, podemos afirmar com muita responsabilidade que temos sido capazes de dar resposta aos anseios da sociedade, das empresas e do país. Desde 2018 que o Banco tem, portanto, implementado uma estratégia de angariação de maiores clientes e de aumento da sua quota de mercado. Fazemos parte de um grupo internacional, que é o Grupo Caixa geral de Depósitos e estamos sujeitos às regras do Banco, e dos supervisores, quer do Banco Central de Cabo Verde, quer do Banco Central Europeu. Cumprimos as regras de Compliance que nos permitem trabalhar com qualquer Banco no mundo e trabalhamos também com o rating da CGD, que nos permite a apurar o risco e controlar o risco de crédito e atribuir a cada cliente um pricing ajustado ao risco”.



N'dira Pereira – Directora Financeira

“A minha percepção do Banco na praça financeira cabo-verdiana, é que percebe-se, desde o início, uma presença, eu diria algo sutil, do Banco, mas que de uma forma muito charmosa ganhou espaço no mercado. Eu diria que, sem agressividade, mas fazendo-se cada vez mais presente na sociedade. Perante as instituições e lá fora, também, vai-se percebendo o crescimento do Banco Interatlântico, nesta medida. É um Banco que, efetivamente, enfrentou grandes desafios desde a sua implementação, e que passou por um processo, eu diria de quebrar pedras, mas tendo em conta este este foco na penetração e na conquista do mercado cabo-verdiano, acho que o Banco conseguiu implementar de uma forma muito convicta uma estratégia para chegar aonde está hoje. É um banco, claramente, com enfoque num crescimento sustentável, em chegar às famílias, às empresas e às instituições, mostrando uma solidez e uma robustez que transmite essencialmente confiança. É um banco que fez uma trajetória muito consciente, de uma forma muito sustentável para chegar a esta situação de uma robustez que lhe é inegável.

α@ Alfa-Comunicações
A diferença na arte de comunicar

A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

alfa rádio
A diferença na arte de Comunicar

REVISTA INICIATIVA

Já nas bancas

**Assim como na vida, também nos negócios,
a INICIATIVA é fundamental!**



A diferença na arte de comunicar!

Contactos: 2602690/95

comercial.grupoalfavc@gmail.com

geral.grupoalfa21@gmail.com

São Vicente

Praça Estrela vai passar por nova remodelação

A proposta do arquitecto César Freitas visando transformar a Praça Estrela, do Mindelo, num complexo cultural, por enquanto, não passa de uma ideia ou de um “projecto”. É o que se depreende dos planos que a vereação da Câmara de São Vicente pelos Mercados e Feiras diz ter para aquele emblemático espaço da cidade do Mindelo.

Com a pressão dos vendedores ambulantes, a vereadora Neusa Sança disse ao A NAÇÃO que por agora o local vai receber novos módulos, por forma a resolver o problema da venda ambulante pelas ruas da cidade. Algo reclamado há muito pelos consumidores e vendedores, sem que se encontre uma solução definitiva para esse problema.

Conforme explicou, por agora, “a CMSV pretende reestruturar e remodelar a praça, adoptando barracas tipo feira, feitas de material não permanente, para melhor organização do espaço e distribuição dos produtos”.

O projecto prevê a instalação de 72 módulos ou quiosques, de 2 x 2 metros, seguindo as linhas geométricas mais marcantes da Praça. Sança destaca que a estrutura desses equipamentos será composta por prumos, com secção de 5,00 cm x 10,00 cm, cobertas por



A Câmara Municipal de São Vicente diz ter um outro plano, mais exequível e rápido, para a Praça Estrela, que não a sua transformação num complexo cultural, conforme o proposto pelo arquitecto César Freitas, no A NAÇÃO da semana passada. Segundo a vereadora Neusa Sança, por agora, o local vai receber novos módulos para abrigar os vendedores ambulantes das ruas do Mindelo.

João A. do Rosário



Neusa Sança

placas de madeira.

A Praça Estrela, além de ser um ponto central para o comércio no Mindelo, também desempenha um papel importante na expressão da identidade cultural da ilha do Monte Cara. Os vendedores ambulantes, muitos dos quais imigrantes da costa

ocidental africana, trazem consigo uma riqueza de tradições, línguas e histórias. As suas barracas coloridas e produtos variados são um reflexo dessa diversidade.

No entanto, a questão da organização e estética da Praça Estrela é delicada, conforme deixa a entender

aquela responsável municipal. “Além da questão de não interferir com a visão arquitectónica da Praça, existe o problema de como garantir que as mudanças sejam inclusivas e beneficiem tanto os comerciantes quanto os visitantes”, afirma.

E, para resolver tais desa-

fios, diz Neusa Sança, “é fundamental um diálogo aberto entre a Câmara Municipal, os comerciantes e a comunidade em geral”. Além disso, “é fundamental ter em conta soluções que sejam sustentáveis”.

“A revitalização da Praça Estrela não deve ser apenas

Plataforma das Comunidades Africanas quer diálogo com Câmara

O presidente da Delegação Regional de São Vicente da Plataforma das Comunidades Africanas, Djibril Ndiaye, afirma-se preocupado com a falta de diálogo e oportunidades para conversar com o edil Augusto Neves sobre os problemas que a comunidade imigrada enfrenta.

Djibril destaca a escassez de barracas na Praça Estrela, o que leva os vendedores ambulantes a perambularem pelas ruas vendendo seus produtos. Como refere, no dia a dia, enquanto dirigente local da Plataforma, tem procurado conscientizar seus conterrâneos sobre o projecto da CMSV e assegura que mais de 50 imigrantes estão interessados nos módulos.

Para resolver o problema de titularidade das barracas, Djibril propõe que a Câmara deve investigar os 140 espaços existentes, identificando os proprietários e verificando se estão ocupados, resolvendo assim a questão que neste momento se coloca. “Essa reorganização é essencial para a revitalização da Praça Estrela e para atender às necessidades dos vendedores e imigrantes em São Vicente”, afirma.

Desafios Linguísticos e Educação

Vários vendedores ambulantes, anteriormente mecânicos, electricistas e canalizadores em suas terras-natais, enfrentam barreiras lin-



Djibril Ndiaye

guísticas para se comunicarem com as autoridades cabo-verdianas. Para isto, Djibril Ndiaye sugere a criação de um centro de informação para imigrantes, promovendo fóruns e ateliês para facilitar a integração.

E também propõe um Dia Municipal do Imigrante em São Vicente, à semelhança do que já existe noutras ilhas e concelhos do arquipélago, sendo esta “uma oportunidade para compartilhar culturas e gastronomia e resolver questões relacionadas aos imigrantes”.

Para o nosso interlocutor, é necessária uma maior aproximação da edilidade com os imigrantes, pois, como salienta, São Vicente alberga uma forte comunidade africana, constituída por senegaleses, bissau-guineenses, nigerianos, conakry-guineenses, e ganeses, e que juntos “podemos ajudar a Câmara a lidar com as situações e resolvê-las”.

uma questão de infraestrutura, mas também de inclusão social e valorização da cultura local. Há que saber como garantir que todos os envolvidos sejam ouvidos e que as decisões tomadas sejam para o benefício colectivo”.

Desafios na organização da Praça Estrela

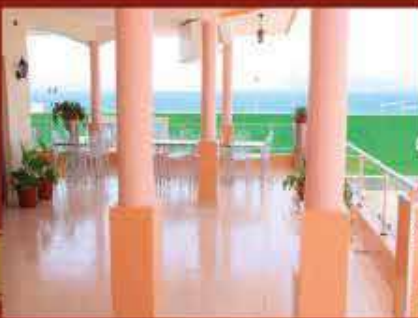
A par disso, a vereação de Neusa Sança diz estar a enfrentar outros desafios, igualmente significativos, na organização da Praça Estrela. “Um dos maiores problemas é o pagamento das mensalidades de cinco mil escudos pelos ocupantes das

barracas. Muitos acumulam dívidas consideráveis”.

Além disso, conclui, “há a questão de titularidade: algumas barracas não estão registadas em nome dos ocupantes, indicando transferências sem o conhecimento da Câmara Municipal, o que por si é um problema que precisamos resolver o mais depressa possível”.

Da ronda efectuada por esta reportagem no local foi possível constatar que vários módulos se encontram ali colocados, há já algum tempo, e na falta de serem utilizados pelos vendedores, alguns vêm servindo de abrigo para pessoas e até animais.

PUB





Restaurante Residencial NOVA CIDADE

Servimos todos os pratos para serem sempre delícias para o seu paladar!

Recomendações dos que nos visitaram:

- Arroz de marisco
- Polvo Grelhado
- Massa de mariscos

Alto Peixinho - Porto Novo | rrnovacidade@sapo.cv | 2221882 | 9787463 | 9569658 | 9709234 | +351939920751

Eleições nos Estados Unidos da América

Kamala Harris traz novo fôlego aos Democratas

Em poucos dias, os apoiantes de Donald Trump e do seu vice, D. J. Vencem viram-se, de repente, obrigados a mudar as baterias apontadas a um Joe Biden fragilizado física e mentalmente, para uma mulher afro-americana, ex-procuradora-geral da Califórnia, que emana energia e vitalidade. Isto ainda sem que o processo da sua escolha tenha chegado ao fim, com a sua nomeação pelos delegados do partido, em cada Estado, e nem a escolha do seu vice.

E aqui, os nomes dos democratas mais fortes avançados pela imprensa e comentadores, são os de Roy Cooper, governador da Carolina do Norte, o governador da Pensilvânia, Josh Shapiro, e o senador do Arizona, Mark Kelly. De acordo com a CNN, os três foram solicitados a enviar informações sobre suas finanças, históricos familiares e outros detalhes pessoais.

E o primeiro comício da pré-candidata Kamala Harris já teve lugar no início desta semana. E no seu seguimento, a vice-governadora conseguiu consolidar o caminho da sua candidatura, com o apoio declarado de um número suficiente de delegados.

Confiante e revigorada

De acordo com o sistema partidário norte-americano, Kamala Harris precisa, para já, de assegurar o voto não do povo americano, mas dos representantes do seu partido, em cada Estado, na forma de delegados, que irão escolhê-la, oficialmente, como a candida-

Kamala Harris ainda não viu a sua confirmação como candidata oficial do Partido Democrata, às próximas eleições presidenciais de Novembro. Mas já é campeã da angariação dos fundos indispensáveis para a campanha: mais de 100 milhões de dólares, em pouco mais de 24 horas. Mas os números mais importantes conseguidos pela vice-presidente estão nas intenções de voto dos eleitores americanos. As sondagens indicam que ela ultrapassa Donald Trump em dois pontos percentuais, ficando 44 para ela e 42 para o candidato republicano.

A NAÇÃO



ta do Partido Democrata, no próximo mês de Agosto. O que parece estar mais do que assegurado, de acordo com a agência de notícias Associated Press, com os mais de 3090 delegados com que a vice-presidente conta, até ao mo-

mento, ou seja, mil delegados a mais do que seria necessário.

Foi uma Kamala Harris confiante e revigorada que os americanos e o mundo viram, na passada terça-feira, dirigir-se a uma plateia maior do que Biden conseguiu reunir, nes-

ta campanha de 2024. Harris lembrou que “esta é uma campanha movida pelo povo” e que espera fazer uma presidência “colocando o povo em primeiro lugar”.

Antevendo as batalhas políticas e a troca de acusa-

ções que lhe esperam, Kamala destacou a sua larga carreira como procuradora-geral da Califórnia e a experiência nos processos de abuso sexual e fraude, lembrando a todos que “conhece muito bem o tipo de pessoas como Donald Trump”.

Entre as suas prioridades, como presidente, a pré-candidata disse que vai dar destaque à habitação e à saúde para todos, lutar pela restauração do direito ao aborto, uma conquista de décadas, revogada pelo Supremo Tribunal Federal, em 2022, e ainda banir a comercialização de armas semiautomáticas, que conta com um poder de lobby tradicionalmente muito forte no Congresso.

Euforia e alívio

Para já, com o primeiro comício da pré-candidatura e estes primeiros passos rumo à nomeação do próximo mês, os democratas vivem momentos de euforia e alívio. Um clima de esperança e união passou a atravessar o partido, de Nova Iorque à Califórnia, como não existia antes, com as gafes monumentais de Joe Biden e a incerteza que pairava sobre a sua saúde.

O actor George Clooney, que acabou por pedir a Biden que se retirasse da corrida, declarou o seu apoio a Kamala Harris, prometendo fazer tudo para a ajudar na campanha. Os mais de 100 milhões de dólares arrecadados, com cerca de 60% de doadores novos, que nunca tinha contribuído, é um sinal de que o partido poderá ter uma candidatura forte para derrotar Trump, em Novembro.



Desintegração de um “Moço-Presidente”



Jorge Eurico*

O presidente da República da Guiné-Bissau é um “moço” vulgar e politicamente impreparado para as funções que desempenha por equívoco. É malcriado. É intelectualmente anémico. O seu comportamento é o de um filho gerado e não criado com rigor moral que era suposto, possível e desejável. É moralmente pobre. Tão pobre que, quando lhe dá na real, transforma compartimentos do Palácio Presidencial em reles cabaré onde ele e a assessora de Imprensa suam e soltam “ais” de prazer ao trocarem fluídos corporais. Depois pousam em trajes menores, fazem um selfie e disseminam nas Redes Sociais. Uma vergonha!

Umaro Embaló é, definitivamente, um problema para a solução dos inúmeros problemas da Pátria-Natal de Amílcar Cabral. A Guiné-Bissau é dos países lusófonos com mais problemas de instabilidade política e militar. Desde os primeiros anos da sua emancipação política. É considerado um Estado falhado. Há quem diga que o título de narco-Estado seja o mais adequado para defini-lo. É certo e seguro que não é o “moço” que está de presidente que irá resolver os seus principais problemas da Guiné-Bissau. Um “moço” que sequer consegue manter o normal funcionamento das instituições do Estado. Atira-se contra tudo e todos. Julga-se senhor absoluto, dono e barão (espero que não seja da droga) da Guiné-Bissau. Dividiu a Sociedade Política e Civil daquele país da África Ocidental com o escopo de melhor reinar.

Umaro Embaló é um equívoco político. Está a con-

fundir ingenuamente a tolerância política dos cidadãos do seu País com alegado medo. Ledo engano. Umaro Embaló está a abusar. E com o povo bissau-guineense não se brinca. Quando toca a sargento, as suas kalashnikov's cantam que nem Pavarotti. Umaro Embaló ignora quem foi António de Spínola e como foi militarmente derrotado e humilhado pelos bravos combatentes do PAIGC. Não tem o mínimo de cultura geral. Caso tivesse, teria mais respeito e consideração pelos cidadãos que o guindaram ao posto de Mais Alto Magistrado da Nação bissau-guineense. Um cargo que está a desonrar com toda a sua empáfia e impreparação cívica, moral e política.

Há poucas semanas entendeu atirou-se contra jornalistas. Primeiro proibiu as correspondentes da RTP-África e da RDP em Bissau, Indira Correia Baldé e Fátima Camara. Proibiu-as de cobrirem as actividades que ocorrem no Palácio presidencial. As jornalistas sentem-se inseguras. Vivem dias de medo. Temem pela sua segurança. As direcções da RTP-África e da RDP não saíram em defesa das suas colaboradoras em Bissau. Estão caladinhas. Estranho! Muito estranho mesmo. Aos 13 de Julho, Umaro Embaló voltou a atacar. Aconteceu no “Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira”, depois de ter acabado de chegar de uma viagem ao estrangeiro. Mandou o jornalista Ussumane Mané (ao serviço da Rádio Sol) para a cesta que se encontra(va) no alto dos mastros das caravelas, onde os vigias perscrutavam



o horizonte em busca de sinais de terra.

O Sindicato de Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social (SINJOTEC) reagiu. Tomou uma posição pública. O Fórum de Órgãos de Comunicação Social Privados da Guiné-Bissau (FOCSP-GB) solidarizou-se com o SINJOTEC. Estão, agora, a mobilizar os órgãos de Comunicação Social para boicotar todas as acções presidenciais. Estão a preparar-se para “exonerar” Umaro Embaló dos noticiários dos principais veículos de comunicação. Tivesse Umaro Embaló algum nível teria percebido que a sua luta contra os jornalistas é ingloria e que já a perdeu à partida. Tivesse visão ter-se-ia permitido olhar para a Guiné-Bissau como carroça e ele na condição de cocheiro com as rédeas sob seu (des)controlo.

Tivesse tacto político, de certo que já se teria apercebido que quem tem o chicote em mãos para que o cavalo ande, são os jornalistas. Eles podem fazer a carroça perder o controlo. Podem fazer o cocheiro tombar da carroça se entenderem chicotear com toda a sua força o lombo do bicho. Umaro Embaló tem as

rédeas do País. Mas a sua ignorância política leva-o a ignorar que os jornalistas têm o chicote em sua posse. Umaro Embaló ainda não percebeu que vão liquidá-lo publicamente como político. Há coisas que, por manifesta ignorância, escapam ao domínio de Umaro Embaló.

Por exemplo, Umaro Embaló não sabe que os jornalistas têm o poder de divulgar informações e moldar a opinião pública. Desconhece que a Liberdade de Imprensa é o pilar principal da democracia. Ignora que os conflitos com os jornalistas estão a solapar a sua imagem a nível nacional e Internacional. O “moço” que está de presidente da Guiné-Bissau e um dia abotoou-se com uma considerável soma de dinheiro que o coronel líbio Muamar Al Kadhafi lhe tinha confiado para o Estado bissau-guineense está no começo do seu fim. Umaro Embaló está a desintegrar-se. Só ele ainda não se deu conta. A erosão da confiança pública e as críticas internacionais são sintomas disso.

*Jornalista angolano, radicado no Canadá. Leiteemel19@gmail.com

“ (...)Umaro Embaló não sabe que os jornalistas têm o poder de divulgar informações e moldar a opinião pública. Desconhece que a Liberdade de Imprensa é o pilar principal da democracia.”



José Mendonça Monteiro

A arrogância de um irmão-camarada, que alcançou a perfeição

Ironia suprema, é que o julgador jurídico, apesar de sua autoridade, é prisioneiro do tempo e da falibilidade humana, enquanto que, o julgador Divino reina absoluto, suas decisões são inquestionáveis, seus decretos eternos

Quem precisa de verdade quando se tem a oportunidade de exibir poder absoluto? Porque descer ao nível dos meros mortais quando se pode flutuar acima deles, envolto em uma nuvem de arrogância?

Afinal, quem precisa de senso de justiça quando se pode ter um ego que transcenda a própria razão.

Que dádiva poder ignorar todas as complexidades do mundo e viver na confortável bolha do “não sei e nem quero saber”. A arrogância, claro. Quem precisa de humildade quando se pode ter razão sobre tudo? E a indiferença, então, que maravilha! Que outro luxo é mais apreciado do que o de passar pela vida sem se preocupar com absolutamente nada e ninguém? Finalmente, a ingratidão. Que bela arte!

A combinação perfeita para o desastre pessoal e social.

Uma vez, nos idos tempos de juventude exuberante e desvairada, existiam dois irmãos-camaradas inseparáveis. Eles bravamente cruzaram os portões austeros das forças armadas, partilhando sacrifícios que fariam Hércules correr de vergonha. Lá estavam eles, juntos nos rigores do treinamento, nas frias madrugadas e sob o sol escaldante, tornando-se homens de aço, ou ao menos assim pensavam.

A amizade deles não se restringia aos campos de treinamento; invadia as pistas de dança das discotecas, os campos das placas desportivas e os caminhos serpenteastes dos passeios e convívios. Era uma irmandade forjada no fogo da experiência e temperada na camaradagem.

E quando o destino militar os separou, a vida no lar os uniu novamente. Enquanto um deles se dedicava aos livros, com a determinação de um monge tibetano em busca da iluminação

jurídica, o outro, humilde e dedicado, assumia as responsabilidades todas.

Como cuidava dele! Não era apenas uma questão de assumir responsabilidades; era um escudo contra as intempéries da vida. Quando alguém ousava magoá-lo, o outro se interpunha, feroz e implacável, como um leão protegendo sua cria. Frágil, inseguro, estranho, refugiado na proteção do irmão-camarada, superou inúmeros obstáculos psicológicos.

Os anos passaram, e eis que o destino finalmente sorriu para ele. Se tornou magistrado. Ah, a glória de ter um irmão-camarada ocupando um cargo de tamanha importância! Mas a alegria foi efêmera. A primeira coisa que ele fez foi esquecer que o outro existia. Sim, aquele que outrora buscava proteção e amizade agora via o irmão-camarada com indiferença.

É impressionante a velocidade com que alguém pode ascender ao Olimpo e, uma vez lá, olhar para baixo com desprezo e desdém. Aquele que um dia foi indefeso e apático, agora era perfeito aos seus próprios olhos, comensurando a condição de magistrado com a de Deus. A arrogância era palpável, quase tangível, como uma aura maldita que o envolvia e o separava do mundo dos mortais.

Hoje, quando os caminhos se cruzam pelas ruas, o irmão-camarada é apenas uma sombra do passado que ele fingia não reconhecer. Esqueceu-se de tudo o que o outro fez por ele, de todos os momentos que compartilharam e de tudo o que foram. Ele, que dependia do irmão-camarada para atravessar as tormentas da vida, agora navega sozinho, ou ao menos assim pensa.

A perfeição é uma máscara frágil, e usa-se com a confiança de um ator em sua primei-

ra peça. No entanto, sabe o que está por trás daquela máscara. Vê ainda um soldado inseguro e tímido, escondido sob a toga.

Qual é a arte refinada que transforma qualquer ato de generosidade em uma experiência edificante de desapontamento. Aquela que seria como plantar uma árvore e, em vez de frutos, colher uma nuvem de gafanhotos. Quanta elegância em não reconhecer o esforço alheio, em fingir que toda ajuda recebida foi um mero acaso do destino. Bravos, ingratidão! realmente sabe como fazer um benfeitor sentir-se especial.

No tribunal da vida, onde os atos e omissões são julgados sem apelação, é digno de nota o caso de um indivíduo que, outrora extravagante, agora se ergue com a pompa e circunstância de um togado. Este venerável irmão-camarada, cuja trajetória de insegurança a uma pretensa superioridade jurídica é assaz intrigante, parece ter desenvolvido uma amnésia seletiva quanto às suas origens.

Quem seria capaz de recordar, no panteão da sua atual arrogância, o que o fez buscar a companhia fraterna após a vida militar? Certamente, não ele. Quem o apoiava, confortava e erguia após cada insucesso nos concursos? Esse detalhe, aparentemente, desvaneceu-se na névoa da sua vaidade.

Outrossim, convém perguntar: Quem ignorava paixões, sacrificando-se para que ele pudesse exercer seu direito da dignidade Alfa? Tais questões ficam sem resposta na sua narrativa de superioridade.

Quem o reconduzia ao caminho da fé, quando ele, em seu desespero, proferia injúrias contra o divino? Quem estava lá nas crises de depressão, oferecendo suporte incondicional?

Na jurisdição da memória, esses eventos permanecem ar-

quivados, mas certamente não no rol das prioridades do agora togado, cujas ações clamam por reconhecimento, mas cujo passado de gratidão é negligentemente ignorado.

Entre os augustos corredores do foro terrestre e os etéreos domínios celestiais, desvela-se uma comparação digna de um tratado jurídico-poético. De um lado, um julgador das leis jurídicas, árbitro mortal das querelas humanas, cuja autoridade é confinada pelos códigos e estatutos dos homens. Do outro, o Supremo Julgador das leis físicas, cuja jurisdição se estende além do espaço-tempo, regendo-se por leis divinas que transcendem o entendimento humano.

Ironia suprema, é que o julgador jurídico, apesar de sua autoridade, é prisioneiro do tempo e da falibilidade humana, enquanto que, o julgador Divino reina absoluto, suas decisões são inquestionáveis, seus decretos eternos.

Que ironia! O homem, em sua busca pela justiça, construiu um sistema complexo e intrincado, enquanto a justiça divina, em sua simplicidade absoluta, permanece impenetrável e incansável.

Assim, no exercício de sua função, quem sabe o nobre togado possa, eventualmente, refletir sobre o seu próprio julgamento de caráter e lembrar-se das raízes que o sustentaram até a altura onde hoje se encontra.

Talvez, um dia, se lembre de quem realmente é. Até lá, o irmão-camarada continuará sua vida, sabendo que a verdadeira força não reside no cargo que ocupamos, mas nas amizades que cultivamos e nas memórias que guardamos. E se ele, em sua insipiência e arrogância, preferir esquecer, o irmão-camarada escolhe lembrar. Porque, no fim das contas, a vaidade pode ser cega, mas a memória é eterna.

Comércio eletrónico transfronteiriço na estratégia digital das empresas (Part II)



Pedro Ribeiro

Retomando a reflexão ... Para além da adequação do bem e/ou serviço a um comércio eletrónico eficaz, os métodos de comunicação da empresa devem ser adaptados e direcionados para diferentes segmentos do mercado, tendo em conta os diferentes interesses dos clientes atuais e potenciais em cada país. Enquanto que nas exportações tradicionais a ênfase é colocada na qualidade do produto, no comércio eletrónico transfronteiriço são necessárias imagens de qualidade, descrições detalhadas do produto e anúncios numa plataforma, rede social ou sítio Web que possam chamar a atenção num espaço publicitário lotado, uma vez que este é o principal método para chegar a potenciais clientes. Por esta razão, é essencial que as MPME's desenvolvam a capacidade de oferecer comunicações claras e de alta qualidade em cada país.

Comunicações assertivas

Assim, de uma perspetiva de políticas, para aumentar a penetração do comércio eletrónico das MPME's nos mercados internacionais não pode ser negligenciada a construção de capacidades de marketing e comunicação nas MPME's. Tendo em conta o que precede, é importante que as MPME's disponham de informações sobre a maturidade digital do país de destino (por exemplo, que plataformas utilizam os consumidores?), uma vez que a aquisição de clientes dependerá, em grande medida, do tráfego que conseguirem atrair para a sua loja online. Assim, consoante o segmento ou segmentos-alvo, varia o nível de presença digital das MPME's em cada plataforma. As diferenças no nível de matura-

ridade do país de destino podem determinar diferenças no custo do investimento necessário para ter uma presença efetiva online. Com esta informação, as MPME's podem compreender melhor o custo da entrada em diferentes mercados através do comércio eletrónico transfronteiriço, como é comum nas relações B2B, a frequência de compra será provavelmente mais elevada e é possível que seja necessário estipular condições de garantia e cumprir padrões de qualidade diferentes dos de um consumidor final (modelo B2C). As diferenças entre os modelos B2C e B2B implicam que as estratégias de apoio às MPME's devem ser concebidas de forma diferente. No primeiro caso, será mais relevante que as MPME's disponham de informação, formação e ferramentas para reforçar a integração da logística e dos pagamentos (incluindo a logística inversa). Além disso, com a procura B2C, os serviços de fidelizações e pós-venda são dirigidos a um consumidor final que, muito provavelmente, comprará com menor frequência.

Desenvolver uma loja online própria ou aderir a um marketplace já estabelecido?

A primeira é uma estratégia de comércio eletrónico direto em que toda a operação digital é gerida pela empresa sem intermediários entre o cliente e ela própria. Neste caso, a MPME's deve encarregar-se do alojamento e promoção do seu site, da gestão dos suportes digitais, do catálogo de produtos ou serviços, das formas e meios de pagamento disponíveis, da logística e entrega, do serviço de apoio ao cliente e dos mecanismos e políticas pós-venda em

matéria de devoluções, fraude, confidencialidade e segurança dos dados. No segundo caso, através dos marketplaces as MPME's enveredam por uma estratégia de comércio eletrónico indireto, em que o marketplace ou plataforma atua como intermediário entre o cliente e a empresa. Esta intermediação não só implica soluções e integrações para pagamentos, logística, reclamações e devoluções, como também oferece ao próprio tráfego da plataforma um potencial acesso a muitos visitantes que, em geral, já estão fidelizados ao marketplace e que frequentam esta plataforma específica. Para além disso, os marketplaces podem oferecer promoções especiais. Como é natural, algumas MPME's podem optar por uma estratégia mista de comércio eletrónico - a combinação de uma abordagem direta e indireta. Quando se entra num novo mercado onde a marca ou o produto da MPME's será desconhecido, pode ser útil aproveitar a boleia de um marketplace bem conhecido para ganhar visibilidade e presença.

A que tipo de estratégia deve dar prioridade uma agência pública interessada em promover o comércio eletrónico transfronteiriço?

Em geral, a estratégia dependerá do nível de maturidade das MPME's e do tipo de produto que oferecem. Uma estratégia de comércio eletrónico indireto através de marketplaces pode ser recomendada para as MPME's que estão a explorar o comércio eletrónico pela primeira vez, uma vez que as plataformas geralmente reduzem muitas barreiras e custos enfrentados pelas MPME's para se inserirem no co-

mércio eletrónico transfronteiriço. O acesso a um marketplace internacional pode permitir que as MPME's aprendam rapidamente os hábitos comerciais do país de destino e adaptem gradualmente os seus processos internos. Além disso, à medida que as MPME's exportadoras ganham experiência através dos marketplaces, podem ser exploradas colaborações ou iniciativas em conjunto com plataformas integradoras que facilitem e simplifiquem a forma como uma MPME's pode estar presente em mais do que um mercado ao mesmo tempo, tais como a Jumia, a Kilimall, etc. Em qualquer caso, é importante ter em conta que, para além do acesso a uma base de clientes mais alargada e da penetração em novos mercados, um dos principais objetivos de uma estratégia de comércio eletrónico transfronteiriço é que as empresas compreendam e respondam rapidamente à procura do mercado e ao comportamento dos seus concorrentes, de modo a poderem adaptar rapidamente a sua oferta de produtos ou serviços. Em conclusão, os marketplaces devem ser considerados pelas agências de promoção como um mecanismo adicional e não como o único canal de vendas online através do qual as MPME's podem exportar. Um número crescente de marketplaces está a desenvolver as suas próprias marcas e a tornar-se concorrente direto das MPME's que operam nas suas plataformas. O facto de estes estarem numa posição vantajosa em termos de dados e informações disponíveis pode colocar as MPME's em desvantagem competitiva efetiva. Alguns exemplos destas tendências podem ser vistos nos casos da Amazon (vestuário, cosméticos, alimentos) ou da Konga (eletrónica, computadores).

O acesso a um marketplace internacional pode permitir que as MPME's aprendam rapidamente os hábitos comerciais do país de destino e adaptem gradualmente os seus processos internos.



Germano Almeida

365x3:...

Amadeu Oliveira já padeceu mais de 1100 dias da sua vida na cadeia de Ribeirinha em S.Vicente, do total dos mais de 4500 dias em que foi condenado pelo Tribunal da Relação de Barlavento, confirmado pelo Supremo Tribunal e ratificado pelo Tribunal Constitucional. Todos eles sem qualquer hesitação.

Ele foi julgado pela Relação de Barlavento, e o único crime em que foi encontrado é o “crime” de ter sido eleito deputado na Legislatura que ainda decorre. Bem, também foi acusado e condenado, se não expressamente, pelo menos tacitamente, pelo imperdoável crime de ser desbocado num país que se quer cada vez mais de mansinhos cabritinhos.

Porém, só ser desbocado não deveria merecer condenação tão severa. E muito menos ser deputado.

Tenho estado a comparar o processo movido em Portugal contra a angolana Cláudia Simões, com o processo movido em Cabo Verde contra o cabo-verdiano Amadeu Oliveira. É que são ambos infames!

O julgamento e a condenação de Cláudia como foi sendo relatado em alguns jornais, até à ultrajante sentença final, pode ter uma justificação: Cláudia é estrangeira em Portugal! Dizem de ela ser luso-angolana, porém continua sendo uma estrangeira. É preta, portanto “macaca filha da puta”, como a terá insultado o polícia Carlos Canhas, para quem ela não passa de lixo, uma merda. (Disse uma testemunha que o polícia que a prendeu, o tal Carlos Canas, cheirava a álcool. É verosímil!)

Mas Amadeu não é estrangeiro em Cabo Verde! Ele pode ser “um homem estranho” neste país em que toda a gente diz Sim Senhor! (Onésimo Silveira dixit), e onde ele insiste em ter voz própria. Porém, Amadeu é nacional cabo-verdiano! Pertence

a este país! E mais: é aceite pelos seus, ainda que os seus tenham medo de o dizer publicamente.

Amadeu foi julgado em Cabo Verde, por magistrados que, antes de tudo o mais, são homens cabo-verdianos! E, no entanto, tanto ele como ela sofrem a iniquidade de alguns juizes que se julgam deuses. Cláudia foi condenada por ter mordido o braço do polícia Carlos Canha que a sufocava com um golpe na garganta que, pela sua extrema brutalidade e violência, é chamado de “mata-leão”. Amadeu não sofreu tortura física, apenas violência de atos, apresentados como sendo em respeito da lei.

Quem acompanhou o julgamento de Cláudia Simões, mesmo sendo leigo em direito, poderia perfeitamente ter apostado em como ela necessariamente iria ser condenada. É que desde a primeira hora, ficou evidente a antipatia da juíza presidente, Catarina Pires, para com ela e consequente desvirtuamento de todas as suas palavras e ações. A juíza Catarina humilhou a Cláudia de forma atroz e desumana, e até permitiu-se dizer-lhe que ela é uma arrogante que apenas queria encher-se de dinheiro à custa do polícia Carlos Canha. Coitada da Cláudia, deve ter acreditado que no tribunal seria tratada como igual, quando, já do antecedente, o Carlos Canha lhe tinha dito que ela é apenas lixo e mostrado quem detém o poder de mandar. Bem que se diz que pedra não joga com garrafa.

Ora o Amadeu Oliveira cometeu erro igual. Estava ansioso por se apresentar ao Tribunal e contar a sua versão dos factos, e não suspeitou que o juiz Simão Santos não estava lá para o ouvir, mas sim para o prender. E assim ele fez. Contra tudo que as leis dispõem relativamente ao estatuto dos deputados. Aliás, é bem curioso que no caso do Amadeu Oliveira, o estatuto

de deputado não serviu para não ser encarcerado, mas justificou plenamente a sua condenação a sete anos de cadeia por atentado ao estado de direito, crime privativo de certos órgãos do poder.

Cláudia Simões teve na juíza Catarina Pires uma versão um tantinho melhorada do polícia Carlos Canha. Ela não lhe bateu com as mãos, apenas lhe aplicou o golpe “mata-leão” num solene desprezo através de palavras desrespeitosas e insultuosas e gestos humilhantes. Achou-a desobediente e indisciplinada.

Amadeu Oliveira não teve melhor sorte com a juíza Circe Açucena. Ele não mostra nenhum sinal de arrependimento, diz a juíza no acórdão.

No entanto, os processos de Cláudia e Amadeu distinguem pelo método utilizado. Cláudia foi brutalmente agredida e presa por um polícia, o Carlos Canha, que dizem cheirava a álcool. Amadeu foi cordialmente tratado por um juiz, o Simão Santos, foi ouvido pachorrentamente durante horas e horas e depois, com a mesma tranquilidade, foi mandado fechar na cadeia. Sem o juiz se preocupar com a exigência legal de ele, enquanto deputado, primeiro dever ser pronunciado por um qualquer crime e ter que ter a imunidade parlamentar levantada. E dado que o juiz Simão Santos forçosamente não podia ignorar essas exigências legais, dolosamente cometeu um crime chamado de prevaricação. Continua impune!

Cláudia Simões e muitos que a apoiam, jornalistas, advogados, escritores, ativistas sociais, têm vindo a denunciar, quer o polícia Carlos Canha, quer a juíza Catarina Pires, ele pela violência inenarrável e gratuita que praticou sobre a preta, ela pela sentença com que não hesitou em sujar o seu nome, e que vai certamente acompanhá-

-la e envergonhá-la pela vida fora.

O Amadeu Oliveira não tem essa sorte. Ele não teve, nem tem, nem jornalistas, nem advogados, nem escritores, nem ativistas sociais a apoia-lo, a denunciar esse abuso de autoridade de que é vítima. Está abandonado nas mãos dos detentores do poder que se vão deliciando nas perversões enquanto batem as mãos no peito pela nossa democracia e pela nossa boa governança.

A prisão do Amadeu Oliveira é tão gritantemente abusiva que estivéssemos nós numa terra onde houvesse uma sociedade civil ou pelo menos uma opinião pública com jornalistas sem laços comestíveis, diariamente teríamos clamores sociais a berrar contra essa condenação repugnante. Mas infelizmente não temos, nem acredito que venhamos a ter nos próximos muitos anos.

De modo que a Cláudia pode ainda viver uma esperança de os tribunais superiores corrigirem a vergonha da sua condenação.

Amadeu Oliveira não, ele esgotou já todas as esperanças de correção. Todos os tribunais persistiram na mesma vergonha da sua condenação, tendo o Tribunal Constitucional tido o opróbrio de inventar uma interpretação da Constituição exclusivamente destinada a confirmar a sua condenação.

Bem, ainda bem que “há sempre alguém que resiste há sempre alguém que diz não”, lembra-nos o poeta Manuel Alegre. Sobretudo porque “os magistrados não são ungidos pelo poder divino”, como há dias alertou o ex-procurador-geral português Cunha Rodrigues.

Assim, o que está a faltar na sociedade é um qualquer milagre capaz de convencer os magistrados da verdade inquestionável de não serem ungidos pelo poder divino.

Bem, ainda bem que “há sempre alguém que resiste há sempre alguém que diz não”, lembra-nos o poeta Manuel Alegre. Sobretudo porque “os magistrados não são ungidos pelo poder divino”, como há dias alertou o ex-procurador-geral português Cunha Rodrigues.



Snoop Crioulo

O orgulho cabo-verdiano não podia estar mais ao rubro estes dias com a participação da comitiva crioula nas Olimpíadas de Paris. Mas o que os milhares de crioulos espalhados pelo Mundo não estavam à espera era ver o famoso rapper norte americano Snoop Dog, que vai carregar a Tocha Olímpica em parte do percurso, aparecesse trajado com as cores de Cabo Verde. Por causa disso, as redes sociais estiveram literalmente “on fire” esta quarta-feira com o Snoop Crioulo.



Desmancha prazeres

O ZIG, coitado, não quer ser desmancha prazeres, mas qualquer semelhança com a realidade foi, afinal, pura ficção. É que, na verdade, naturalmente, essa não é a bandeira de Cabo Verde. Snoop está a usar, ao que parece as cores da França: azul, vermelha e branca, misturadas também com as cores e estrelas da bandeira dos EUA. Mesmo assim, não custa nada pensar que se tratavam das cores de Cabo Verde. Com jeito e boa vontade, o Snoop ainda descobre que tem raízes cabo-verdianas.



Fuga em frente?

“Meu amigo Edilson Batalha, pronto para iniciar a licenciatura em jornalismo na Universidade de Cabo Verde. Podemos ser o que quisermos, lutando e batalhando. Fazendo do, aparentemente, impossível possível!”, proclamou o VPM na sua página do Facebook, a poucos dias do debate do estado da nação, e continuando a explorar a imagem do pobre jovem que concluiu o liceu vendendo pasteis. ZIG lembra que as aulas só comecem no final de Setembro ou Outubro. Mas, quem pode culpar Olavo por se adiantar? Afinal, é melhor marcar território antes que outro político mais espertalhão se aproveite do garoto.

Golpe!

Na Assomada, uma jovem finalista do 12º ano do Liceu Amílcar Cabral parece ter levado a expressão “a vida é uma festa” a um nível totalmente novo. Acusada de desviar o dinheiro arrecadado para a tão esperada festa de gala dos pré-universitários, ela deu uma verdadeira aula de “como transformar uma festa num fracasso”. Cada festeiro pagou 2 mil escudos, mas nem metade dos convidados conseguiu comer ou beber durante o evento – porque, aparentemente, a comida e a bebida decidiram não comparecer. A cereja no topo do bolo? A dita cuja foi vista a desfrutar de umas férias numa outra ilha. Enfim, cada um com a sua esperteza e habilidade.

Passagem de testemunho

Augusto Neves aproveitou a abertura da semana da Juventude em São Vicente para fazer campanha antes do tempo. Como bom político diante dos jovens, falou da importância de preparar a passagem de testemunho aos mais novos, porque deles é o futuro do país e do mundo, mas foi avisando que no seu caso tal ainda não vai acontecer nas próximas eleições autárquicas. Entre os jovens houve quem achasse que Ti Gust perdeu uma boa oportunidade de seguir o exemplo de Joe Biden. Ao contrário do que se pensa, os miúdos estão muito atentos às coisas do mundo e acham que está na hora de certos velhos irem para casa.



Love

O S.Exa Pedro Lopes partilhou esta semana um vídeo nas redes sociais repleto de muito love e boas energias... que arrancou os maiores suspiros dos internautas. Num hotel das “arábias”, o governante aparece a pedir a sua amada de longa data, Sandra Alicia, em casamento... Ao ZIG só resta desejar as maiores felicidades ao casal...



Fujões

Doze jogadores da selecção sub-17 da Guiné-Bissau debandaram-se após chegar em Portugal para participar em um torneio de futebol em Cascais. Após divulgação do “incidente” e intervenção da Polícia Portuguesa, todos foram encontrados. Depois da debandada na última Jornada Mundial da Juventude, assim também se vai percebendo o porquê da Embaixada de Portugal ter recusado, recentemente, vistos a um grupo de jovens cabo-verdianos com destino a Portugal, para o mesmo efeito e alegando, precisamente, algum receio de desfecho semelhante. É que em nome da lusofonia... Portugal já encaixou vários fujões.



The main image shows a woman on the left in a grey polo shirt with a name tag, holding a red bucket of cleaning supplies. On the right, a man in a grey security uniform with a cap and name tag stands with his hands on his hips. The background is a blue and purple graphic with the 'setelima Group' logo. Above the logo are small maps of the Cape Verde islands, with labels for 'Santo Antão', 'São Vicente', 'Santiago', and 'Brava'.



Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Achada Grande Frente - Fazenda 133/c - Praia - Cabo Verde
Tel: +238 263 31 30 - Fax: +238 2635088 - Mvl: +238 9977683
Email: geral@setelima.com - seguranca@setelima.com - industria@setelima.com
www.setelima.com

Etc.

Festa Olímpica



A festa das Olimpíadas chega à Cidade-Luz

De amanhã, 26 de Julho, até 14 de Agosto, a festa dos Jogos Olímpicos vai tomar conta da cidade de Paris e dos parisienses, sobretudo pelas margens do Sena. Mas algumas provas de modalidades, como o rugby e o futebol, arrancaram já ontem, quarta-feira. Para sexta-feira, Soop Dog é o grande nome anunciado para o espectáculo de abertura. Uma festa que teve início há mais de 2000 anos, na Grécia antiga, e que em cada quatro anos, desde 1896, vem reflectindo o estado do mundo e das ideias. Em Paris vão estar reunidos mais de 200 comités olímpicos e mais de 10 mil atletas do mundo inteiro.

Joaquim Arena

Uma viagem pelas edições dos Jogos Olímpicos da era moderna, desde que a primeira se materializou, por inspiração do Barão de Coubertin, em 1896, na cidade de Atenas, é ir ao encontro do próprio estado do planeta e da Humanidade, nesse período temporal. Um espelho que na maior parte das vezes permite uma leitura política, social e cultural do mundo de então. Mas já antes, no período da sua fundação, os Jogos eram o testemunho de como os gregos antigos viam a sua sociedade, os valores e o espírito que prevalecia em tempos de paz.

No seu mais antigo registo, que data de 776 AC, ficamos a saber como os gregos pas-

saram a medir o tempo pelo período em que decorriam os Jogos, a cada quatro anos. Tal como hoje acontece, com a diferença de que já não se realizam Olimpíadas em honra do deus Zeus, como então. E esta é uma marca daquela que foi a sociedade mais avançada do seu tempo. Ficamos a saber como também vinham atletas de todas as colónias gregas no Mediterrâneo, para participar nos Jogos, que passaram a durar quatro dias. E de como aos vencedores, as suas cidades de origem os glorificavam à sua chegada, depois do banquete oficial, em Olímpia. Até que, no ano de 393 na nossa era, o imperador romano Theodosius baniu os Jogos Olímpicos, por

motivos religiosos, com a justificação de que estes encorajavam o paganismo.

O sonho do Barão

A busca por um ideal de vida harmoniosa em sociedade e em paz, permitiu o Barão francês organizar, no seu país, o tão desejado primeiro Congresso Olímpico, em 1894. Participaram cerca de duas mil pessoas, delegados de oito países europeus, Estados Unidos, e mais 13 de outras origens. Dois anos depois, em 1896, realizavam-se os primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna, em Atenas, na Grécia.

Coubertin procurava na motivação grega, que estivera na base da criação dos Jogos, o moto para um mundo mais inspirado na competição física e salutar do que na troca de metralha dos campos de batalha. O Barão de Coubertin como que adivinhava o que estava para vir.

Anos antes, em 1870, a França havia conhecido o poder militar da Prússia, que a invadiu e derrotou, na Guerra Franco-Prussiana, e que culminaria na unificação da Alemanha. As consequências deste poder germânico seriam conhecidas, anos depois. Passou a existir um estado de guerra latente, na Europa – até à II Guerra Mundial –, e que levaria à constituição de dois blocos: a Tríplice Aliança (1882, Alemanha, Áustria-Hungria e Itália) e a Tríplice Entente (1907, Inglaterra, França e Rússia). Ao longo do século XX, os JO conheceram duas suspensões, durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais e foram reflectindo os ventos de mudança, pressões políticas e os diversos movimentos de transformação das sociedades. O palco internacional em que o evento decorre sujeita-o

à manipulação, à propaganda, à politização.

Os Jogos Olímpicos e a espuma dos tempos

Aqui, o primeiro grande exemplo foi a sua manipulação pelo regime nazi, em 1936, nos JO de Berlim, para a promoção da sua ideologia de supremacia racial. Para a história ficaram duas figuras: o velocista afro-americano Jesse Owens (que destruiu o mito da invencibilidade ariana) e a cineasta alemã Leni Riefensthal (no filme propaganda o Triunfo da Vontade). Os JO de Melbourne, na Austrália, de 1956, não ficaram imunes à tensão entre a União Soviética e a Hungria, com a invasão violenta deste último país e um saldo de milhares de mortes e feridos. A luta pelos direitos cívicos, encabeçada pelos Black Panthers, subiu ao pódio, no México em 1968, nos punhos erguidos de Tommie Smith e John Carlos, atletas afro-americanos medalhados (ouro e bronze), num claro protesto contra a situação no seu país.

Ainda na cidade do México, a Praça das Três Culturas, foi palco de um massacre

quando tropas governamentais dispararam sobre centenas de estudantes que protestavam contra os gastos da organização dos JO, quando o país atravessava uma situação social de pobreza das camadas mais baixas. E nas edições seguintes, como a de Montreal, de 1976, o Jogos reflectiram as tensões entre a China e Taiwan, as políticas levadas a cabo pelo regime de Apartheid da África do Sul, e a Guerra Fria entre os dois blocos, Leste e Ocidente, com o boicote dos Estados Unidos aos Jogos de Moscovo, em 1980, como protesto contra a invasão do Afeganistão, um ano antes. Naturalmente que os soviéticos retaliariam da mesma forma, não colocando os pés nas Olimpíadas de Los Angeles, de 1984.

Mas o caso mais dramático, que ficou para a história, foi mesmo o massacre de 10 atletas israelitas, em Munique, em 1972, depois de terem sido feito reféns pelo comando Setembro Negro, uma facção da OLP (Organização para a Libertação da Palestina), então dirigida por Yaser Arafat.

E como todas as organizações internacionais, o Comité

Olímpico Internacional (COI) não ficaria também imune às denúncias de corrupção dos seus membros. O caso chocou o mundo do desporto, em 1998. Mas é quase certo de que a prática de luvas, presentes, favores em negócios, férias e viagens pagas, inclusive mensalidades pagas em colégios aos filhos dos funcionários, já estava instalada há várias décadas na instituição. Seguiram-se processos de expulsão e reformas e a criação de uma Comissão independente de Ética.

Marketing e profissionalismo

Outra realidade que acabou por absorver totalmente os Jogos foi todo o lado comercial ligado ao evento. As indústrias da televisão e dos mercados de equipamentos desportivos, em especial o calçado, chegaram em força aos JO e para ficar. Os ganhos astronómicos que o COI obtém em cada edição circulam também pelas federações desportivas internacionais, uma fonte de receitas inestimável e que também acaba por chegar aos atletas, em vá-

rios países.

A ‘revolução’ do mercado – patrocinadores oficiais, comercialização da marca em produtos, de cartões de crédito a marcas de cerveja - já era previsível nos JO de Roma, em 1960, para se afirmar, em Tóquio, em 1964. Quatro anos antes, as primeiras imagens dos Jogos, tinham sido transmitidas, em directo, para toda a Europa. E em Tóquio, o mundo pôde seguir, pela primeira vez, em directo, todo o evento.

O espírito dos Jogos, tal como imaginado pelo Barão de Coubertin, desaparecia da Carta Olímpica por completo, no final do século XX, com a abolição da referência da condição de desportista ‘amador’, da competição e dos atletas. Daí para frente, atletas profissionais, competindo por dinheiro, passaram a poder competir também nos JO. A decisão final passou para as federações internacionais, sobre quais as modalidades olímpicas em que estes atletas poderiam competir. Actualmente, a presença de atletas profissionais está generalizada.

No entanto, o maior problema que o COI enfrenta são os casos de doping. A primeira descoberta desta prática aconteceu depois da morte de um ciclista dinamarquês, nos JO de Roma, em 1960. Testes revelaram que o treinador lhe ministrava anfetaminas para obter melhores resultados. Mas os testes formais só entrariam na rotina nos JO de Inverno de 1968, na cidade francesa de Grenoble.

Em 1960, atletas com diferentes graus de deficiência passaram a poder também competir nos Jogos Paralímpicos, responsabilidade do Comité Paralímpico Internacional (CPI). Aqui o desporto é usado como ferramenta para a sua reabilitação.



Jesse Owens



Bikila traz a primeira medalha de ouro para África

Abebe Bikila

O filho de pastores etíopes, de nome Abebe Bikila, cruzou a frescura das ruas eternas de Roma, numa noite de 1960, à frente de centenas de maratonistas e incentivado por milhares de espectadores, para trazer para África a sua primeira medalha, conquistada numa edição dos Jogos Olímpicos. A primeira de sempre para o continen-

te - e logo de ouro. Durante a maior parte do percurso, Bikila teve como companheiro Rhadi Ben Abdelsselam, maratonista marroquino, tido então como o favorito para vencer a competição.

Mas, o marroquino não teve forças para aguentar o ataque do etíope, nos dois últimos quilómetros da meta. E em pouco tempo, a África conquistava o

seu primeiro lugar no pódio olímpico. Para além de Bikila, atleta até esse dia completamente desconhecido, ter estabelecido um novo record mundial da maratona, em duas horas, 15 minutos e 16 segundos. Mas o que ficaria na retina dos espectadores e talvez dos seus adversários, foi que o etíope correu toda a maratona descalço. Tudo porque Bikila re-

ceou que os ténis de corrida novos pudessem magoar-lhe os pés. No dealbar das independências em África, o feito de Bikila ressoou por todo o continente, pelo simbolismo que isso trazia à nova época que o continente e os africanos estavam a viver.

De regresso a casa, o corredor de fundo, filho de um pastor da aldeia de Jato, na Etiópia rural, recebeu das

mãos do Imperador Hailé Selassie a Estrela da Etiópia, para além de lhe oferecer uma casa e um Volkswagen carocha. Infelizmente, seria ao volante do carro que Bikila haveria de ter o acidente que o paralisou do pescoço para baixo, em 1969. As dúvidas sobre as suas capacidades atléticas seriam tiradas nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 1964, onde defendeu o seu título mundial de maratonista. Acabaria por ser, igualmente, o primeiro atleta a ganhar novamente o ouro e a manter o seu título, desta vez calçado. Isto 40 dias depois de ter sido submetido a uma operação para remoção do apêndice. Bikila morreu em 1973 de problemas resultantes do acidente de automóvel. 🌀

Cabo Verde e as Olimpíadas

Cabo Verde tem estado representado em todas as edições dos Jogos Olímpicos, desde 1996, ano da estreia, sobretudo na categoria de Maratona Masculina. Em termos de classificação, o país passou de um 94º lugar, em 1996, para 67º, em 2000, tendo caído para o lugar 78, em 2004, e no ano seguinte conseguindo o seu melhor resultado, 48. Para além da Maratona, Cabo Verde já participou nas modalidades de Atletismo e Ginástica. Nos Paralímpicos, a estreia foi em 2004, na cidade de Atenas.

Os Sete Magníficos

Em 2008, Artemízia Gomes foi a única atleta nos Paralímpicos de Pequim, competindo no lançamento do peso, do disco e do dardo. Márcio Fernandes representou o país nos Jogos Olímpicos de Londres, 2012, nos 100 e 200 na classe T44 e no lançamento do dardo na classe F44. A única medalha até hoje

ganha aconteceu nos Paralímpicos de Verão de 2016, por Gracelino Barbosa, nos 400 metros T20 (deficientes intelectuais).

Para esta edição de Paris 2024, Cabo Verde irá estar representado pelos seguintes atletas: Samuel Freire (atletismo), Jayla Pina (natação), José Tati (natação), Nancy Moreira (boxe), Victor Alves d'Oliveira (esgrima) e Djamila Correia e Silva (Judo).

O Comité Olímpico Cabo-Verdiano (COC) nasceu de um despacho do então Ministro da Informação, Cultura e Desportos, David Hopffer Almada, em Julho de 1989. O principal objectivo foi assegurar a participação de Cabo Verde nos JO. Mas o reconhecimento da parte do Comité Olímpico Internacional só chegaria em 1993. Antero Barros, professor e desportista, liderou a instituição durante 13 anos. Seguiu-se o jornalista Franklin Palma, durante oito anos. Filomena Fortes é a actual dirigente do COC.



Gracelino Barbosa



Sempre no coração!

Telefone: (+238) 260 26 90/91/93
Email: comercial.grupoalfacv@gmail.com
Site: www.anacao.cv



Mi ki é Chico D'Ina

De Rebelo-Abaixo para o palco dos seus sonhos... o Show da Manhã

Poderia responder pela alcunha de Chico Didi, uma homenagem ao pai, mas prefere que seja chamado de Chico D'Ina, nome artístico para eternizar a mãe, aquela que sempre o quis por perto, talvez mesmo “debaixo das suas saias”, particularmente, nos momentos em que Didi Fernandes se atirava a ele para lhe arrancar o couro, quando em criança pisava a linha vermelha.

Tinha desenvolvido muito afecto por Ina Landim, uma mulher batalhadora, protectora, lá das bandas de Rebelo-Abaixo, localidade encravada na encruzilhada entre os concelhos dos Picos e de Santa Cruz, povoada por gente fustigada pela pobreza 24 horas por dia. E por isso mesmo Chico D'Ina jurou romper com esse ciclo, dando uma vida mais digna à mãe. Mas sendo certo que não seria possível cumprir este desígnio neste cutelo, a solução seria vencer o dilema bem cabo-verdiano: partir, mesmo querendo ficar. Só precisou de 3.000\$00, o preço de um bilhete de avião à época, para sobrevoar o mar, fixar residência perto de Lisboa e trabalhar, começando como servente de obra. Estamos, então, em 1973, ano em que Chico D'Ina desafiou corajosamente a sua idade – 16 anos – a tal fronteira entre a adolescência e a fase adulta, o ponto onde o ócio é permitido e o trabalho remunerado condenado.

“Meu primeiro salário? Tive que dar luta ao encarregado da obra. Aliás, a primeira coisa que lhe perguntei foi

Esta é a história de um músico que começou pela construção civil. Benfiquista de coração, ele içou – de punho vermelho – a bandeira do Sporting e participou na construção do verde Alvalade XXI... “porque me pagaram”, justifica-se ele. Hoje, reformado, tem um segundo hobby que não o larga: o horto de lavra. Sempre com música no peito, realizou agora em Junho um grande sonho “cantar para o mundo”, através do programa Show da Manhã, da TCV

José Mário Correia

‘quantos é que me iria pagar’. Lembro-me que ele olhou-me dos pés à cabeça e, avaliando-me por baixo, respondeu sobranceiramente: ‘50\$00’. ‘Mas isso nunca! com este dinheiro eu não poderei ajudar a minha pobre mãe!’, respondi em prantos, chorando muito. Sensibilizado, ele também se emocionou, dobrado pelos objectivos que me moviam. E lá atirou com outros 25\$00, agora num total de 75\$00 por dia”, recorda hoje Arnaldo Barros Gomes-Chico-D'Ina, ao fazer uma retrospectiva relativa ao dia em que assinou o seu primeiro contrato de trabalho.

Estava aberto o caminho para a concretização do sonho de Chico D'Ina – ajudar a mãe que tanto ele também amava. De resto, logo no primeiro mês, Ina Landim recebeu 950\$00; no mês seguinte, outros 950\$00 e assim por diante. “Uma fortuna na década de 1970”, segundo se recorda Chico D'Ina, que manteve continuada essa remessa.

O grueiro de Alvalade XXI – benfiquista, mas de bandeira verde içada sobre a cabeça

Em 1974 Chico D'Ina viu-se forçado a regressar a Cabo Verde. Já não tinha forças para continuar a trabalhar como pedreiro, devido a uma lesão. Ajuizado como é, tinha poupado o suficiente para uma eventual reconversão profissional. Digamos que o menino de Rebelo-Abaixo desejava – e precisava – de uma ocupa-



Junho de 2024. Chico D'Ina... Momentos de espectáculo na ilha do Sal, em Cabo Verde

ção laboral que lhe permitisse poupar no físico e ganhar mais dinheiro. E ser motorista seria uma alternativa boa nesse sentido. De modo que depois de aprovado na carta de condução – e ante as dificuldades de um emprego na qualidade de motorista-auto na sua terra – ele rapidamente fez o caminho de volta a Portugal, onde lhe aguardava agora uma vaga, enquanto manobrador de Dampa.

Para quem não se lembra, em 1999-2000 Portugal tinha concorrido e sido eleito para sediar o Euro 2004. “Aqui, voltei a ver uma luz ao fundo do túnel”, lembra ele. A UEFA queria estádios modernos e a Federação Portuguesa de Futebol (FCF) e os leões de Alvalade concordaram por um novo estádio – o Alvalade XXI. Muito dinheiro iria circular – 184 milhões de euros para substituir o velho José de Alvalade, então com 44 anos. Dezenas de africanos, entre os quais mais de 100 cabo-verdianos concorreram para ajudar a erigir o empreendimento. A Chico D’Ina, que já tinha uma experiência de manobrador de Dampa,

foi-lhe confiada as chaves de uma grua.

Ele ia agora trabalhar a 50 metros de altura, “mais 40 do que eu estava até então habituado”, assegurou, para acrescentar: “Apesar de ser benfiquista, foi uma grande honra participar nesta obra dos ‘largatos’, trabalhámos incansavelmente. Logo nos primeiros dias, nós, os grueiros, recebemos uma bandeira verde do Sporting que tinha de ser hasteada ao alto. Sempre que eu olhava para cima, dava-me com ela. Era esquisito, mas trabalho é trabalho, não me posso queixar por isso”, recorda hoje, agradecido.

Chico D’Ina orgulha-se de ter concorrido para que Alvalade XXI tenha hoje uma outra roupagem – Centro Comercial Alvaláxia, o Multi-desportivo, o Holmes Place, a Clínica CUF, o Edifício Visconde de Alvalade – valendo o facto de ter acolhido importantes jogos do Euro-2004, sem contar com a final da taça UEFA 2004-05, sendo o primeiro estádio de Portugal a receber a distinção “5 estrelas” pela UEFA.

Ele nunca mais abando-

nou uma grua. Fez a vida de grueiro até 2024, ano em que se retirou do activo laboral remunerado.

Entre a arte e...

Apesar de reformado hoje, Chico D’Ina mantém-se hirtto, mas agora fazendo-se pela vida entre o ócio e algum hobby, navegando entre a arte e o horto de lavra. Com a primeira, afina-se pela música que lhe persegue desde criança, tempo em que cantarolava aos ouvidos da mãe... e por aí, ao ar livre. As gravações começaram relativamente tarde. Sempre com letras de sua autoria, o primeiro álbum “Ema”, um funaná que homenageia o filho que vive nas estrelas, só saiu em 2003; depois, veio “Nka Speraba” (2013), um zook que tenta recuperar uma amizade perdida; “Conselheiro” (2022), funaná que presta tributo a um conselheiro popular de Rebelo-Baixo; “Manuela” (Idem), um zook num dueto com Marisa Semedo, retrata um amor não correspondido.

O ano de 2023 foi o mais produtivo: dois funanás – “Tchuba”, que retrata o descontro amoroso, e “Karine”, que fala de traição e decepção amorosas; e “Angeline”,

um zook relativo à separação entre pessoas que se amam. Mas em 2024 Chico D’Ina, que nasceu em Degredo (Picos), presenteou os seus fãs e amigos de infância com o maior de todos os seus álbuns: “Robelo”, um kotchy-pó, lançado nos meados de Maio para homenagear a terra que o acolheu e o viu crescer. Já vai em mais de 13.100 visualizações em menos de dois meses.

Em Maio último, Arnaldo Barros Gomes-Chico D’Ina regressou a Cabo Verde de férias para um pouco de turismo e realizar seu grande sonho – entrar pelas portas da Televisão de Cabo Verde (TCV) e participar no programa Show da Manhã. “Foi um grande momento na minha curta vida de artista”, declarou, para acrescentar: “Fui muito bem acolhido, trataram-me muito bem, particularmente os apresentadores Ângela Mendes e Jailson Miranda, e a produtora Daniela Robalo. Permitiram-me cantar para que todo o mundo escutasse a minha voz”.

...O horto de lavra... “a minha mata-vida”

Trabalhar a terra é também um exercício de tera-

pia, uma forma de matar saudades pelo regresso a uma actividade que durante muitos anos Chico D’Ina realizou, em criança e em adolescente, entre Degredo e Rebelo-Baixo. É por isso que esta ocupação lhe persegue ainda hoje.

“Logo pela manhã, nas primeiras horas do dia, eu desço para a minha horta. Chamo-lhe ‘mata-vida’, justamente porque este horto de lavra dá-me mais trabalho de que colheita. Mas eu me divirto, é terapêutico e me permite experimentar um regresso ao meu passado de agricultor, junto aos meus familiares, em Cabo Verde. Rejuvenesço ao ver crescer e nascer tomates, cebolas, couves, milho, etc. Tudo para o consumo caseiro, mesmo sabendo que posso adquirir tudo isso a muito menos custo nas feiras”, diz Chico D’Ina, para acrescentar: “mas eu me divirto, este é um hobby adorável”.

Chico D’Ina, 66 anos, é casado com Helena Fonseca, que o acompanha desde criança e com quem teve dois filhos – o Emanuel e o Ronaldo. Vive em Rinchoa, no Rio do Mouro.



Chico D’Ina nos estúdios de gravação, em Paris



Um pedaço de Rebelo-Baixo em Lisboa

Afrodescendentes

A nova diáspora à conquista da Europa



David Lammy

Muito recentemente, os jornais britânicos deram destaque ao galês Vaughan Gething, filho de uma zambiana e de um galês, que se tornou no primeiro africano chefe de governo do País de Gales. A particularidade da notícia é que Gething, de 50 anos e natural da Zâmbia, é o primeiro negro a tornar-se chefe de um governo europeu, como primeiro-ministro. Isto depois de ter passado pelas pastas da Saúde (durante a pandemia da Covid) e da economia do País de Gales.

Com uma população de 3 milhões de pessoas, o País de Gales é um dos quatro países que formam o Reino Unido: Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte. Curiosamente, até há

poucas semanas, dos quatro apenas a Irlanda do Norte era governada por dirigentes brancos: Rishi Sunak (ex-PM Inglaterra) é de origem indiana, Humza Yousaf (PM da Escócia) de origem paquistanesa. A notícia correu um pouco os jornais britânicos. Mas, para quem

vinha seguindo a brilhante carreira de Gething, no seio Partido Trabalhista, não foi uma verdadeira surpresa.

Um negro à frente do Foreign Office

O mesmo se poderá dizer do inglês David Lammy,

É uma nova Europa onde africanos e afrodescendentes, para além de asiáticos, ascendem cada vez mais a cargos políticos – inclusive governamentais – nos seus países de acolhimento ou de nascença. Apesar do crescente discurso xenófobo e racista, os milhões de cidadãos europeus, de origem africana, ajudam a moldar actualmente o quotidiano do velho continente, em diferentes áreas: política, desporto, novas tecnologias, direito, onde até há pouco não tinham acesso.

Joaquim Arena

multicultural nação que a Grã-Bretanha pode vir a ser'. Foi a este filho de Londres e de pais guianeses (Guiana Britânica), a única colónia britânica na América do Sul, que o novo primeiro-ministro trabalhista, Keir Starmer, entregou a pasta de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Mas, desde o ano 2000 que Lammy é membro do parlamento, depois de passar por alguns cargos durante os governos de Tony Blair e de Gordon Brown. Licenciado em Direito, o dirigente trabalhista faria o mestrado na Universidade de Harvard, tendo sido o primeiro inglês afrodescendente a estudar na Harvard Law School. E daí para a frente, a sua carreira não mais parou: Sub-Secretário de Es-

50 anos, “um descendente de escravos negros, oriundo da classe operária, de Tottenham, uma comunidade que nunca produziu um secretário dos Negócios Estrangeiros, como referiu o próprio, num vídeo de apresentação. Lammy destaca a ainda a ‘moderna e mul-

tado para a Saúde Pública, Sub-Secretário de Estado para os Assuntos Constitucionais, Ministro de Estado da Cultura, Sub Secretário de Estado para a Inovação e mais tarde do Ensino Superior.

Filhos e netos do Windrush

A percepção de que a Europa está a mudar é geral. A presença de deputados negros e asiáticos em Westminster, o parlamento britânico, não é propriamente uma novidade. Vem de longa data e resulta da existência, no Reino Unido, de uma forte comunidade, com origem numa descolonização que começou cedo (sendo o Gana, de Kwame Nkrumah, a antiga Costa do Ouro, o primeiro país, em 1958) e de uma imigração de origem africana, caribenha e asiática, para o Reino Unido, igualmente cedo, e que se acentuou depois da Segunda Grande Guerra Mundial, em 1945.

Se os primeiros imigrantes asiáticos começaram a chegar ao país depois da Partition, ou seja, da separação da Índia do Paquistão e do Bangladesh, ocorrida em 1947, o marco para a chegada de contingentes de origem africana é o célebre navio Windrush. Nele, vieram naturais das Índias Ocidentais inglesas (Jamaica, Barbados, Trindade e Tobago), em 1948, que desembarcaram em Liverpool, para uma metrópole que os iria, de pronto, rejeitar. Ou seja, nos anos sessenta, quando nas colónias portuguesas em África ainda se davam os primeiros passos na luta armada para a independência, os imigrantes vindos dos quatro cantos do império já ti-

nham criado o Carnaval de Notting Hill e começado a lutar, nas ruas deste mesmo bairro, pelos seus direitos, como nos tumultos de 1958, num Reino Unido racista e xenófobo.

Outro aspecto não menos importante, quando o foco é a comunidade asiática – de onde vem, por exemplo, o ex-PM Rishi Sunak – é o poder de compra de muitos dos seus membros. Constituída por muitos homens de negócios e comerciantes, famílias indianas e paquitanesas enriquecidas puderam enviar os seus filhos para as melhores escolas britânicas e para as universidades de Oxford e Cambridge, e Yale e Harvard, nos Estados Unidos. Muitos dos que seguiram a política, tiveram carreiras brilhantes nos partidos conservador e trabalhista, fazendo-se eleger nos círculos em que se apresentavam.

No entanto, se o caminho para Westminster é mais acessível, já para uma pasta no governo as coisas não são assim tão fáceis. Mas, é inquestionável que está em curso uma mudança das mentalidades, na Europa, e ela já chegou a vários países do continente. E aqui, vale a pena também destacar o dirigente Leo Eric Varadkar, médico, nascido em Dublin, na Irlanda, filho de pai indiano e mãe irlandesa. Para além de ter sido eleito primeiro-ministro da Irlanda, Varadkar teve a seu cargo várias pastas no governo do país. Ficou conhecido pelas suas posições favoráveis ao mercado livre, reforma da segurança social, para além do apoio a referendos sobre a legalização de casamento entre pessoas do mesmo sexo e a liberalização do aborto no país.

O atraso dos afrodescendentes portugueses

O que têm a francesa de origem cabo-verdiana Elizabeth Moreno e a portuguesa de origem angolana Francisca Van Dunem, em comum? Ambas nasceram em países africanos e graças a carreiras bem-sucedidas, foram escolhidas, pelos primeiros-ministros do país de acolhimento, para ocupar pastas nos seus governos.

Natural do Tarrafal, em Santiago, Élisabeth Moreno teve um percurso invejável como gestora, no sector privado, antes de chegar a Ministra Delegada para a Qualidade de Género e Igualdade de Oportunidades, junto do gabinete do primeiro-ministro francês, Jean Castex, de 2022 a 2022.

Já Francisca Van Dunem, após passar pelo Ministério Público de Portugal, ocupou a pasta da Justiça, no governo de António Costa, de 2015 a 2022. Mas, se olharmos a composição dos parlamentos inglês, francês e português, para citar apenas três exemplos, salta à vista a abismal diferença no que respeita à representatividade da composição social, em relação a Portugal.

Nas eleições legislativas de 2019, o país elegeu três deputadas de origem africana: Joacine Katar Moreira (Livre), Romualda Fernandes (PS) e Beatriz Dias (BE). Mas já antes, o guineense Fernando Ka e os cabo-verdianos Manuel Correia (substituto) e Celeste Correia tinham-se sentado no hemiciclo.

Nas últimas legislativas, Gabriel Mithá Ribeiro, natural de Moçambique, foi eleito para a bancada do Chega e é um dos vice-presidentes da Assembleia da República. Mais recentemente, vimos a eurodeputada Anabela Rodrigues (BE), nascida no bairro da Cova da Moura, em Lisboa, substituir Marisa Matias no Parlamento Europeu.

Mas, a incapacidade da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal – a mais antiga e a segunda maior – produzir dirigentes políticos e ocupar cargos de grande destaque na sociedade portuguesa, dá que pensar. E nos últimos anos, foram mesmo ultrapassados pelos brasileiros na conquista do seu espaço na sociedade portuguesa. Uma prova do atraso da ascensão social dos filhos do império africano na antiga metrópole.

Mas, voltando a França, podemos recuar ao período entre 1947 e 1968, quando a chefia do Conselho da República e a Presidência do Senado (terceira figura do Estado) foram ocupadas por Gaston Monerville, mestiço nascido na Guiana Francesa.

Natural deste território francês também é Christiane Taubira, Ministra da Justiça da França, de 2012 a 2016. Ficou conhecida pela sua verve e a forma como enfrentava a oposição, nas bancadas. Ainda neste país, há que destacar o engenheiro franco-togolês, Kofi Yamgnane, antigo membro da administração das Pontes e Estradas Francesas, que foi nomeado Secretário de Estado da Integração, no governo de François Mitterrand, de 1991 a 1993.

Yamgnane seria depois eleito Conselheiro Geral da Finisterra, um departamento francês, representando-o na Assembleia Nacional. A franco-senegalesa Rama Yade assumiu a pasta de secretária de Estado dos Direitos Humanos, de 2007 a 2009, e Secretária dos Desportos, entre Dezembro de 2010 e Junho de 2011. Rama Yade chegou a anunciar a sua candidatura às eleições presidenciais francesas de 2017, mas não conseguiu reunir o número de assinaturas legalmente exigidas para a corrida.



Elizabeth Moreno



Francisca Van Dunem



Karamba Diaby



Aminata Touré



Peter Bossman

Africanos no poder local e no governo

Mas a mudança das mentalidades face ao protagonismo e a confiança depositada nestes novos cidadãos europeus, faz-se sentir especialmente em países sem muita tradição de comunidades africanas. O senegalês Karamba Diaby atraiu as atenções por toda a Alemanha, quando se tornou no primeiro homem negro a sentar-se no Bundestag, o parlamento alemão, na bancada do Partido Social Democrata, nas eleições de 2013. Depois de se formar na Universidade Cheikh Anta Diop, em Dacar, Diaby

continuou os seus estudos na Alemanha de Leste, concluindo ali o doutoramento e entrando na vida política, após a reunificação alemã.

Mas, o mais curioso é que nestas mesmas eleições, Charles Muhamed Huber, filho de mãe alemã e de pai senegalês, este último sobrinho do escritor e estadista Leopold Sédar Senghor, também foi eleito para o Bundestag, na lista da CDU.

Ainda na Alemanha, a filha de refugiados malianos, Aminata Touré, de 29 anos, dirigente do partido Os Verdes, tornou-se, em Junho

de 2022, no primeiro membro africano de um governo estadual, ao ser nomeada ministra dos Assuntos Sociais, Juventude, Família, Terceira Idade, Integração e Igualdade, do Estado de Schleswig-Holstein, no norte do país. Mas Aminata já tinha conseguido ser eleita para o parlamento do seu Estado, em 2017.

Mais a Leste, outro caso que chamou as atenções, foi a eleição do médico natural do Gana, Peter Bossman, de 54 anos, em 2010, para presidente da Câmara Municipal da cidade eslovena de Piran, no mar Adriático. Bossman

chegou ao país, ainda parte da antiga Jugoslávia, nos anos de 1970, como estudante. Após casar com uma colega croata, decidiu estabelecer-se no país. Mas, já são vários os casos de ascensão de africanos ou afrodescendentes na hierarquia política e social de países como a Bélgica, os Países Baixos, Itália, quer a nível do parlamento, quer no poder local.

Apesar das velhas resistências, do racismo estrutural e do crescimento dos movimentos de extrema-direita e da diabolização das comunidades imigradas, não restam muitas dú-

vidas de que a mentalidade dos europeus sobre os seus novos vizinhos ou filhos destes está a mudar. As atitudes e percepções face aos afrodescendentes passam por uma profunda transformação, ainda que lenta em alguns países, impulsionada por novos factores políticos, económicos e sobretudo sociais. De comunidades inicialmente marginalizadas, discriminadas e socialmente excluídas, os novos rostos da Europa passaram a conquistar espaços novos, como por exemplo, na publicidade, onde raramente eram vistos.

PUB



Navegue sem intermediários

www.anacao.cv



A presença de negros na velha Europa

Mas o facto é que a presença de africanos na Europa é antiga. Testemunhos dessa presença podem ser encontrados em quadros de cenas do quotidiano, pintados por artistas europeus, desde a Idade Média, como O Chafariz Del Rey, na Lisboa do século XVI. E por estes dias, para além da alegria dada por Ollie Watkins, de origem jamaicana, aos adeptos ingleses, na vitória contra os Países baixos, no Euro 2024, a imagem que faz as capas dos jornais espanhóis e do mundo inteiro são as de Lamine Yamal e de Nico Williams, jogadores da selecção espanhola. Surgem segurando o troféu de campeões da Europa ao lado do rei Filipe VI de Espanha.

Lamine nasceu em Barcelona, filho de mãe da Guiné Equatorial e pai marroquino.

Williams nasceu em Pamplona, depois de os pais terem deixado o Gana e atravessado o deserto do Sara, para chegar a Espanha. Mas muitos séculos antes do pai de Lamine deixar Marrocos, Lucius Septimus Severus (146 – 211 DC), também nasceu na região de Mauritânia Tingitane. Este filho de pai berber e de mãe itálica tornou-se no primeiro imperador romano de origem norte-africana. Foi o fundador da dinastia dos Severos e pai do imperador Caracalla.

E no século XVIII, o antigo menino escravo Gannibal, nascido na África Central, tornou-se num dos braços direitos de Pedro o Grande, da Rússia, tendo mesmo chegado a General-en-Chef dos exércitos do Czar. Assim como Thomas Alexandre Davy de La Pailleterie, fi-



Anabela Rodrigues

lho de nobre francês de uma escrava de Saint Domingue, actual Haiti, de nome Dumas. Depois de adoptar o apelido materno e viajar para Paris, a antigo escravo numa plantação tornou-se num dos mais prestigiados generais no pós-Revolução Francesa. Curiosamente, ambos ficariam ligados a grandes vultos das letras dos seus países, inclusive com o mesmo nome. Gannibal é bisavô de Alexandre Pushkin, considerado o pai da literatura russa. Dumas é o pai do escritor francês Alexandre Dumas (Os Três Mosqueteiros, Conde Monte Cristo), e avô de Alexandre Dumas Filho (A Dama das Camélias).

Em Maio de 2018, realizou-se em Bruxelas, na Bélgica, no Parlamento Europeu, a Primeira Semana de Descendentes de Africanos na União Europeia. A iniciativa teve como objectivo a discussão de soluções para combater a discriminação racial e a violência que estas pessoas, que já

são 15 milhões, enfrentam todos os dias. Na altura, foram denunciadas situações de violência policial, discriminação na educação e no emprego, igualdade de direitos, o que demonstra que as mudanças a introduzir, quer nas mentalidades quer nas práticas, ainda avançam a um ritmo lento.

Nos últimos anos, e graças sobretudo a uma maior capacidade de mobilização, através das redes sociais, o activismo afrodescendente, na Europa, tem tido um papel fundamental para a mudança de políticas e atitudes, para além de uma nova percepção geral. Algumas passam por incluir membros destas comunidades nas listas dos partidos, durante as eleições.

Nova percepção, nova mentalidade

No entanto, ainda que lentos, os progressos e conquistas desta diáspora são cada vez mais visíveis. No sector da economia, os afro-

descendentes destacam-se na criação de empresas inovadoras, deitando abaixo fronteiras culturais e trazendo soluções e inovações que enriquecem os mercados. O mesmo se passa no mercado de trabalho, onde se pode verificar a chegada destas pessoas a sectores anteriormente inacessíveis, como as tecnologias, finanças e direito. E são as próprias empresas multinacionais que apostam na diversidade dos seus quadros, criando um clima de inovação e confiança, mas também visando atrair novos talentos, de origens não europeias. As instituições financeiras da City de Londres, por exemplo, e firmas de novas tecnologias, têm adoptado programas de diversidade que incentivam a contratação de afrodescendentes.

Para além de ajudarem a corrigir desigualdades históricas, transmitem a ideia crescente de que a diversidade pode ser uma vantagem competitiva no ambiente de

negócios globalizado. Partindo da justiça social, a forma como os europeus brancos veem os afrodescendentes reflecte, também, um reconhecimento do valor e da contribuição destas populações para o tecido social e económico. Para além da componente cultural, que vem permitindo a construção de uma Europa reforçada por sociedades cada vez mais inclusivas e equitativas, renovadas por culturas mais dinâmicas e capazes de trazer maior prosperidade.

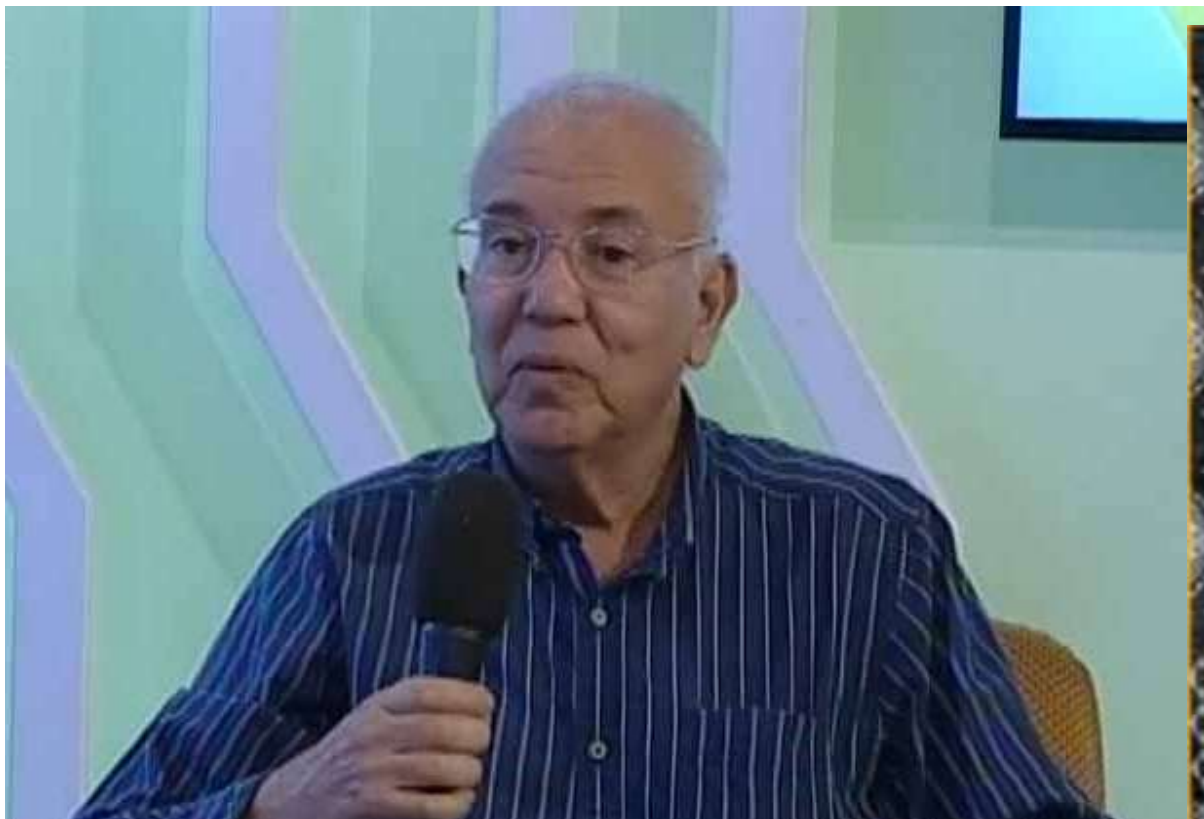
Diáspora cabo-verdiana

E no caso a diáspora cabo-verdiana, e apesar de as novas gerações serem cada vez mais parte da paisagem urbana europeia, especialmente em Portugal, Holanda e Luxemburgo, penetrando em vários sectores de actividade económica, social e cultural, ainda se vive muito de costas voltadas para a política. Muito de quando em quando surge um cabo-verdiano nesse espaço público, mostrando que é possível haver gente nossa na política: João Varela na Holanda, Isabel Wiseler-Lima e Mónica Semedo, no Luxemburgo, Elizabeth Moreno, em França, para citar os casos mais notórios... Em Portugal os exemplos recentes de Anabela Rodrigues e de Francisca Van Dunem, esta a nível governamental, poderão ser inspiradores para a quebra de barreiras e elevar a fasquia da ambição dos afrodescendentes portugueses, de origem cabo-verdiana e outras, a ambicionarem ir mais longe.

JA

Livros

A Filosofia nas coisas da vida



O livro acabou por surpreender a apresentadora, a também professora aposentada, Maria Adriana Carvalho. “Quando ele me convidou eu disse-lhe que não percebia nada de filosofia contemporânea, mas depois disse-me que havia três capítulos sobre educação e decidi fazer uma leitura sectorial por esses capítulos, que eu prefiro pequenos ensaios, porque são autónomos. Mas depois de os ler vi que há uma transversalidade de conceitos extremamente importantes para muitas questões que estão na nossa ordem do dia (para o bem e para o mal), nomeadamente na filosofia social e política.” Uma das áreas de maior destaque é a filosofia do direito, antropologia filosófica, da educação para a ciência, temas que, segundo a apresentadora, giram à volta da contemporaneidade, do domínio das ciências sociais

Uma Visão Ética e Cultural da Liberdade, Democracia e Sociedade Aberta – Na Perspectiva Global e Cabo-verdiana, é o título do novo livro do professor de Filosofia, Carlos Bellino Sacadura, a lançar amanhã, pelas 18 horas, na Livraria Pedro Cardoso, na Praia. Trata-se do terceiro livro publicado por este antigo professor universitário português, há muito radicado em Cabo Verde.

Joaquim Arena

e humanas.

Dividido em 18 pequenos ensaios, cada um deles com “uma personalidade própria, uma lição de filosofia contemporânea.” E uma das surpresas, destaca, Maria Adriana Carvalho, que arrisca a dizer que é inédito, em Cabo Verde, “ao desenvolver o seu pensamento à volta dos vários temas do livro, o professor Bellino, a par e passo, exemplifica com as opiniões e as ideias, pareceres, de colegas seus cabo-verdianos. Por exemplo, quando fala na questão

do pensamento crítico, com questões sobre a área do Direito e outras, no desenvolvimento das suas ideias apoia-se, por exemplo em Jorge Carlos Fonseca. Mas também escritores, em que a escrita ficcional é apresentada por ele como uma fonte para estas ideias.”

A apresentadora chama a atenção para o facto de “muitas vezes, só vemos o nosso umbigo”. No caso do professor Bellino, neste livro, adianta, Adriana Carvalho, “ele apresenta-nos, em poucas palavras, o estado da

alma da arte e das ciências humanas, em Cabo Verde, incluindo textos seus e ficcionais, de outros autores.” Algo que ela considera pouco vulgar, não só em Cabo Verde, mas em todo o mundo, “porque permite ver que, afinal, há mais pensamento crítico, há mais investigação, há mais estudos e coisas escritas sobre a vida.” O que, conclui, vai contrariar aquela ideia de que aqui não há investigação. Um livro, portanto, escrito e produzido num espírito de “franca colegialidade com os outros”.

Carlos Bellino Sacadura

Chegou a Cabo Verde como cooperante, professor de filosofia do ensino secundário. Depois, teve uma passagem pelo curso de formação de professores, o embrião do Instituto Superior de Educação, por seu lado, também uma das bases do actual ensino superior em Cabo Verde, na área das Ciências Humanas. Foi um dos responsáveis pela instituição do curso de Filosofia, no início da universidade no país, que veio dar a licenciatura nesta disciplina e ao mestrado. Segue-se uma carreira na Universidade de Cabo Verde, até se aposentar recentemente.

Publicado pela Editora Pedro Cardoso, o livro será apresentado, amanhã, sexta-feira, pelas 18 horas, por Maria Adriana Carvalho e Casimiro de Pina, na Livraria Pedro Cardoso, Na Fazenda.



Prova nacional de filosofia



Olímpio Tavares*

O intento desta reflexão é fazer uma breve análise da prova nacional de filosofia, via geral, do 11º ano, 1º chamada. Para isso, vou selecionar algumas perguntas, e vou tentar mostrar que as mesmas não são questões filosóficas. Em relação às restantes perguntas, vou fazer considerações gerais.

A primeira questão que seleciono é aquela em que se pede ao aluno para comentar™ a seguinte afirmação: “a arte é uma forma de expressão e comunicação”. Corresponde à questão 5 da prova, grupo I. Esta questão não é filosófica porque é demasiado óbvia para gerar alguma discussão, independentemente de ser a favor ou contra. Qualquer pessoa sensata teria de concordar com a afirmação, e como tal, qualquer comentário seria trivial, oca. E não é isso que se pretende com o ensino da filosofia. Que é sobretudo ensinar as pessoas a pensar melhor e com mais profundidade, e que não é o caso desta questão em que o aluno é obrigado a dizer coisas irrelevantes. Esta questão não é filosófica por uma outra razão. É que filosofia não é uma disciplina para fazer comentários de frases e de textos. Esse trabalho cabe à literatura e outras disciplinas assim. A filosofia desde o início foi sempre a discussão e tomada de posição perante ar-

gumentos. Basta recordar filósofos clássicos como Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino, Descartes, Hume, Kant, Russell, Sartre, Rawls, Peter Singer, entre muitos outros.

A segunda questão, que corresponde à questão 6 da prova, grupo I, está formulada assim: “em Cabo Verde são realizados muitos festivais de música em todos os concelhos do país. Fale da importância económica desta manifestação cultural para o país”. Esta questão não é filosófica. Primeiro porque é uma questão empírica que exige basicamente cultura geral e não propriamente competências especificamente filosóficas. Em segundo lugar, porque é uma questão que se resolve melhor recorrendo à economia. Em filosofia, não se interessa por questões que são muito específicas de uma determinada área do saber, a não ser para clarificar aspetos conceituais, que não é o caso da questão em apreço.

A terceira questão, que corresponde à questão 5, grupo II, diz o seguinte: “em todo o conhecimento, o sujeito e o objeto encontram-se face a face. Descreva o processo do conhecimento a partir da sua análise fenomenológica”. Nesta questão, não se avalia nenhuma competência filosófica re-

levante. É pedido ao aluno que repita elementos básicos que envolvem o ato de conhecer. Como disse atrás, em filosofia analisa-se argumentos e toma-se posições críticas face a esses argumentos. O papel da filosofia não é repetir frases feitas. A propósito disso, Kant que tem uma frase lapidar que desfaz esse equívoco e que diz o seguinte: de mim não aprendeis um conjunto de ideias para repetir acriticamente, mas a pensar cuidadosamente sobre vários aspetos da realidade.

As outras questões não avaliam nenhuma competência filosófica relevante, diria mesmo que são nulas do ponto de vista filosófico. O que me leva a fazer a seguinte questão: ensina-se filosofia em Cabo Verde? Teria que escrever um artigo inteiro para responder isso. Mas vou responder de forma telegráfica, dado ao espaço que tenho aqui. Não se ensina filosofia em Cabo Verde. Isto porque em filosofia os alunos devem aprender a distinguir problemas filosóficos de problemas não filosóficos baseados em critérios claros, devem aprender a formular argumentos através de um estudo rigoroso da lógica clássica e não apenas da lógica aristotélica, que consta no programa em vigor, devem aprender a avaliar argumentos, se são bons ou maus e porquê,

e por fim aprender a tomar posição crítica face aos argumentos. Nada disso se ensina em Cabo Verde. Então o que se ensina? Ensina-se a repetir algumas conclusões supostamente filosóficas, fazendo do aluno uma espécie de papagaio ou fofoqueiro.

Em todo o caso, a prova nacional é coerente em relação a aquilo que se ensina. Aliás, a forma como ensinamos condiciona a avaliação que fazemos posteriormente. Pena é que a forma como se ensina e o que se ensina em filosofia em Cabo Verde não ajuda o aluno a pensar melhor. No máximo, poderá ajudar o aluno a memorizar acriticamente melhor. Mas isso não é o propósito da filosofia e nem de outras disciplinas. Mas é possível fazer melhor neste momento?

Eu creio que não. Porque os professores de filosofia foram formados/formatados numa lógica de repetição de conteúdos, de forma acrítica, e não de avaliação de argumentos e tomadas de posição. E para mudar a situação vigente é necessário mudar o paradigma de formação inicial de professores e ministrar formação contínua aos professores que estão no sistema. Ambas são muito difíceis de fazer neste país. Por isso sou cético em relação a essa mudança.

“Pena é que a forma como se ensina e o que se ensina em filosofia em Cabo Verde não ajuda o aluno a pensar melhor. No máximo, poderá ajudar o aluno a memorizar acriticamente melhor.”

PUB



Navegue sem intermediários
www.anacao.cv





Marciano Ramos Moreira*

Ensaio

Nos lingua na “Bazis di sistema idukativu”

N ta ben analiza “Bazis di sistema idukativu” na version revistu di 2018 di pontu di vista di difeza di nos lingua maternu.

Ka e so Konstituison ki ta difende nos lingua maternu. Ten otus lei di menor forsa ki tanbe ta manda Guvernu pa labanta lingua maternu kabuverdianu. Entri es leis, nu ten lei di “Bazis di sistema idukativu”.

El e prinsipal lei regulador di idukason li na nos tera, di jardin ti universidade. Version di es lei ki sa ta vigora nes mumentu, e kel aprovaду através di Dikretu-Lejislativu nº 2/2010, di 7 di maiu di 2010, i rivistu através di Dikretu-Lejislativu nº 13/2018, di 7 di dizenbru di 2018.

Konkretamenti, N ta ben limia kes parti di es lei ki ta difende lingua maternu kabuverdianu.

Na intruduson (preamble) di lei di “Bazis di sistema idukativu”, sta skrebedu kel li: “Também, neste diploma, dá-se especial ênfase à política de afirmação da língua nacional cabo-verdiana, enquanto língua materna e património cultural

da cabo-verdianidade, visando o aprofundamento do conhecimento e da afirmação da escrita da língua nacional cabo-verdiana, enquanto primeira língua de comunicação oral.” (fin di sitason)

Na nº 2 di Artigu 9º, artigu es kuju epigrafi e “Educação e identidade cultural”, sta skrebedu kel li: “2. Com o objetivo de reforçar a identidade cultural e de integrar os indivíduos na coletividade em desenvolvimento, o sistema educativo deve valorizar a língua materna, como manifestação privilegiada da cultura.” (fin di sitason)

Na alinia h) di nº 1 di Artigu 10º, artigu es kuju epigrafi e “Objetivos da política educativa”, sta skrebedu kel li: “1. São objetivos da política educativa: (...) h) Aprofundar o conhecimento e a afirmação da escrita da língua nacional cabo-verdiana, enquanto primeira língua de comunicação oral, visando sua utilização oficial a par da língua portuguesa;”. (fin di sitason)

Na alinia f) di Artigu 17º, artigu es kuju epigrafi e “Objetivos”, sta skre-

bedu kel li: “São objetivos essenciais da educação pré-escolar: (...) f) Promover a aprendizagem das línguas oficiais e de pelo menos uma língua estrangeira;”. (fin di sitason)

Na alinia c) di Artigu 25º, artigu es kuju epigrafi e “Objetivos”, sta skrebedu kel li: “São objetivos do ensino secundário: (...) c) Reforçar a capacidade de comunicação e expressão oral e escrita, aprofundar e alargar as competências linguísticas das línguas oficiais adquiridas nos ciclos precedentes;”. (fin di sitason)

I kuze ki autoridadi di idukason di es tera sa ta faze?

Es sa ta kunpri lei di “Bazis di sistema idukativu” ki ta fla, na intruduson “dá-se especial ênfase à política de afirmação da língua nacional cabo-verdiana”. Nau! Na nves di afirmason di nos lingua, es ta tenta proibi nos lingua na sistema idukativu, violandu Konstituison, maxime nº 3 di artigu 9º in fine.

Es sa ta kunpri lei di “Bazis di sistema idukativu” ki ta fla, na nº 2 di Artigu 9º “o sistema educa-

tivo deve valorizar a língua materna”? Nau! Na nves di valoriza nos lingua, es mata speriensia pilotu di ensinu bilingi ki sa ta tenba exselentis rizultadu, non so violandu lei di “Bazis di sistema idukativu”, mas tanbe kontrariandu vontadi di pais di alunus di ensinu bilingi, kontrariandu vontadi di profesor di ensinu bilingi, kontrariandu vontadi di kes kriansa di ensinu bilingi, kontrariandu rikumendason di UNESCO spresu na se “UNESCO Education Position Paper”, aprovaду na 1953 i atualizadu na 2003 (konfiri: <https://tinyurl.com/yc6un9s6>).

E louvavel intruduson di nos lingua maternu a partir di 10º anu di skolaridadi na anu letivu 2022/2023, non obstanti se karater opsional i tardiu. E midjor di ki nada.

E nos diver enkuantu sidadons di iziji pa Ministeriu di Idukason kunpri kabalmenti lei di “Bazis di sistema idukativu”, valorizandu nos lingua!

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

PUB



Navegue sem intermediários

www.anacao.cv



Prato cheio

Lombo de salmão com molho agri-doce

Ingredientes:

- 2 c. de sopa de molho agri-doce;

- 2 c. de sopa de azeite;

- 1 c. de sopa de gengibre picado;

- Sumo e raspa de um limão;

- 600 g de lombo de salmão;
- 150 g de alho-francês laminado;

- Coentros q.b.;

- Pimenta q.b. .

Modo Preparação:

- 1- Numa taça, misture o molho agri-doce, o azeite, o gengibre e o sumo de limão.

2- Pincele os lombos de salmão com esta mistura e coloque-os num espeto largo.

3- Grelhe durante cerca de 3 minutos
- de cada lado.

4- Sirva as espetadas com o alho-francês e polvilhe com a raspa de lima e os coentros.

5- Tempere a gosto com pimenta.



Caça-palavras



Encontre o nome de dez artistas negras afro-americanas:

SOLUÇÕES:

XXXX

Puzzle

Ajude o urso a chegar na escolar.



Curiosidade

O dia de hoje, 25 de Julho, é celebrado como o **Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha**. A parcela populacional de pessoas que se identificam como afro-descendentes é considerada a que mais sofre com a pobreza, sendo que que é também atingida por outras realidades desfavoráveis. Em 1992, um grupo decidiu que era preciso se organizar de alguma forma para reverter esses dados e que uma solução só poderia surgir da própria união entre mulheres negras. Assim, elas organizaram o primeiro Encontro de Mulheres Negras Latinas e Caribe-

nhas em Santo Domingo, na República Dominicana, com discussões sobre os diversos problemas e alternativas de como resolvê-los. A partir desse encontro, nasceu a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-Caribenhas. A Rede, junto à Organização das Nações Unidas (ONU) lutou para o reconhecimento do dia 25 de Julho como o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha. Não apenas como uma data de celebração, mas uma data em que as mulheres negras, indígenas e de comunidades tradicionais refletem e fortalecem as organizações voltadas às mulheres negras e suas diversas lutas. NA



Dynamo apresenta “Blindado” sábado na Praia

Na sua página pessoal da rede social Facebook, Dynamo explicou que escolheu a cidade da Praia para o primeiro show de “Blindado”, por esta ser a cidade onde iniciou a sua carreira a solo.

Na mesma publicação o artista acrescentou que tem um “grande carinho” por Praia Maria, por aqui ter vivido os primeiros anos da sua vida antes de se mudar para a ilha do Sal com a família, aos quatro anos de idade.

“Não poderia começar esse tour de outra forma, por isso escolhi Praia, que para sempre será a minha casa, onde me sinto bem, respeitado e amado pela grande maioria”, sublinhou.

No show de amanhã o artista promete uma “noite

O cantor Dynamo lança neste sábado, 27, o seu mais recente disco, “Blindado”. O show acontece na Kebra Kanela, na cidade da Praia. Tony Fika, Dwayne, CESF e Loony Johnson são os artistas convidados de uma noite que a organização promete ser “memorável”.

A NAÇÃO



memorável” a todos aqueles que gostam dele e apreciam o seu trabalho. Até agora, três mil bilhetes já foram comprados. Tony Fika, Dwayne, CESF e Loony Johnson são os artistas que vão participar neste espetáculo de apresentação do seu mais recente álbum.

“Blindado” é o quarto álbum discográfico deste artista, anunciado há um mês. Está dividido em dois volumes e é composto por 24 composições, que falam de “persistência, dedicação, de caminhar com os pés assentes no chão, mesmo com oscilações no solo”.

Após a cidade da Praia, “Blindado” será apresentado nos Estados Unidos da América, no dia 3 de Agosto e em Portugal, no Coliseu dos Recreios, no início de Outubro.

Acontece

- ▶ - “Djanta ku Mi” com Princezito num concerto intimista e jantar, na Marisqueira Império, Palmarejo, Praia, sexta-feira, 26, às 20h00.



- ▶ - Fábio Ramos na Marina Mindelo Club, São Vicente, quinta-feira, 25, às 19h00.



- ▶ - 2ª Edição do Festival Tarravibes, na Baía de Tarrafal, sexta e sábado (26 e 27).



- ▶ - Suzana Lubrano e Clóvis Davero no Restaurante Piscador, Santa Maria, Sal, sábado, 27, às 18h00.



Aconteceu...



- ▶ “Pikapada – Bói d’ Gira-disco” com Dj Letra e Dj Bautino, no Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design, Mindelo, sexta-feira, 19.

- ▶ - Lançamento da nova coleção “Batuque” da House Of Onix, no Palácio da Cultura Ildo Lobo, Platô, sexta-feira, 19.



Este caderno é parte integrante do jornal ANAÇÃO

Este caderno constitui um exercício de comunicação do Ministério da Saúde para a sociedade cabo-verdiana, de modo a que esta possa ter um conhecimento adequado das ofertas do sector para o seu bem-estar. Nesta publicação, damos a conhecer as instituições e as estruturas da saúde e os seus profissionais, e apelamos a uma participação activa dos cidadãos visando a boa utilização dos recursos que o sistema coloca à sua disposição. Na presente edição, falamos da Região Sanitária de Santiago Norte.

MENSAGEM DA MINISTRA DA SAÚDE



Ministra da Saúde - Filomena Gonçalves

A saúde, entendida na sua vertente individual e colectiva, e assente em políticas públicas assertivas, constitui, sem dúvida, um dos grandes pilares do bem-estar das pessoas e do desenvolvimento de uma sociedade moderna como a que estamos a construir em Cabo Verde.

Os investimentos, tanto públicos como privados, que se fazem em infra-estruturas, equipamentos, serviços e meios de tratamento e diagnóstico, são fundamentais para a concretização do desígnio de um acesso universal equitativo aos cuidados de saúde, e ao longo dos anos, apesar dos desafios conhecidos, Cabo Verde tem conseguido inúmeros ganhos no sector, ultrapassando expectativas aparentemente inalcançáveis há apenas 50 anos, que é o tempo decorrido da nossa independência, até à fase actual.

Damos como exemplo a forma, a nosso ver louvável, como a Nação cabo-verdiana conseguiu ultrapassar a grave crise da pandemia da COVID 19, que teve um enorme impacto negativo nas nossas bases sociais, nas famílias e na economia, que ainda assim resistiram com bravura e conseguiram retomar o caminho da normalidade. Citaremos igualmente a certificação de Cabo Verde como país livre do paludismo, uma conquista de tal grandeza que não é possível, calcular plenamente os resultados a colher.

Ao longo da nossa vida como país independente, a globalidade dos indicadores da saúde tiveram uma evolução a todos os títulos meritória, tendo o país montado um Sistema Nacional de Saúde que funciona bem, servido por profissionais de saúde empenhados e bem formados, reduzindo

as mortalidades infantil, maternal e resultantes da velhice, erradicando doenças, aumentando a esperança de vida e projectando certezas de mais e maiores vitórias na criação de condições para o bem-estar físico e mental das pessoas num futuro próximo e mais distante.

Os poderes públicos têm feito o seu trabalho, apesar de as populações pedirem sempre mais, o que é natural e aceitável, e todos os cabo-verdianos também têm contribuído sobremaneira para que o sistema funcione sem grandes percalços.

Mas queremos melhorar esse desígnio nacional, e isso passa pela necessidade de a sociedade estar bem informada do que vai sendo feito, dos investimentos realizados e dos esforços que se consentem para que, a cada dia, tenhamos mais e melhor saúde.

É preciso que as populações conheçam em detalhe o que, todos juntos, já construímos na saúde, para que possam fazer uso racional do património, material e imaterial, de que o país dispõe, e dele possam tirar o melhor proveito, procurando preservar as nossas infra-estruturas e os nossos equipamentos e, mais do que tudo valorizar e acarinhar os nossos médicos, enfermeiros, técnicos e todos aqueles outros profissionais que, em funções mais ou menos relevantes, trabalham neste sector crítico do desenvolvimento de Cabo Verde.

É por isso que conceptualizámos este projecto de informação, comunicação e sensibilização, que agora inaugurámos e vai ser levada à atenção de todos, através da Comunicação Social Audiovisual, da imprensa escrita e das plataformas digitais.

Queremos mostrar, o mais exaustivamente possível, qual é situação da saúde em Cabo Verde, e, guiados pela mais elevada honestidade intelectual e pondo de lado as questões políticas e partidárias que muitas vezes dividem o país, chamar cada membro da sociedade para o entendimento de que este sector, em permanente construção, funciona melhor através da compreensão do seu impacto na vida das pessoas e de uma ampla participação, em que todos devemos envolver-nos. A nossa meta é a humanização transversal dos cuidados de saúde em Cabo Verde.



A Região Sanitária é um conceito proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e integra um conjunto alargado de estruturas de saúde a trabalharem de forma autónoma mas harmonizada e complementar, para um mesmo fim.

Cabo Verde aderiu à proposta e Santiago Norte foi a primeira a ser estruturada, tendo começado a funcionar em 2006. Agrupa os seis municípios de da parte norte de Santiago, a saber Santa Catarina, Tarrafal, Santa Cruz, São Miguel, São Salvador do Mundo e São Lourenço dos Órgãos.

Todas as estruturas trabalham com base no princípio da solidariedade institucional, através da partilha de recursos, nomeadamente infra-estruturais, humanos e organizacionais. As estruturas estão hierarquizadas, prestando serviços em termos de saúde primária e secundária nos municípios, tendo como centro de referência do sistema o Hospital Regional Santa Rita Vieira, localizado na cidade de Assomada.

A prestação da Região Sanitária de Santiago Norte está organizada tendo em conta o facto de servir uma população dispersa por um vasto território muitas vezes distante da cidade da Praia, onde se localiza o Hospital Universitário Agostinho Neto, que acolhe os casos mais difíceis que não conseguem obter respostas nas inúmeras Unidades Sanitárias de Base, nos sete centros de Saúde ou no Hospital Regional existentes nos seis municípios em questão.

Ainda assim, apesar da existência dessa rede de cuidados, os Planos de Desenvolvimento Sanitário já traçados prevêm a construção e a integração de novas estruturas, nomeadamente, mais Centros de Saúde para os municípios maiores, designadamente Santa Catarina, Tarrafal, Santa Cruz e São Miguel. Nessa projecção, vai-se avançar, já num futuro próximo, com a construção do centro de Achada do Monte, em São Miguel.

Director da Região Sanitária de Santiago Norte

Uma estrutura com serviços identificados com a população

Gerir uma região sanitária tão dispersa como a de Santiago Norte, num país com poucos recursos, não é nada fácil, mas os responsáveis e profissionais que trabalham nas estruturas de saúde, tanto ao nível das localidades como nas sedes dos municípios, têm plena noção das suas responsabilidades e tudo fazem para prestar às populações, com extrema dedicação, cuidados humanizados e de qualidade. Em entrevista, o director da RSSN, João Baptista Semedo, fala-nos da organização do sistema que dirige, enaltece as virtualidades sem escamotear os desafios, e garante que os utentes dos serviços prestados nos seis concelhos valorizam plenamente o que é colocado à sua disposição, a começar pelo Hospital Regional Santa Rita Vieira:



João B. Semedo: Director da RSSN

DRSSN: O hospital, de categoria regional, tem um estatuto próprio que lhe atribui responsabilidades em especialidades básicas, começando por dar atenção à criança e à mulher, ou seja, a maternidade e cuidados de ginecologia e obstetrícia. Temos, de seguida, a medicina e a cirurgia geral, e para a prestação de outros cuidados temos uma boa cooperação com os hospitais centrais para onde encaminhamos os doentes que não conseguimos tratar localmente. Por outro lado, fazemos um trabalho consistente ao nível do combate à mortalidade infantil, com destaque para as mortes perinatais. Para isso, temos, dentro das nossas possibi-

lidades, um serviço de neonatologia, que tem tido resultados bastante bons a evitar as mortes de crianças prematuras. É claro que não é um serviço ao nível dos existentes nos hospitais centrais, mas prestamos os primeiros socorros e evitamos bastantes fatalidades.

Que outras valências oferece o HRSRV?

Há várias, que não se desenvolvem como especialidades intensivas mas que vão dando alguma satisfação, como por exemplo a gastroenterologia e a endoscopia digestiva alta, que também é uma resposta que se criou ao nível da região. Temos laboratórios de análises clínicas, que são meios

de exames complementares, além da radiologia e da ecografia que permitem um melhor funcionamento das nossas especialidades. Existem outras valências que trabalhamos em complementaridade com o Hospital Universitário Agostinho Neto, a saber a urologia, a dermatologia a cardiologia, a estomatologia, área em que temos bons equipamentos, e a oftalmologia.

Qualitativamente e quantitativamente, em termos estatísticos, como caracteriza a resposta que o hospital tem dado às necessidades das populações?

Dentro do nosso contexto e no quadro do seu estatuto, o hospital tem dado

uma boa resposta, acudindo à população que o procura. Temos um fluxo diário entre 100 a 120 pessoas que demandam os nossos serviços de urgência diariamente, sem falar das marcações na Central de Consultas. Se formos calcular com base anual, temos cerca de 120 mil pessoas, significando isso, estatisticamente, que o equivalente à população inteira da região passa por este hospital todos os anos. Podemos dizer, por outro lado, que a população da região assume como seu património as infra-estruturas e os cuidados que lhe são prestados, e que confia no sistema e nos seus profissionais. Isso é muito bom porque significa integração e



interacção. Isso também se reflecte, no que respeita aos internamentos, numa taxa de ocupação próxima dos 85 por cento.

Entre o hospital e os Centros de Saúde e as Unidades sanitárias de base existe, como disse, uma boa relação de complementaridade. Como é que funciona?

Os serviços são hierarquizados e cada um faz a sua parte de forma autónoma mas concertada. O hospital ajuda os centros de Saúde na vertente do

reforço da sua capacidade técnica e no que respeita à assistência nas especialidades. Os médicos e enfermeiros do HRSR, dentro das nossas limitações e mediante uma escala que é rigorosamente cumprida, saem para dar consultas nos centros de saúde em especialidades como psicologia, psiquiatria e oftalmologia (optometria), e estamos a tentar repor, uma vez que existia mas tivemos que descontinuar devido à escassez de pessoal, outras valências como a ginecolo-

gia e a obstetrícia. Dentro desta complementaridade de que falamos, os centros de saúde têm o HRSRV como referência, e este, além de estar alinhado com as estruturas locais, articula-se directamente com o hospital central da Praia, nomeadamente em termos de urologia, dermatologia, cardiologia, imagiologia e cirurgias.

E qual é o quadro dos vossos recursos humanos?

A RSSN tem cerca de 500 profissionais de saúde,

sendo cerca de 52 médicos e mais ou menos 130 enfermeiros, e os restantes são técnicos de nível superior e de outras categorias, além de pessoal auxiliar.

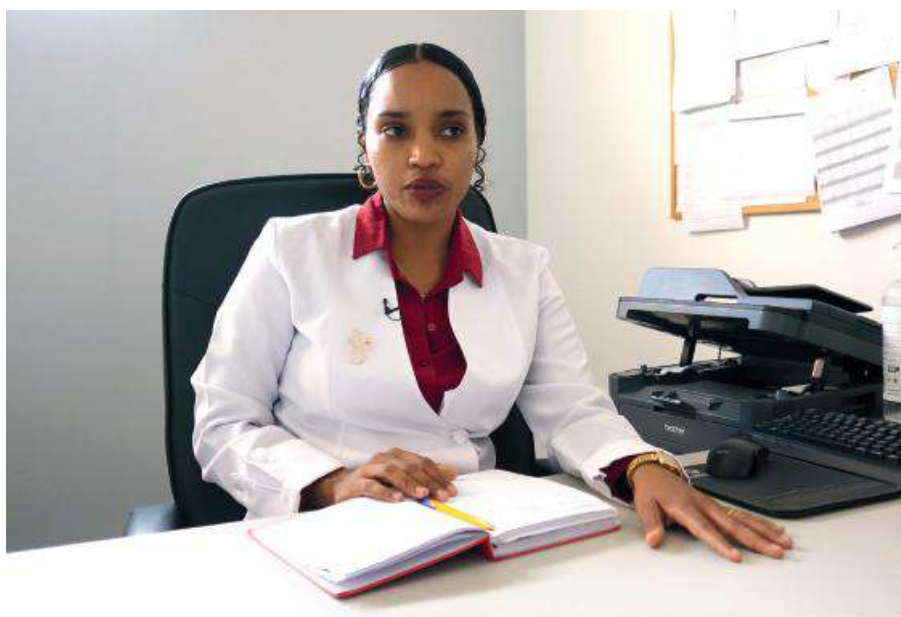
Qual é o rácio de médicos em relação à população?

Estamos a falar de algo como 5,5 médicos por 10 mil habitantes, um pouco abaixo da média nacional, que fica um pouco acima de 7 pelo mesmo número de habitantes. De qualquer forma, não ficamos mal servidos.



Tarrafal tem uma rede de cuidados com dinâmica de Desenvolvimento

Depois de Santa Catarina, Tarrafal é o mais importante dos seis municípios que integram a Região Sanitária de Santiago Norte, que tem, em termos absolutos, mais de 120 mil habitantes, geograficamente bastante dispersos, maioritariamente pobres e com problemas específicos de saúde. É por isso que a abordagem das questões sanitárias requer soluções diferenciadas, para as quais contribui a rede de infra-estruturas e de cuidados primários em presença. A Delegacia de Saúde do concelho faz a gestão de cinco Unidades Sanitárias de Base, espalhadas por diferentes localidades, de dois postos de saúde e de um Centro de Saúde, localizado em Chão Bom.



Delegada de Saúde, Meliza Cardoso

Trata-se do único centro da região com capacidade de internamento, e dispõe de um laboratório de análises clínicas, banco de sangue e outras virtualidades que proporcionam diagnósticos e tratamentos de que, de outra maneira, os doentes e utentes só poderiam dispôr no Hospital Regional de Santa Catarina ou no hospital da Praia.

De acordo com explicações que nos foram avançadas pela Delegada de Saúde do concelho, Meliza Cardoso, o Banco de Urgências funciona 24 horas e a possibilidade de os doentes poderem ser internados é uma grande mais-valia que contribui em grande medida para a qualidade

dos cuidados de saúde primária prestados.

Temos serviços de saúde reprodutiva, para atender aos partos e fazer o acompanhamento pré-natal das grávidas, e de saúde infantil, para acompanhamento e vacinação das crianças, além da puericultura, e brevemente começará a funcionar uma sala para adolescentes, que já está devidamente equipada e que vamos inaugurar no próximo mês, explicou a médica.

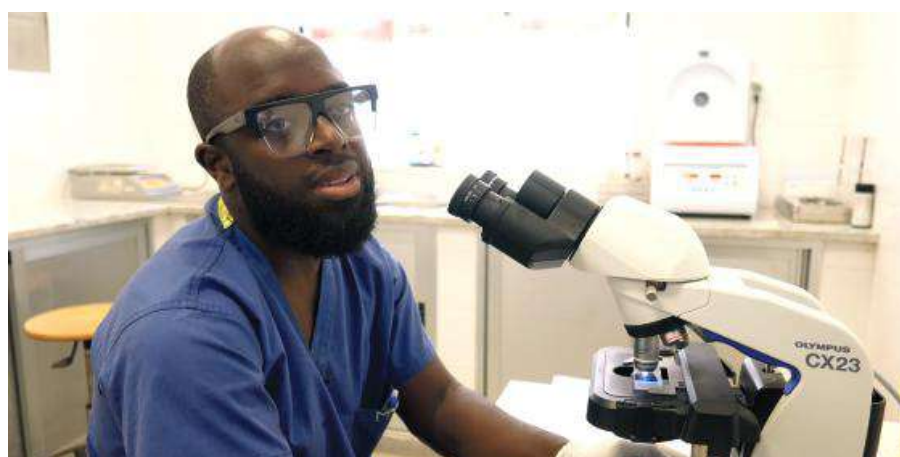
O Centro de saúde dispõe ainda do serviço de radiologia, com um técnico a trabalhar a tempo inteiro, adiantou a responsável, destacando o facto de o já citado laboratório se encontrar bem apetrechado e

funcionando com dois técnicos, que fazem parte de uma equipa formada, ao nível de todo o concelho, por 64 profissionais, incluindo os médicos e os enfermeiros.

Tarrafal é um município com muitas localidades isoladas e as Unidades Sanitárias de Base estão estrategicamente localizadas em termos geográficos, designadamente em Ribeira Prata, Figueira Mui-ta, Chã de Junco, Achada Longueira, Trás os Montes e Achada Tenda, de modo a prestarem serviços em

carácter de proximidade e descentralização e fazerem a ponte com os Postos de Saúde e o Centro de Saúde.

Em termos de satisfação das necessidades das populações, Meliza Cardoso não esconde os muitos desafios existentes, mas diz acreditar que, dentro das limitações, a Delegacia de Saúde, com as Unidades Sanitárias de Base, os Postos Sanitários, o Centro de Saúde e os profissionais de que dispõe, vai dando uma boa resposta dentro daquilo que são as suas potencialidades.



Classificados



Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio, SA

ANÚNCIO

Plano de Ordenamento Detalhado - POD.L.01 & POD.L.02
CARQUEJINHA
ZDTI de Santa Mónica - ILHA DA BOA VISTA

A Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio, SA (SDTIBM) torna público que no âmbito da Lei nº 35/IX/2018, de 6 de Julho, que Procede à primeira alteração da Lei n.º 75/VII/2010, de 23 de agosto, que estabelece o regime jurídico de declaração e funcionamento das Zonas Turísticas Especiais (ZTE), no seu artigo 19º - Exposição pública, encontra-se à disposição do público em geral o Plano de Ordenamento Detalhado (POD) dos Empreendimentos Turísticos a serem construídos nas parcelas denominadas POD.CB.01 & POD.CB.02 – CARQUEJINHA, na ZDTI de Santa Mónica - ilha da Boa Vista, para recolha de observações e sugestões sobre as soluções das propostas de plano. Os referidos POD encontrem-se na SDTIBM, dentro das horas normais de expediente, de 19 de Julho à 9 de Agosto de 2024.

Sal-Rei, 18 de Julho de 2024

O PCA da SDTIBM

/Luís Nataniel Monteiro Silva/



Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio, SA

ANÚNCIO

Plano de Ordenamento Detalhado - Little Africa Maio - POD. Maio
III POD.SVM.03
ZDTI SUL DA VILA DO MAIO - ILHA DO MAIO

A Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio, SA (SDTIBM) torna público que no âmbito da Lei nº 35/IX/2018, de 6 de Julho, que Procede à primeira alteração da Lei n.º 75/VII/2010, de 23 de agosto, que estabelece o regime jurídico de declaração e funcionamento das Zonas Turísticas Especiais (ZTE), no seu artigo 19º - Exposição pública, encontra-se à disposição do público em geral o Plano de Ordenamento Detalhado (POD) do Empreendimento Turístico a ser construído na parcela denominada Little Africa Maio - POD. Maio III (POD.SVM.03), na ZDTI de Sul da Vila do Maio – ilha do Maio, para recolha de observações e sugestões sobre as soluções da proposta de plano. O referido POD encontra-se na SDTIBM e INGT, dentro das horas normais de expediente, até 3 de agosto de 2024.

Sal-Rei, 17 de julho de 2024

O PCA da SDTIBM

/Luís Nataniel Monteiro Silva/



Ministério da Agricultura
e Ambiente

Direção Nacional do Ambiente

ANÚNCIO

“MINDELO HALCYONE HOTEL”
SÃO VICENTE

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “**MINDELO HALCYONE HOTEL**” do proponente **HALCYONE, S.A – SUCURSAL SÃO VICENTE** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 15 de julho a 13 de agosto nos seguintes locais:

- www.maa.gov.cv;
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal do São Vicente;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente de São Vicente.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: rosiana.semedo@maa.gov.cv com conhecimento de adilson.dveiga@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 18 de julho de 2024



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
1º JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES

ANÚNCIO (2ª Publicação)

Faz saber que pelo Juízo acima referido, nos autos de REPP (Regulação do Exercício do Poder Paternal), registado sob o nº 38/2024, que é requerente a Curadoria de Menores em representação da menor Utima Djelissa Gonçalves dos Santos, move contra o requerido, **HEN-DA FERREIRA DOS SANTOS**, residente em parte incerta de Angola, é este requerido citado, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação fixada em **TRINTA DIAS**, após a segunda publicação do anúncio, apresentar a sua oposição devendo juntamente com esta apresentar ou oferecer provas e requerer diligências

que entender necessárias, cujo pedido e seus fundamentos constam do duplicado da petição inicial que se encontra na secretaria deste juízo para lhe ser entregue.

Faz ainda saber ao citado que não é obrigatória a constituição de advogado.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, aos 10 de junho do ano de 2024.

A Juiz de Direito,

/ Cláudia Ariana Silva Lopes/

A Ajudante de Escrivã,

/Janice Fernandes de Pina/



Anúncio Público

Procedimento para contratação de serviço de consultoria N° 03/2024 para a conceção, desenvolvimento, implementação e integração de um sistema web para regulação e monitorização do mercado farmacêutico com serviços/sistemas (webservices) internos e externos e proporcionar a interoperabilidade entre esses serviços/aplicações de forma eficiente.

- 1. Entidade Adjudicante:** Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS), com sede na Av. Cidade de Lisboa, Várzea Caixa Postal 296-A, Praia, Cabo Verde e telefones 2626410 / 2622453 / 2626457.
- 2. Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar a despesa:** Conselho de Administração da Entidade Reguladora Independente da Saúde.
- 3. Entidade responsável pela condução do procedimento:** Entidade Reguladora Independente da Saúde, telefones (+238) 2626410 / 2622453 / 2626457 e- mail:. eris@eris.cv.
- 4. Objeto do procedimento:** para a conceção, desenvolvimento, implementação e integração de um sistema web para regulação e monitorização do mercado farmacêutico com serviços/sistemas (webservices) internos e externos e proporcionar a interoperabilidade entre esses serviços/aplicações de forma eficiente.
- 5. Local da execução do contrato:** Os trabalhos serão desenvolvidos na cidade da Praia, na sede da ERIS, sem prejuízo da ERIS indicar outro lugar para a realização do mesmo. A equipa de seguimento da ERIS, que será o elo de ligação entre os diferentes Stakeholders envolvidos, prestará todo o apoio necessário, tanto a nível organizacional, como logístico e técnico.
- 6.**
- 7. Prazo de execução do contrato:** A execução da consultoria deverá ter a duração 4 meses, a partir da assinatura do contrato.
- 8. Obtenção dos documentos do procedimento:** Os documentos relativos ao presente procedimento podem ser solicitados através do endereço eletrónico: Moacir.Santos@eris.cv ou na sede da ERIS.
- 9. Requisitos obrigatórios para a apresentação de candidatura:** Podem ser admitidas empresas de consultoria nacionais, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública. A empresa de consultoria deverá possuir os requisitos estabelecidos nos TdR.
- 10. Não são admitidas:** Candidaturas que não cumpram com os requisitos previstos no documento de concurso.
- 11. Modo de apresentação das candidaturas:** Em envelope fechado, entregue diretamente na sede da entidade adjudicante ou remetido por correio registado para a morada da entidade adjudicante. As

candidaturas podem ainda ser remetidas por correio eletrónico, com anexos zipados e encriptados, unicamente para o endereço Moacir.Santos@eris.cv, devendo a chave de descriptação ser entregue quando terminado o prazo de entrega das candidaturas, e até uma hora antes do início do ato público, respeitando as indicações definidas nos Termos de Referência.

- 12. Língua:** As candidaturas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas em língua portuguesa.
- 13. Data de apresentação de candidaturas:** Os interessados devem apresentar as candidaturas até às 9 horas do dia 19 de agosto de 2024.
- 14. Ato público de abertura das candidaturas:** Pelas 10 horas do dia 19 de agosto, podendo os interessados participar presencialmente e nela intervir todos os candidatos e/ou seus representantes devidamente credenciados para o efeito.
- 15. Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a sua entrega.
- 16. Critério de adjudicação:** A adjudicação é realizada utilizando o método da seleção baseada em qualidade e preço, com a ponderação 60% para a qualidade e 40% para o preço, conforme expresso nos Termos de Referência.
- 17. Cauções e garantias:** No caso de a proposta adjudicada prever adiantamentos de preço, devem ser prestadas cauções de valor igual ao dos adiantamentos prestados, desde que não exceda 30% do valor total do contrato.
- 18. Outras informações:** Após concluída a avaliação das propostas técnica e financeira, a ERIS notifica os concorrentes do resultado da avaliação.
- 19. Identificação do autor do anúncio:** Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS).
- 20. Lei aplicável ao procedimento:** Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril de 2015, alterada pela Lei nº 69/IX/2019, de 31 de dezembro.

Praia, 18 de julho de 2024.

O Presidente do Conselho de Administração,

/Eduardo Jorge Monteiro Tavares/



Ministério das Infra-Estruturas, do
Ordenamento do Território e Habitação



**EMPREITADA PARA REABILITAÇÃO E ASFALTAGEM FA-
SEADA DAS ESTRADAS:**

- **EN3-BV-01 (RABIL/JOÃO GALEGO/FUNDO DAS FIGUEI-
RAS/CABEÇO DOS TARAFES);**
- **EN3-BV-05 RABIL (ENTRONCAMENTO EN3-BV-01) / ES-
TÂNCIA DE BAIXO.**

ILHA DA BOA VISTA

1. O Ministério das Infraestruturas Ordenamento do Território e Habi-
tação, através da Estradas de Cabo Verde, E.P.E. lança um **Concurso
Público Nacional N.º O-BV-17/2024** para a Reabilitação e Asfalta-
gem das Estradas EN3-BV-01 (Rabil/João Galego/Fundo das Figuei-
ras/Cabeço dos Tarafes) – 24.505 Km, e EN3-BV-05 Rabil (Entronca-
mento EN3-BV-01) à Estância de Baixo – 2.677 Km, na lha de Boa
Vista, financiado pelo Governo de Cabo Verde.
2. Ao Concurso podem candidatar-se empreiteiros com Alvará de 6.^a
Classe ou superior da 1.^a subcategoria da 2.^a Categoria (Vias de comu-
nicação, obras de urbanização e outras infraestruturas).
3. Para submissão das Propostas o Concorrente deve adquirir o Dossier
de Concurso.
4. O Dossier de Concurso estará disponível, para compra e consulta, no
endereço abaixo indicado, a partir de **26 de julho de 2024 em forma-
to digital**, mediante o pagamento dum montante não reembolsável de
30.000\$00 (trinta mil escudos). O método de pagamento pode ser
por transferência bancária, na conta do ECV, E.P.E. junto do Tesouro,
mediante emissão do DUC pelos Serviços de Contabilidade do ECV,
E.P.E.
5. Uma **visita técnica obrigatória**, às Estradas EN3-BV-01 (Rabil/João
Galego/Fundo das Figueiras/Cabeço dos Tarafes), e EN3-BV-05 Ra-
bil (Entroncamento EN3-BV-01) à Estância de Baixo, acompanhada
pelos Técnicos da Estradas de Cabo Verde, E.P.E., direcionada aos re-
presentantes credenciados das empresas que adquiriram o dossier está
programada para o dia **08 de agosto de 2024**, com encontro no PK
0+000 na EN3-BV-05 Estância de Baixo, às 09:30 horas, conforme as
instruções apresentadas na “Parte I do Programa de Concurso”.
6. A Avaliação das Propostas será efetuada segundo os requisitos técni-
cos e financeiros especificados no Dossier de Concurso.
7. Os Concorrentes podem solicitar esclarecimentos relativos à boa com-
preensão e interpretação do Dossier de Concurso para os endereços de
correio eletrónico abaixo indicados, entre os dias **24 de julho de 2024
a 09 de agosto de 2024**. Os esclarecimentos solicitados serão presta-
dos, por escrito, até ao dia **25 de agosto de 2024**.
8. As Propostas dos Concorrentes elegíveis, redigidas na língua portu-
guesa, respondendo aos critérios de qualificação exigidos no Dossier
de Concurso, devem ser entregues na Estradas de Cavo Verde, E.P.E.,
até às 10:00 horas do dia 09 de setembro de 2024, em invólucro
fechado, 1 (um) exemplar em formato papel e 1 (um) exemplar em
formato digital (Pen-Drive).
9. O **Ato público de abertura** das Propostas terá lugar na sede da Estra-

das de Cabo Verde, cujo endereço abaixo se indica, **no dia 09 de setembro
de 2024 às 10:30 horas**, na presença dos representantes dos Concorrentes
que assim desejarem assistir.

10. As propostas deverão ser acompanhadas de uma **Garantia de Manutenção
da Proposta** no valor de **2.000.000\$00 (dois milhões de escudos)**.
11. O **Preço Base** (preço máximo que se dispõe a pagar pela execução de to-
das as prestações que integram o Contrato) fica fixado em **1.200.000.000,00
ECV** (mil milhões e duzentos milhões de escudos).
12. O endereço e contactos da Estradas de Cabo Verde, para efeitos do presente
Concurso, são os seguintes:

Estradas de Cabo Verde, E.P.E.

Avenida Santiago nº 28, 4º dir. e esq. CP 343 –A Palmarejo – Praia, Cabo Verde

Tel.: (+238) 262 99 51/52

Email: concursos@estradas.cv; jair.rodrigues@mioth.gov.cv

Com conhecimento: antoniom.tavares@mioth.gov.cv

Período de funcionamento: 8:00 h – 17:00 h.



Anúncio

A Cabeólica, S.A. informa que no âmbito do Projeto de Ex-
pansão da empresa, envolvendo os parques eólicos de São Vi-
cente e Boavista, será realizado um atelier de apresentação pú-
blica do Estudo de Impacto Ambiental do referido Projeto nos
Municípios de São Vicente e Boa Vista.

Para o efeito, convida todas as pessoas interessadas a assisti-
rem ao referido atelier que conta com a participação de especia-
listas na área ambiental.

O atelier decorrerá no dia 1 de agosto de 2024 às 15:30 no
Sala de CoWorking no Hotel Don Paco sito na cidade de Min-
delo e no dia 2 de agosto de 2024 às 15h30 no **Centro Arte e
Cultura (CAC)** em Sal Rei.

A Cabeólica aos 22 de julho de 2024.

Cabeólica, S.A., Tel: +238 260 22 60
Edifício BAICenter, 2º Andar Esq. Fax: +238 262 56 14
C.P. 101/A - Praia
Cabo Verde www.cabeolica.com



Programme CVE/389
Eau et Assainissement



AVIS D'APPEL D'OFFRES N° CVE/389 • 24 7052

TITRE : Travaux d'extension du réseau d'évacuation des eaux usées domestique et raccordements domestiques respectifs dans le quartier de Cabeça Carreira, zone de Chão Bom dans la municipalité de Tarrafal – île de Santiago (Travaux)

dans le cadre du Programme CVE/389 financés sur des ressources des gouvernements
de la République du Cabo Verde et du Grand-Duché de Luxembourg

Cet avis est lancé par et selon les procédures de LuxDev, l'agence luxembourgeoise pour la Coopération au développement, pour le compte du Programme CVE/389 recevant un appui financier des gouvernements de la République du Cabo Verde et du Grand-Duché de Luxembourg.

- **Identification et financement du Programme**
- Intitulé : CVE/389 – Eau et Assainissement
- Source de financement : Le Gouvernement de la République de Cabo Verde et le Gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg comme défini dans le Protocole du Programme CVE/389 du 12 janvier 2022.
- Situation du financement : Approuvé
- **Identification du Marché**
- Type de marché : Travaux
- Objet : **Travaux d'extension du réseau d'évacuation des eaux usées domestique et raccordements domestiques respectifs dans le quartier de Cabeça Carreira, zone de Chão Bom dans la municipalité de Tarrafal – île de Santiago**
- Numéro : CVE/389 • 24 7052
- Nombre de lots : 1 (un)
- Groupement de lots : N/A
- **Critères d'éligibilité et d'évaluation**
- Origine : pas de restriction
- Éligibilité : les entreprises qui satisfont aux critères inclus dans la déclaration sur l'honneur et dans les clauses déontologiques de la réglementation générale
- Évaluation : l'offre administrativement et techniquement conforme la moins disante sera déclarée attributaire
- Variantes : N/A
- **Lieux et délais**
- Localisation du programme : Cabo Verde – île de Santiago - Praia
- Lieux d'exécution du marché : Municipalité de Tarrafal – île de Santiago
- Délai d'exécution du marché : 8 mois
- Délai de validité des offres : 90 jours à compter de la date limite pour la réception des offres
- **Définitions**
- Pouvoir adjudicateur : Lux-Development
- Autorité contractante : AdS - Águas de Santiago
- Bénéficiaire : AdS – Águas de Santiago
- Superviseur : sera désigné ultérieurement
- Bailleur de fonds : Grand-Duché de Luxembourg
- Représentant du bailleur de fonds : Lux-Development
- Dossier d'Appel d'Offres (DAO)
- Type : appel d'offre ouverte, à prix unitaires fermes et non révisables
- Conditions d'acquisition : le DAO peut être acquis gratuitement par e-mail :

Email : nathaly.santos@luxdev.lu
c/c carla.santos@luxdev.lu

- Notifications et communications écrites, à envoyer par email à :
nathaly.santos@luxdev.lu
c/c carla.santos@luxdev.lu
- Date limite pour les demandes d'informations complémentaires : 14 jours avant la date limite de réception des offres
- Date limite pour la fourniture d'explications aux soumissionnaires : 8 jours avant la date limite de réception des offres
- **Langue, monnaie, réception et ouverture des offres**
- Langue : La langue de la procédure est le français. Toutefois, certains documents techniques et administratifs (CST) des soumissions ainsi que le BPU/QE peuvent être présentés en portugais.
- Monnaie : Euro (EUR)
- Adresse pour la réception et l'ouverture : 1 original et 2 copies papier et 1 copie sur clé USB, à envoyer au :

Lux-Development Bureau Cabo Verde
Edifício da Embaixada do Grão-Ducado de Luxemburgo
C.P. 458
Quebra Canela – Praia

- Date et heure limite pour la réception des offres : 01.08.2024 à 10h00 (heure locale - Cabo Verde)
- Date et heure pour la séance publique d'ouverture : 01.08.07.2024 à 10h30.
- **Garanties**
- Garantie de soumission : N/A
- Garantie de bonne exécution : 10 % du montant du Marché
- Autres : voir DAO

- **Paiements**
- Tous les paiements éligibles dans le cadre du présent marché seront effectués par Lux-Development pour le compte du Programme CVE/389.

- **Réunion d'information et/ou Visite des lieux**
- Une visite facultative des lieux est prévue le 15.07.2024 à 11h00 (heure locale – Cabo Verde). Le point de rencontre sera dans les installations d'AdS à Tarrafal, Ilha de Santiago
- Une réunion d'information sera tenue immédiatement après la visite des lieux.

- **Prestations complémentaires ou additionnelles**
- Le présent marché ne prévoit pas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels. En cas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels (non prévue initialement), leur valeur sera limitée à maximum 50 % du montant du Marché initial.

- **Renseignements complémentaires : voir DAO**



Ministério da Agricultura
e Ambiente
Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

ANÚNCIO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

Concurso Público Internacional – Por Lotes Nº 01_UGA-MAA/2024

- **Entidade Adjudicante:** Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)/ Secretariado Nacional para Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) sede em Achada de São Filipe, Cidade da Praia- Ilha de Santiago- Cabo Verde.
- **Entidade responsável pela condução do procedimento:** Unidade de Gestão de Aquisições (UGA) do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), sito na Rua Visconde S. Januário, Ponta Belém – Plateau, cidade da Praia – Cabo Verde, caixa postal 115, contacto (238) 333-7510.
- **Objeto do Concurso:** Aquisição de 3 (três) Balanças Eletrónicas de Fluxos para Silos dividido em lotes:
Lote 1 - Balança eletrónica de fluxo contínuo para a pesagem do milho durante o processo de ensilagem;
Lote 2 - Balança doseadora para pesagem do milho durante o processo de desensilagem, ou seja, no ensacamento, com o dispositivo de ensacamento do “Sistema 1”;
Lote 3 - Balança doseadora para pesagem do milho durante o processo de desensilagem, ou seja, no ensacamento, com o dispositivo de ensacamento do “Sistema 2”.
- **O procedimento de contratação** adotado segue a forma de Concurso Público Internacional nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 119º do CCP.
- **Prazo de execução do contrato:** o contrato inicia a sua vigência com a assinatura e mantém –se em vigor até a entrega, instalação, testes de funcionamento e aceitação dos equipamentos.
- **Obtenção dos documentos do concurso:** Os documentos relativos ao presente concurso podem ser obtidos no site www.mf.gov.cv/web/ecompras ou <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras> ou ainda solicitadas através do email: uga.maa@maa.gov.cv.
- **Modo de apresentação das propostas:** As propostas devem ser entregues, em versão eletrónica, através da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, e em Suporte Papel diretamente na UGA-MAA ou submetidas através do endereço do correio eletrónico uga.maa@maa.gov.cv.
- **Data de apresentação das propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até às 16 horas do dia 19 de agosto de 2024.
- **Requisitos de admissão:** podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento participantes no presente procedimento todas as entidades que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar e que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do CCP.
- **Língua:** língua Portuguesa, aceitando-se, porém, língua estrangeira quando a natureza assim o exigir desde que acompanhados de tradução legalizada, sendo que a tradução prevalecerá sobre os originais em língua estrangeira;
- **Critério de adjudicação:** A avaliação é baseada no critério do preço mais baixo e a verificação das especificações técnicas do Caderno de Encargos, nos termos do nº 17. do Programa de Concurso.
- **Ato público:** ato público de abertura das propostas terá lugar na Sede do MAA, **pelas 09:30 horas do dia 20 de agosto de 2024**, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e/ou os seus representantes devidamente credenciados para o efeito.
- **Identificação do autor do anúncio:** DGPOG/UGA do Ministério da Agricultura e Ambiente.
- **Lei aplicável ao procedimento:** Código Contratação Pública, Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril.

Praia, 18 de julho de 2024

DGPOG-MAA
/Dr. Arilde Galvão, Secretário



República de Cabo Verde
COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES
Praia - Cabo Verde C.P. 290
Tel.: +2382624323 - Fax: +2382624325

Anúncio de Recrutamento

No âmbito do processo eleitoral para as eleições autárquicas, a Comissão Nacional de Eleições enquanto órgão superior da administração eleitoral cujas competências encontram-se definidas no Código Eleitoral e demais legislação, faz saber a todos os interessados que pretende recrutar três (3) profissionais por um período de seis (6) meses nas seguintes condições:

1) Técnico para o Núcleo de Gestão e Contabilidade

Requisitos necessários:

- Licenciatura em Gestão, Contabilidade ou áreas afins;
- Experiência profissional mínima de três (3) anos.

2) Técnico para o Gabinete Jurídico

Requisitos necessários:

- Formação Superior em Direito;
- Experiência profissional mínima de três (3) anos.

Requisitos complementares

- Os candidatos devem ter o domínio da língua portuguesa;
- Conhecimento da informática na ótica do utilizador;
- Excelente capacidade de relacionamento interpessoal;
- Disponibilidade imediata.

3) Apoio Operacional – Condutor Auto

Requisitos necessários:

- Detentor da Carta de Condução de pesado;
- Experiência profissional mínima de três (3) anos;
- Disponibilidade imediata

Documentos suporte de candidatura

Carta de candidatura
Curriculum Vitae
Fotocópia de diploma ou certificado de habilitações académicas
Fotocópia de documento de identificação
Registo Criminal

Condições

- Contrato de trabalho a termo certo, com a duração de seis (6) meses
- Local de trabalho: Sede da CNE-Cidade da Praia
- Salário base: (Nível I da categoria técnico parlamentar da Assembleia Nacional) acrescido de suplementos vigentes na instituição
- Salário base: (Nível II da categoria Apoio Operacional da Assembleia Nacional) acrescido de suplementos vigentes na instituição

Metodologia de seleção

- A seleção será feita através de análise, tendo em consideração o seguinte:
1. Análise curricular detalhada
2. Entrevista individual

Prazo e local de entrega das candidaturas

Os interessados deverão apresentar as suas candidaturas até ao dia 31 de julho de 2024, para os seguintes endereços:

- rececionista.cne@cne.cv
- Comissão Nacional de Eleições, Rua Principal da Prainha – Praia, Santiago

As condições de candidatura estão publicadas no site da instituição www.cne.cv

Praia, aos 15 de julho de 2024

A Presidente,
/Maria do Rosário Lopes Pereira Gonçalves/



Ministério das Infra-Estruturas, do
Ordenamento do Território e Habitação

SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PAÍS: CABO VERDE
PROJETO: Projeto para a Melhoria da Conectividade e das Infraestruturas Urbanas em Cabo Verde
PROJECT ID NO. P178644
CRÉDITO N°S IDA-7436 & 7437
Ref: PMCIU/CEP/MIOTH/2024
Data: 03 de julho de 2024
ASSUNTO: RECRUTAMENTO DE UM(A) ESPECIALISTA AMBIENTAL

O Governo de Cabo Verde obteve o financiamento do Banco Mundial para a cobertura dos custos do Projeto de Melhoria da Conectividade e das Infraestruturas Urbanas e pretende aplicar parte do financiamento para serviços de consultoria de um(a) Especialista Ambiental.

1. O Projeto integra quatro componentes, sendo:
- Componente 1: Infraestruturas urbanas e comunitárias resilientes;
 - Componente 2: Melhorar a conectividade e a resiliência dos transportes;
 - Componente 3: Assistência Técnica;
 - Componente 4: Gestão do projeto.

A implementação do projeto é da responsabilidade de duas entidades implementadoras: o MIOTH e a UGPE, sendo o MIOTH a entidade com a responsabilidade geral, supervisionando todas os componentes, assegurando a consolidação dos relatórios e sendo o ponto de contacto com o Banco Mundial.

2. O MIOTH será responsável pela conceção, implementação e arranjos institucionais de todas as atividades no âmbito dos Componentes 1 e 2, bem como pela gestão de projetos no âmbito do Componente 4. Os processos de aquisição do MIOTH para a aquisição de serviços de consultoria, bens e obras, serão conduzidos pela ICV para as atividades do Componente 1 e pela ECV para as atividades do Componente 2, usando os procedimentos apropriados.

3. O MIOTH também será responsável por todas as outras obrigações fiduciárias no âmbito dos Componentes 1 e 2 e pela apresentação do relatório final do projeto.

4. O cargo tem uma duração prevista de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por igual período mediante avaliação das necessidades do Projeto e de desempenho satisfatório do(a) Especialista. O contrato será a tempo integral.

5. O local de trabalho será nas instalações do Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação- MIO-TH situadas em Ponta Belém, Rua Judice Biker, Cidade da Praia, Ilha de Santiago. Atendendo à especificidade da função, sempre que necessário o(a) contratado(a) prestará serviço nos locais onde decorrem as atividades de execução do projeto.

6. O Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH), sito em Pnta Belém, CP nº 114, Plateau- Cidade da Praia, Te. : 2608300, entidade adjudicante, em representação da Célula de Execução do Projeto Melhoria da Conectividade e Infraestruturas Urbans em Cabo Verde (CEPMCIU) sito em Ponta Belem, Plateau-cidade da Praia, tele. : 2608300, IP 6702, email: laurindo.rodrigues@mioth.gov.cv; Lucilene.Monteiro@mioth.gov.cv; C/c : cesar.a.pinto@mioth.gov.cv, convida a todos os interessados elegíveis e qualificados a apresentarem a sua candidatura, para o cargo de Especialista Ambiental.

7. Os interessados devem submeter obrigatoriamente os documentos a seguir indicados fornecendo dados e informações que confirmem a sua experiência e capacidade técnica necessária para desempenhar o referido cargo:

- **Carta de manifestação de interesse assinada;**
- **Curriculum Vitae atualizado com a descrição de atribuições semelhantes, experiências, e referências de contactos em funções semelhantes são necessárias;**
- **Documentos comprovativos da titularidade dos requisitos/critérios exigidos para cargo.**

8. Habilitações e Experiencias profissionais exigidas para o cargo:

- Licenciatura em em Ciências Ambientais, Ciências Naturais, Gestão de Recursos Naturais, ou área relacionada,



emitida por uma Instituição legalmente reconhecida. Um título de mestrado ou pós-graduação nas áreas acima indicadas será uma vantagem;

- Ter pelo menos 10 anos de experiência de trabalho em inspeção ambiental, elaboração de Estudos de Impacto Ambiental, Avaliação de Impacto Ambiental, Auditoria Ambiental, gestão de riscos, gestão ambiental e monitoramento são vantagens adicionais.
- Conhecimento das normas do Quadro Ambiental e Social (E&S) do Banco Mundial e/ou Padrões de Desempenho da IFC evidenciados por formações e/ou trabalhos semelhantes realizados em consultorias anteriores;
- Experiência comprovada com a legislação ambiental nacional;
- Experiência em projetos de desenvolvimento, incluindo trabalhos relativos ao engajamento de cidadãos;
- Experiência comprovada na análise e interpretação de dados e na elaboração de relatórios da especialidade;
- Capacidade de projetar, planear, implementar e monitorizar atividades com a participação das comunidades;
- Capacidade de comunicar eficazmente e fornecer orientação aos especialistas não ambientais da Equipa de Implementação do Projeto, ICV e ECV;
- Conhecimento, experiência e compreensão de questões de desenvolvimento, contextos sociopolíticos, económicos e culturais de Cabo Verde;
- Capacidade de tomar decisões e julgamentos oportunos e de qualidade
- Conhecimentos de informática na ótica do utilizador;
- Capacidade analítica e sintética na escrita e comunicação;
- Capacidade para trabalhar num contexto multisectorial e comunicar eficazmente com os especialistas de outros domínios;
- Domínio da língua portuguesa;
- Utilizador intermédio da língua inglesa e/ou francesa;
- Disponibilidade para deslocação com frequência às comunidades e localidades intervencionadas;
- Disponibilidade imediata (máximo de 1 mês).

9. Os concorrentes devem ter em atenção os parágrafos 3.14, 3.16, 3.17 e 3.23 do Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento, julho 2016 e revisto em novembro de 2020, estabelecendo a política do Banco Mundial sobre conflito de interesses e elegibilidade.

10. Os concorrentes serão selecionados em conformidade com os procedimentos especificados nas diretrizes do Banco Mundial - Regulamento de Aquisições para mutuários de operações de financiamento de Projectos de Investimento, julho 2016 e revisto em novembro de 2020 e de acordo com

a modalidade de seleção de consultores individuais (IC).

11. Informações adicionais, esclarecimentos sobre o concurso e o Termos de Referência pode ser solicitado, somente por escrito, através dos endereços de correios eletrónicos abaixo indicados durante o horário normal de trabalho, das 08:00 às 17:00 horas.

Correio Eletrónico:

C/C: cesar.a.pinto@mioth.gov.cv,
laurindo.rodrigues@mioth.gov.cv,
Lucilene.Monteiro@mioth.gov.cv

12. O Prazo de submissão da candidatura é de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da publicação do presente anuncio nos jornais e sites ...

Correio Eletrónico:

cesar.a.pinto@mioth.gov.cv
laurindo.rodrigues@mioth.gov.cv
Lucilene.Monteiro@mioth.gov.cv

Endereço:

Ministério das Infraestruturas Habitação e Ordenamento do Território

Attn: Cesar Pinto – CEP-PMCIU

Rua Judice Biker - CP: 114

Ponta Belém, Cidade da Praia, Cabo Verde

Telefones: (+238) 260 67 00

13. Método de seleção

A seleção do(a) candidato(a) para exercer a função será em duas fases:

- Primeira Fase – Avaliação Curricular - 60%
- Segunda Fase - Entrevista – 40%

Apenas os 3 (três) primeiros classificados serão convidados para entrevista.

A Célula de Execução do Projeto para a Melhoria da Conectividade e das Infraestruturas Urbanas em Cabo Verde (CEP - PMCIU) reserva o direito de não selecionar qualquer candidato, caso não sejam satisfeitas as condições requeridas.





O Programa CVE/389 – Água e Saneamento, pretende recrutar:

Um Assistente Técnico Reforço das Capacidades no setor da água e saneamento (AT RC A&S)

Entrada em função: 1º de agosto de 2024

Tipo contrato: Contrato all-inclusive com duração de 17 meses.

Função principal do AT RC A&S é de apoiar o CT (Coordenador Técnico) na implementação do programa Água e Saneamento CVE/389.

Formação e/ou experiência obrigatória ou solicitada

Qualificações e competências

- Diploma de Licenciatura ou Mestrado em Ciências Tecnológicas, Económicas ou Sociais preferencialmente com especialização relacionado ao setor da água e saneamento;
- Competências em planeamento, seguimento e avaliação;
- Domínio das abordagens setoriais;
- Boas aptidões organizacionais e de comunicação e forte capacidade analítica;
- Excelente domínio do português escrito e falado e conhecimento prático do francês e/ou inglês.

Experiência Profissional Geral:

- Pelo menos 7 anos de experiência em políticas públicas ou gestão de operadores públicos preferencialmente do setor da água e saneamento;
- Pelo menos 3 anos de experiência em programas de cooperação internacional;
- Conhecimento do funcionamento do sector público em Cabo Verde, em particular dos operadores de água e saneamento e das agências reguladoras sectoriais.

A candidatura deverá ser introduzida através do link:

<https://career55.sapsf.eu/sfcareer/jobreqcareerpvt?jobId=1519&company=luxdevelop&st=6BD581A78FBF6FFCAB611A62A5DE9C97117C4952>

Date limite de receção das candidaturas 25 de julho de 2024 pelas 17hr de Cabo Verde.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
1º JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES
ANÚNCIO

Faz saber que pelo 1º Juízo de Família e Menores, nos Ação de Alimentos, registado sob o nº **127/2023**, que a Requerente CURADORA DE MENORES em representação do menor Alexsandro Denilson Centeio, move contra o requerido JOSÉ GRACELINDO MOREIRA PEREIRA, solteiro, filho de Alcides Mendes Pereira e de Maria Monteiro Moreira, natural da freguesia de Santiago Maior, com última residência na ilha da Boavista, zona de expansão de Bom Sossego, atualmente residente em parte incerta de Portugal, é este requerido citado, para no prazo de **CINCO DIAS**, que começa a correr depois de finda dilação fixada em **TRINTA DIAS**, após a segunda e última publicação do anúncio, contestar estes autos, cujo pedido e seus fundamentos constam do duplicado da Petição Inicial que se encontra na secretaria deste Juízo para lhe ser entregue e que com a contestação, se apresentar, deverá oferecer o rol de testemunhas ou quaisquer outros meios de prova, e de que caso não contestar, implica confissão dos factos e consequente condenação no pedido formulado pela requerente, e, o Tribunal decidirá. Faz ainda saber ao citado que não é obrigatório a constituição de advogado e que com a contestação, se apresentar, deverá oferecer o rol de testemunhas ou quaisquer outros meios de prova, e de que caso não contestar, implica confissão dos factos e consequente condenação no pedido.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, aos 11 de março do ano de 2024.
Juiz de Direito, A Ajudante de Escrivão Direito,
/Cláudia Adriana Silva Lopes/ /Sónia Sanches Monteiro/



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO
ANÚNCIO JUDICIAL - 1º PUBLICAÇÃO

Autos: **Ação Especial de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira** registados sob nº **38/2024**.

Requerentes: **Inácia Monteiro, nascida em 01.02.1957**, natural da **Freguesia de Santo Amaro, Tarrafal, residente em França**.

Requerido(a): **Bernard Jean Marie Delanchy, nascido em 18-08-1945**, natural de Vieux-Moulin, França, filho de **Andé Ferdinand Delanchy e de Madeleine Rosalie Bazin**, com ultima residência conhecida em **20 Rua da Madeleine, Compiègne (Oise)**, atualmente em parte incerta de França.

A Dr. Rosa Carlota Martins Branco Vicente, Juiz Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicado, é citado o (a) requerido (a), para no prazo de **10 dias**, que começa a correr depois de finda a dilação de **30 dias**, contada da segunda e última publicação do anúncio, querendo, deduzir a sua oposição ao presente pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, (**Sentença proferida pelo Tribunal Judiciaire de Creteil, Depar-**

tement du Val-de-marne), pelos factos e fundamentos constantes na petição inicial, depositada nesta Secretaria para levantamento a qualquer momento.

Mais se notifica o (a) requerido (a) de que é obrigatória a constituição de Advogado nesta Ação, e que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **13.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**26.000\$00**), nos termos das conjugações dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º do CCJ, com advertência de que a falta deste pagamento (**39.000\$00**), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ, e que pode requerer o benefício de Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais dois de igual teor, que serão legalmente publicados.

Cidade de Assomada, aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro.

A Juiz Desembargadora,
/Rosa Carlota Martins Branco Vicente/
O Oficial de Justiça,
/Gerson Spencer Monteiro/
-Ajudante de Escrivão-



**ANÚNCIO DE CONCURSO PÚBLICO
RECRUTAMENTO DE 2 (DOIS) TÉCNICOS EXPERIMENTADOR**

- **ENTIDADE PROMOTORA DO CONCURSO:** Laboratório de Engenharia Civil de Cabo Verde, (LEC – EPE)
- **IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL:** CP N.º 001/LEC-EPE/2024
- **OBJETO DO CONCURSO** – Recrutamento de técnico experimentador
- **FUNÇÃO/NÍVEL/NÚMERO DE VAGAS/NATUREZA DE VÍNCULO/ REMUNERAÇÃO**
 - Vaga: Técnico Experimentador – Assistente
 - N.º de Vagas: 02 (duas)
 - Função: Técnico Experimentador, Assistente
 - Natureza do vínculo: Contrato por Tempo indeterminado mediante período experimental ou probatório de 12 meses.
 - Remuneração: Conforme estabelecido no anexo (Tabela salarial pessoal efetivo), que aprova o PCCS do LEC;
- **HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DE BASE/ÁREA DE FORMAÇÃO:** Formação Profissional Nível V ou equivalente.
- **REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DE INGRESSO**
 - Ter nacionalidade cabo-verdiana, quando não dispensada pela constituição, convenção internacional ou lei especial;
 - Ter idade não inferior a 18 anos;
 - Ter robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao específico exercício das respetivas funções;
 - Não estar inibido(a) do exercício de funções públicas ou interdita-dos(as) para o exercício que se pretende recrutar no presente concurso;
 - Possuir habilitações literárias exigidas não inferior a Formação Profissional Nível V;
 - Ter experiência profissional, de pelo menos 3 (três) anos no desempenho efetivo de funções em laboratório, na função para a qual o concurso é aberto.
- **APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS**
 - **As candidaturas deverão ser entregues:**
 - Diretamente no LEC, com a designação “Concurso LEC 2024 + designação da vaga a que se candidata” (entre as 8:00 horas e as 16:00), para o seguinte endereço: Av. Grão-Ducado do Luxemburgo, Tira Chapéu Industrial, Praia, Santiago, frente ao Colégio da Turminha C.P N° 111A,
 - Ou enviados por correio registado para a mesma morada acima mencionada, desde que a receção ocorra dentro do prazo, não sendo consideradas as candidaturas que cheguem depois de expirado o prazo e sendo os concorrentes responsáveis por todos os atrasos que porventura se verifiquem.
 - Ou ainda apresentadas em suporte eletrónico enviados através do seguinte e-mails: info@lec.cv; mfortes.monteiro@lec.gov.cv;
 - O prazo de submissão de candidatura é de 30 (trinta) dias corridos, a contar do dia seguinte ao da publicação (18 junho) do presente anúncio no jornal e site do LEC.
 - **DOCUMENTOS A APRESENTAR:**
 - No ato de candidatura os candidatos devem apresentar obrigatoriamente os seguintes documentos e informações comprovativos da titularidade dos requisitos legalmente exigidos para o provimento da vaga a preencher:
 - Requerimento de candidatura conforme modelo constante no anexo I ao presente regulamento e Carta Motivação da Candidatura;
 - Fotocópia do documento de identificação;
 - Curriculum vitae detalhado;
 - Documentos comprovativos de habilitações literárias e respetivas equivalências (quando aplicável),
 - Registo Criminal
 - Atestado médico
 - Comprovativo de experiência profissional, de pelo menos 3 (três) anos no desempenho efetivo na função para a qual o concurso é aberto.
 - O candidato pode ainda apresentar:
 - Documento comprovativo de formação complementar não requeridas relevantes para a função a desempenhar;
 - Comprovativo de experiência profissional noutras áreas;
 - Serão excluídas na verificação documental, todas as candidaturas que não apresentem os documentos obrigatórios exigidos no ponto 6.3.1 do regulamento, bem como modelo em anexo preenchido e assinado.
 - O LEC não se responsabiliza pelas candidaturas que deixem de se concreti-zadas nos emails por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que não sejam da sua responsabilidade.
 - **PUBLICAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONCURSO E RESULTADOS**

O Regulamento e resultados do presente concurso são publicados no site do LEC: www.lec.cv;
 - **ESCLARECIMENTOS**

Para esclarecimentos relacionados com o presente concurso o(a) candidato(a) deverá contactar através dos seguintes números: +238 2627271 ou email: info@lec.cv; mfortes.monteiro@lec.gov.cv;
 - **OUTRAS INFORMAÇÕES**

O LEC, reserva-se o direito de não selecionar qualquer candidato(a), caso não sejam satisfeitas as condições requeridas neste concurso.
- PCA – LEC, E.P.E.
- Adlisa Delgado



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE FOGO
- JUÍZO CÍVEL
ANÚNCIO JUDICIAL
= N.º 54/EP/TJCSF/2023/24
<<****O****>>.

DR. PAULO JORGE SANTOS AIRES, Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe - Fogo.

a) **FAZ SABER** que neste juízo, correm termos uns autos de Ação Declarativa de Condenação Ordinária, nº 111/2024, movido pelo autor: **AFR-CONSTRUÇÕES CIVIL LDA**, representado pelo seu sócio gerente, Sr. **ANTÓNIO FONTES RODRIGUES**, maior, natural de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Concelho de São Filipe, residente em Saltos, representado pelos mandatários Judiciais **Drs. Manuel Roque Silva Jr e ou lara da Veiga**, com escritório e residência nesta cidade contra o RÉU: **ADELINO BARBOSA VICENTE**, mcp” DJONY GAU”, residente em parte incerta do E.UA, com última morada conhecida em São Filipe -junto Praia Nova Senhora, é por esta forma citado para no prazo de VINTE DIAS, depois os decorridos outros **TRINTA DIAS**, a contar da **data da segunda e ultima publicação do anúncio**, para contestar, querendo, os presentes autos, movidos neste Tribunal pelo Autor supra, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial respetiva que se encontra neste cartório para lhe ser entregue logo que for solicitado, advertindo -lhe de que a falta da contestação, **importa** a confissão dos factos articulados pelo autor. De que toda a sua defesa deve **ser deduzida na contestação** (art. 449º e do CPC); de que é **obrigatória** a constituição de advogado. De que, caso contestar a acção, deverá pagar o preparo inicial de 11.000\$00 dentro do prazo de **CINCO DIAS**, sob pena de efectuá-lo acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro da sua importância (art.58º, 61º e 66º do CCJ); De que, querendo e necessário for, poderá requerer o benefício de Assistência Judiciária (arts. 5º e ss. da LAJ); e de que goza ainda da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia, o benefício de Assistência Judiciária no que toca a Assistência Judicial, por Advogado, dentro do prazo de **DOIS DIAS úteis**, a contar da citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e podendo aquela instituição ser contactada por telefone e por fax..

Cidade de São Filipe, aos 10 de julho de 2024

Cidade de São Filipe, aos 10 de julho de 2024.
O Juiz de Direito
/ Paulo Jorge Santos Aires /
A Ajudante Escrivão
/ Emanuella Barbosa Lopes de Pina /

S.Filipe Fogo C.P. 03 - Telefone #3338173 - Fax #(0238)2812829-Cabo Verde



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO TARRAFAL
JUÍZO CÍVEL
ANUNCIO Nº 82/2024
1ª e 2ª PUBLICAÇÃO

Dr. Nilton José de Pina, Juiz de Direito do Juízo Cível do Tribunal Judicial Da Comarca Do Tarrafal;

FAZ SABER, que pela Secretaria Cível do Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal, nos autos da Alteração do Exercício do Poder Paternal, registado sob nº 35/2023/24, movida pelo requerente Issac Chidiebere, contra a requerida **EBERECHI CHIDIEBERE**, residente em parte incerta da Nigéria, e com ultima residência em Cabo Verde, na ilha de Santiago, Villa do Tarrafal, perto do Liceu, para no prazo de **CINCO DIAS**, finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados depois da 2ª e última publicação do anúncio, querendo, contestar ou dizer o que tiver por conveniente, pelos fundamentos constante do requerimento inicial e documentos, nos autos acima referido.

O pedido consiste em que “Seja alterado a guarda dos filhos menores, Praize Chidiebere, e Ezekiel Isaac Chidiebere, a favor do pai; “Seja ainda determinada a entrega dos menores do Sr. Onyekachi Solomon Ekeoma, para o requerente pai.”

Faz ainda saber a requerida de que a falta de contestação implica prosseguimento dos autos e que com a contestação se a apresentar, deverá oferecer o rol de testemunhas ou quaisquer meios de provas; Que não é obrigatória a constituição de advogado na presente ação; Ainda, que poderá requerer o benefício de Assistência Judiciária, na modalidade de dispensa ou redução de pagamento de encargos e custas processuais (cfr. artº 8º al. a) diretamente no Tribunal, ou no prazo de dois dias a contar da citação, na modalidade previsto no (artº8, al, b) nos termos da Lei 35/III/88, de 18 de junho junto da Ordem dos Advogados de Cabo Verde na Cidade da Praia, Email:ordemadvogados@cvtelecom.cv, tel. Nº (238)2619755, apresentando em todo o casa elementos comprovativos da sua insuficiência económica.

Para constar se lavrou o presente anúncio que será entregue ao requerente para efeito da 1ª e 2ª publicação.

Cartório do Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal, dezanove de julho de dois mil e vinte e quatro.

O Juiz de Direito
/ Nilton José de Pina /
A Ajudante de Escrivão
/ Maria Lopes /



República de Cabo Verde
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE
Cidade de São Filipe, 2812829

ANÚNCIO JUDICIAL Nº 52/2024

O EXMO SR. DR. PAULO JORGE SANTOS AIRES, JUIZ DE DIREITO DO TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO FOGO - SÃO FILIPE

Pelo Juízo Cível do Tribunal da Comarca de São Filipe, correm termos uns autos de Inventário Facultativo registados sob o 18/2022, em que é Inventariante Ana Eunice Pina Mendes e Inventariados Ysac Celestino de Pina Mendes e Maria Livramento de Pina Mendes, são por esta forma citados os Interessados **Madueno de Pina Mendes, residente em parte incerta dos EUA e Maria Antónia de Pina Mendes, mcp “Lulu”, residente em parte incerta de Portugal ou Luxemburgo**, para no prazo de VINTE DIAS, acrescido de dilação de QUARENTA DIAS, a contar da data da ultima publicação do anúncio, deduzirem oposição ao inventário, impugnarem a sua própria legitimidade ou a das outras pessoas citadas e a competência do cabeça de casal e do prosseguimento dos autos supra referenciados e no qual desempenha as funções de cabeça-de-casal, a inventariante para assistirem aos termos do mencionado processo, por óbito do de cujus, conforme determina o nº 1 do artº 956º do

Código de Processo Civil cabo-verdiano, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial que se encontra á disposição na Secretaria deste juízo á disposição;

De que, querendo e necessário for, poderão requerer o benefício de assistência judiciária;

De que goza ainda da faculdade de requerer á Ordem dos Advogados de cabo Verde, através da sua sede na Praia, o benefício de assistência judiciária no que toca a Assistência Judicial, por advogado, dentro do prazo de DOIS DIAS úteis, a contar da citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e podendo aquela instituição ser contactada por telefone (2619755/56 - fax 2619754 - CP 782.

Cidade de São Filipe, 09 de julho de 2024.

O Juiz de Direito
/ Paulo Jorge Santos Aires /
A Ajudante de Escrivão
/ Maria Lopes /



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ
JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO

Pelo Cartório do Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Cruz, correm termos uns autos de **Acção Declaratória Ordinária**, reg. sob o **nr.69/22-23**, intentada pela autora, **Maria Varela Ferreira Querido**, solteira, natural da freguesia e Concelho de Santa Catarina de Santiago, residente em Lisboa-Portugal, são citados os réus, **Maria Mercês Querido Ferreira**, natural da freguesia e Concelho de Santa Catarina, residente em parte incerta de Portugal **Herdeiros desconhecidos de Ernestina Ferreira Querido e Herdeiros Desconhecidos de Maria Ferreira Querido**, para no prazo de 20 (vinte) dias que começa a correr depois de finda a dilação de 30 (trinta) dias, a contar da data da última publicação deste anúncio, contestarem, querendo, o processo supra, que a autora supra identificada lhes move neste Juízo, pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo o pedido consiste:

Ser a autora reconhecida como dona e legítima proprietária do prédio rústico de sequeiro, sito em varanda, freguesia de São Lourenço dos Órgãos a área de 8886,9 m2, confrontando ao Norte com Joaquim Sanches Semedo, sul com Apolinário Sanches Semedo, Este com Joaquim Sanches Semedo e Oeste com João Sanches Ribeiro e Outros, registado na matriz predial sob o nº1436/0 e do prédio urbano construído dentro do referido terreno rústico, constituído por uma sala de visita, quatro quartos de dormir, uma casa de banho, uma cozinha, uma arrecadação, uma escada, um hall de entrada, um corredor e um pequeno quintal, com uma área de 328,84m2, registado na matriz predial sob o nº 519/0; Ser reconhecida à autora o direito de aquisição por usucapião dos prédios rústicos e urbano supra descritos, com efeito a partir de julho de 1987;

Ser reconhecido que os dois prédios autonomizam em prédios distintos, sendo um rústico com matríz nº1436/0 e outro urbano com matríz nº519/0; Seja ordenada a inscrição e descrição na Conservatória do Registo predial dos prédios rústico e urbano a favor da autora por usucapião;

Seja ordenado aos réus a absterem de praticar ou omitir atos que podem perturbar a posse e direito de propriedade da autora, cujo duplicado da petição inicial e documentos apresentados, se encontram depositados neste cartório para lhes ser entregues, caso assim o solicitarem ficando advertidos de que a falta de contestação importa ao reconhecimento do direito ora requerido.

Faz saber ainda de que é obrigatória a constituição de advogado; que, caso contestarem, o processo, deverão, no prazo de os (cinco dias, efetuar o preparo inicial, sob pena da sua cobrança acrescido de taxa de justiça igual ao dobro do montante nos termos do artigo 66º do código de custas Judiciais e que poderão requerer o benefício de assistência judiciária, ao tribunal, em requerimento autónomo, juntamente com a oposição ou em relação á ordem de advogados de Cabo Verde, solicitando a designação de um patrono, juntando desde logo os elementos comprovativos da insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, a contar da citação, ou na delegação da OACV (ordem dos Advogados de Cabo Verde), mais próximo e dos nos de telefone e de fax da mesma, cujos nºs são 2619755/ 56 e 2619754 respetivamente artº 5º e 6º do Dec. Regulamentar nº 10/04, de 08 de Novembro.

Cartório do Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Cruz, 09 de abril de 2024.



CIDADE DE PEDRA BADEJO _ ILHA DE SANTIAGO
TELEFONE nº2691354 e FAX (00238)2692200-CA.}, O VERDE



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
1º JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES

ANÚNCIO

Faz saber que pelo 1º Juízo de Família e Menores, nos Regulação do Exercício do Poder Paternal, registado sob o nº **47/2023**, que a Requerente **CURADORA DE MENORES** em representação da menor **Aicha Riana Freire Djau**, move contra o requerido **SAIDO DJAU**, filho de **Oio Djau** e de **Sidam Djau**, natural da Guiné-Bissau, com última residência em Cidadela/Praia - imediações da Bonatura, atualmente residente em parte incerta da Guiné-Bissau, é este requerido citado, para no prazo de **CINCO DIAS**, que começa a correr depois de finda dilação fixada em **TRINTA DIAS**, após a segunda e última publicação do anúncio, contestar estes autos, cujo pedido e seus fundamentos constam do duplicado da Petição Inicial que se encontra na secretaria deste Juízo para lhe ser entregue e que com a contestação, se apresentar, deverá oferecer o rol de testemunhas ou quaisquer outros meios de prova, e de que caso não contestar, implica confissão dos factos e consequente condenação no pedido formulado pela requerente, e, o Tribunal decidirá.

Faz ainda saber ao citado que não é obrigatório a constituição de advogado e que com a contestação, se apresentar, deverá oferecer o rol de testemunhas ou quaisquer outros meios de prova, e de que caso não contestar, implica confissão dos factos e consequente condenação no pedido.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, aos 11 de março do ano de 2024.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, aos 11 de março do ano de 2024.
Juiz de Direito, A Ajudante de Escrivão Direito,
/Cláudia Adriana Silva Lopes/ /Sónia Sanches Monteiro/



Ministério da Justiça
Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeitos de **segunda** publicação que, de fls. 12 verso a 13 do livro de notas para escrituras diversas número 3-A desta Conservatória/Cartório dos Mosteiros, se encontra exarada uma escritura de Habilitação Notarial, com a data de doze de junho de dois mil e vinte e quatro, na qual se declara que dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e três, nos Estados Unidos da América, faleceu **MANOEL FRANCISCO FONTES**, de oitenta e quatro anos de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, residente que foi nos Estados Unidos da América, no estado de casado com **Adelina Júlia de Oliveira Fontes**, sua viúva meeira.

Que o falecido não fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos:

a) **Marilda Esmeralda Francisca de Oliveira Fontes**, solteira, residente nos Estados Unidos da América, e;

b) **Enio Lanuvio Francisco de Oliveira Fontes**, casado com **Grace-linda dis Santos de Jesus Furtado**, no

regime de comunhão de adquiridos, residente em Calheta de São Miguel, ambos naturais de Dakar;

Que, não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer á herança da falecida.

Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referenda, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto Lei n.º 9/2010 de 29 de Março.

Cidade Igreja e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial dos Mosteiros, aos doze de junho de dois mil e vinte e quatro.

Conta: Reg. Sob o nº 225/24
Artigo 20º, 4.21.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00 São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário P/S,
/Roberto Carlos Barros Ferreira/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial dos Mosteiros, São Miguel - Cidade Igreja, Mosteiros - Fogo, CP*, Cabo Verde, Telefone + (238) 283 10 44/VOIP (333) 8345, Email: RNI.Mosteiros@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 3 do artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014 de 20 de Agosto, que no dia vinte e sete de junho dois mil e vinte e quatro, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **88**, a folhas **42 a 44vº** foi lavrada uma escritura pública de **Justificação Notarial**, em que **Manuel Tavares de Brito**, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, contribuinte fiscal número 136138551 e cônjuge, **Maria Helena Tavares Lopes**, natural da República Democrática de São Tomé e Príncipe, contribuinte fiscal número 147183910, residentes nesta cidade de Assomada, declaram ser donos e legítimos possuidores com exclusão de outrem do **prédio urbano** segundo andar, sendo no rés-do-chão composto por uma sala comum, quatro quartos de dormir,

cozinhas, casas de banho garagem e saguão e no primeiro e segundo andares compostos por sala comum, quartos de dormir, cozinhas, estendal, casas de banhos e varandas, medindo **cento e vinte metros quadrados**, situado em Cumbém, freguesia e concelho de Santa Catarina - ilha de Santiago, confrontando do Norte com Via Pública, Sul com lote número 69, Este com via pública e Oeste com lote número 62, omissos nas Conservatórias dos Registos Predial de Santa Catarina e da Praia, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Catarina sob o número **40560/0**, com o valor matricial de oito milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta escudos.

Que o prédio se encontra descrito na Conservatória dos registos de Santa Catarina, sob o número 84/20140213, com aquisição registada a favor da Câmara Municipal de Santa Catarina, sob a cota G- 1(87), Ap. 1/18-06-1991.

Que o dito prédio lhes veio à posse por compra do terreno, onde edificaram o prédio urbano, objeto de justificação, feita à Senhora **Ana Maria dos Santos Tavares**, no dia quatro de janeiro do ano dois mil e dois, pelo preço de cem mil escudos, sem que, no entanto, ficassem a dispor de título formal que lhes permita o respetivo registo na Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, mas desde logo entraram na posse e fruição do prédio, em nome próprio, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, desde o ano de dois mil e dois, portanto, **há mais de vinte anos**, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, construindo, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriram o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de inscrição no registo predial.

Notifiquei previamente o titular inscrito, nos termos do artigo 99º do Código do Notariado.

Mas, se informa que, nos termos do número 2 do artigo 101º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, interpor recurso hierárquico ou impugnação judicial da referida escritura de Justificação Notarial, no prazo de quarenta e cinco dias a contar da segunda publicação do extrato no jornal.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Catarina, no primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e quatro.

Emol:1.000.00

Imp. de selo: ...200.00

Total: 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº: 735490/2024



DGRNI, Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Santa Catarina, Palácio da Justiça RC/ Direito - Avenida da Liberdade-Assomada, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 265 54 99 /VOIP (333) 6932. (333) 6933, Email: Cartoriosantacatarina@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50- 1ª Série, que no dia onze do mês de Julho do ano dois mil e vinte e quatro, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário em Acumulação, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número quatro, de folhas onze a treze. a escritura de Justificação Notarial, na qual, **ANA VANDA PIRES DA FONSECA**, contribuinte fiscal número um, três, um, dois, nove, cinco, zero, três, nove, casada com Anderson António Veiga dos Santos, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha do Fogo, residente nos Estados Unidos da América, se declara dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, do prédio urbano coberto de betão armado em fase de construção com rés-do-chão com pátio, varanda, sala de estar, cozinha, sala jantar, serviços, garagem, hall, WC, suite, WC, e caixa escada que dá acesso ao primeiro piso com hall, sala TV, apoio, escritório, WC, suite, dois quartos, WC e caixa escada que dá acesso ao terraço de lazer, situado em Dacabalaio, ilha do Fogo, construído no terreno com área de **trezentos e noventa e um vírgula seis metros quadrados**, confrontando do Norte com terreno de cultivo/privado, do Sul com estrada nacional, do Este com ribeira e do Oeste com Dany Pires Fonseca, com valor matricial total de quatro milhões de escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Catarina do Fogo sob o número 2778/0. omissos nesta Conservatória/Cartório.

Que, o referido prédio foi construído de raiz pela justificante, com recurso a seu material e dinheiro num terreno, que lhe foi doado verbalmente no ano dois mil e oito, pelo seu pai João José Fonseca. Que, entretanto, a natureza meramente particular do contrato impossibilita-a de fazer a primeira inscrição no registo predial, visto que não há título que comprove a correspondente transmissão.

Que, após a doação do terreno, a justificante entrou na posse do mesmo, posse essa que dura há cerca de quinze anos, e sempre exercida pela justificante sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, pagando as respetivas contribuições e impostos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina, aos onze de Julho de dois mil e vinte e quatro.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 741940 Conta sob o n.º 202400221

O Conservador/Notário, Ps.
/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de Santa Catarina do Fogo, Santa Catarina Fogo, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 282 10 50/VOIP (333) 8243, (333) 8283, Email: Conservatoria.CartorioSCFogo@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



Primeiro Cartório Notarial da Praia
Notária: Joselene Safira do Souto Andrade Gomes

EXTRACTO

CERTIFICO narrativamente para efeitos da **Primeira** publicação, nos termos do artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia 24.07.2024, de folhas 50 a 51 do livro de notas para escrituras diversas número 332 deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma **Escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de Luiz Tavares Moreira**, que também usou **Luiz Tavares Moreira**, nos termos seguintes:

1. Que têm perfeito conhecimento que no dia **quinze de fevereiro de dois mil e vinte e um**, em sua residência em Champs-Sur-Marne (Seine-Et-Marne), França, faleceu **Luiz Tavares Moreira**, que também usou **Luiz Tavares Moreira**, aos noventa e sete anos de idade, no estado civil de casado sob o regime de comunhão geral de bens com Maria Lopes Carvalho, natural que foi da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, filho de Manuel José Moreira e de Maria da Silva, que teve a sua última residência habitual em Champs-Sur-Marne (Seine-Et-Marne), França.

2. Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros, os seus filhos:

a) **Fernanda Moniz Moreira**, casada com Afonso Semedo, Brito, natural da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, residente em França.

b) **João António Moniz Moreira**, solteiro, maior, natural da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, residente em França.

c) **Guilhermina Moniz Moreira Lopes**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com Carlos Alberto Pereira Lopes, natural da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, residente em França.

d) **Simão Manuel Moniz Moreira**, solteiro, maior, natural da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, residente em França.

e) **Jeremias de Carvalho Moreira**, solteiro, maior, natural da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, residente em França.

f) **Manuel José Moniz Moreira**, solteiro, maior, natural da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, residente em França.

3. Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei nº 9/2010, de 29 de março.

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, em 24 de julho de 2024.

A Notária

/Joselene Safira do Souto Andrade Gomes/

CONTA: 752265/2024

Art. 20º 4.2..... 1000\$00

Selo do Acto..... 200\$00

Total..... 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos.

Primeiro Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Joselene Safira do Souto Andrade Gomes NIF-353331112



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto. B.O. nº 50-1ª Série, que no dia quinze do mês de Julho do ano dois mil e vinte e quatro, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário por substituição, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e dois, de folhas quarenta e dois a quarenta e três, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia vinte e quatro do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte e três, num domicílio em Cabeça do Monte, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, onde teve a última residência habitual, faleceu **MARIA DA LUZ GARCIA FERREIRA CARDOSO**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de solteira.

Que a falecida não deixou descendentes e nem fez testamento ou qual-

quer outra disposição de última vontade, tendo deixado como única herdeira legitimária, a sua mãe, **Joana Garcia**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, onde reside em Cabeça do Monte.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram à mencionada herdeira ou que com ela possam concorrer na sucessão à herança da referida **Maria da Luz Garcia Ferreira Cardoso**.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos dezasseis de Julho de dois mil e vinte e quatro.

Art. 20.º. 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 744803

Conta sob o n.º 202402684

O Conservador/Notário, P.
/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/VOIP (333) 8101, Email: ConservatoriaCartorioFogo@gov.cv



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



NOTÁRIO: Lic. José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de **segunda** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia onze de Julho de dois mil e vinte e quatro, de folhas 23, no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário, Lic. **José Ulisses Fortes Furtado**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Armanda Tavares Gonçalves**, falecida no dia vinte e seis de Janeiro de mil novecentos e noventa e nove, no estado de viúva, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em Achada Moirão, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Maria Tavares Gonçalves**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **Domingos de Carvalho Varela**, natural de freguesia

de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Portugal e **João Lopes Gonçalves**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França.

E, não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do **“de cujus”**.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos onze dias do mês de Julho do ano dois mil e vinte e quatro.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 742144/2024.

O NOTÁRIO,
/José Ulisses Fortes Furtado/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/- Cidade do Tarrafal - Santiago, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: ConservatoriaCartorioTS@gov.cv



Ministério
da Justiça
Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. no 50 Iª Série, que no dia dezasseis do mês de Julho do ano dois mil e vinte e quatro, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário em Acumulação, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e dois, de folhas quarenta e nove verso a cinquenta e um verso, a escritura de Justificação Notarial, na qual, **JOSÉ FLÁVIO PONTES**, contribuinte fiscal número um, nove, sete, zero, um, nove, seis, nove, dois, solteiro, maior, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, residente nos Estados Unidos da América, se declara dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, do prédio urbano, que se compõe em um lote de terreno para a construção urbana, identificado pelo número 7, da Quadra E, situado em Xaguete de Cima, ilha do Fogo, com a área de **duzentos e vinte e dois vírgula noventa e dois metros quadrados**, confrontando do Norte e Sul com via pública, do Este com lote número E8, e do Oeste com lote número E6, com valor matricial de trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e setenta e dois escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número **7642/0**, omissa nesta Conservatória/Cartório.

Que, o referido prédio foi adquirido pelo justificante, por compra efetuada à Câmara Municipal de São Filipe, celebrada por escritura pública em meados do ano dois mil e sete, pelo preço de trezentos e cinquenta e nove mil, cento e setenta e dois escudos. Que, todavia, e apesar das buscas efetuadas pelo justificante junto da Câmara Municipal de São Filipe, não conseguiu encontrar a escritura que titula esse contrato, impossibilitando-o, assim de fazer a primeira inscrição no registo predial, por falta de título que comprove a correspondente transmissão.

Que, após a compra, o justificante entrou na posse do referido prédio, posse essa que dura há mais de dezassete anos, e sempre exercida pelo justificante sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos dezasseis de Julho de dois mil e vinte e quatro.

Art. 20.º 4.2..... 1.000\$00
Selo do acto..... 200\$00
Soma:..... 1.200\$00

Processo n.º 745571
Conta sob o n.º 202402889

O Conservador/Notário, Ps
/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/
(7330)

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54 / VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.CartorioFogo@gov.cv



Ministério
da Justiça
Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente para efeitos da **Primeira** publicação, nos termos do disposto no artigo 86º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50- Iª Série, que no dia vinte e três de julho de dois mil e vinte e quatro, de folhas 60v a 61 do livro de notas número D/79, deste Cartório Notarial, a meu cargo, Lic. José Manuel Santos Fernandes, foi exarada uma escritura de Justificação Notarial, no qual, Elsa Almeida Lima, solteira, maior, contribuinte fiscal número um dois cinco oito nove um seis zero um, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, com residência habitual nesta cidade do Mindelo, declara com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora de um veículo automóvel da marca Kia, modelo Sportage, ligeiro, ano de fabrico 2000, cor Grena Metalizado, com matrícula número ST-55-JK, a que atribui o valor de um milhão de escudos.

Que o dito automóvel está registado desde dois mil e sete na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia a favor de Ana Maria Cabral no livro IP número 12 sob o número 1844. - Que, o referido veículo foi por ela adquirido por contrato particular, pelo preço de oitocentos mil escudos, no ano de dois mil e catorze, a Ana Ma-

ria Cabral, por intermédio do seu pai, enquanto representante legal desta, residente em parte incerta, não sendo possível obter título formal comprovativo dessa transmissão. Que ela justificante possui o veículo desde então, de forma ininterrupta, sem violência ou oposição de quem quer que seja e à vista de toda gente, cuidando-o e mantendo-o em circulação, pagando os impostos de circulação e apólice de seguros. Que, deste modo, a justificante possui tal veículo automóvel em nome próprio há mais de dez anos, de boa fé, continua, pacífica e publicamente, pelo que adquiriu a respetiva propriedade por usucapião.

Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, aos 23 de julho de 2024.

Conta: 202438911/2024 Proc. 752665

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo.....200\$00

Total.....1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos e

O Notário
Juzentos e

1º Cartório Notarial de São Vicente, Voip-3104- Alto São Nicolau, Notário. Lic. José Manuel Santos Fernandes



Ministério
da Justiça
Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, B.O. nº 50- Iª Série, que no dia 17/07/2024, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 11, a folhas 22 à 22 verso uma escritura de habilitação de herdeiros, no qual foi declarado:

Que no dia vinte e um de janeiro de dois mil e vinte e três, faleceu em França **Suzana dos Santos**, de sessenta e três anos de idade, no estado viúva, que foi natural da freguesia de Santo António das Pombas, Concelho do Paul, com última residência habitual em França. Que a falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como único herdeiro, o seu irmão **António Herculano dos Santos**, casado, conforme declara, com **Maria dos Reis Lima Santos**, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural desta freguesia e concelho e residente em Holanda.

Que, não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram ao mencionado herdeiro ou com ele possa

concorrer na sucessão à herança da referida.

Mais se informa que, nos termos do nº5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, aos vinte e quatro do mês de julho de dois mil e vinte e quatro.

CONTA:.

Art.20.4.2..... 1.000\$00

Imposto de Selo..... 200\$00

Total1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)

Reg, sob o nº 630/2024

A Conservadora-Notária Por Acumulação
/Djamila Rocha Delgado/
PAUL-STO ANTONIO

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83 / VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv



Ministério
da Justiça
Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



Conservadora-Notária: **Alicia Patrícia da Cruz da Luz**

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de **primeira publicação**, nos termos do disposto no artigo 86º - A do Código do Notariado, que no dia 18 de julho de 2024, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número **trinta e nove**, de folhas **51 a 51 verso**, uma escritura de habilitação de herdeiros, na qual foi declarado: Que no dia quinze de junho de dois mil e dezanove, faleceu em Bairro, Cidade do Porto Novo, freguesia de São João Baptista, Concelho do Porto Novo, **Antónia Ana Rocha**, no estado de viúva, filha de Ana Maria Rocha, natural da freguesia de Santo Crucifixo, concelho da Ribeira Grande, com última residência habitual em Bairro, Cidade do Porto Novo. Que a falecida não deixou descendentes ou ascendentes legítimos e fez um testamento outorgado em três de setembro de mil e novecentos e oitenta e dois, na então Delegação dos Registos e Notariado do Porto Novo, onde instituiu sua herdeira universal, **Arlinda Silva Monteiro**, divorcia-

da, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, filha de Victor Domingos Monteiro e de Joana Andreza Silva, residente em holanda.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, preferiam à instituída herdeira ou com ela possam concorrer na sucessão à herança da falecida.

Mais se informa que nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, 18 de julho de 2024.

Conta nº 1098/2024.

Importa em mil e duzentos escudos

A Conservadora-Notária,

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, Alto Peixinho – Cidade do Porto Novo, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 222 11 41/VOIP (333) 2202, (333) 2201, Email: Conservatoria.CartorioPN@gov.cv



TABELA DE PREÇOS*

Classificados

- Anúncios com logos a cores para mais facilmente identificar o anunciante.
- Anúncios judiciais cuidadosamente publicados para serem legíveis

IMPRESSO			
Páginas	Dimensão	Valor (CVE)	
		Empresa	Particular
1	25,9 x 31,5 cm	35.000,00	26.000,00
1/2	25,9 x 16,2 cm	18.500,00	14.000,00
3/8	12,9 x 23,5 cm	12.500,00	9.800,00
1/4	12,9 x 16,2 cm	9.500,00	7.800,00
1/8	12,9 x 7,8 cm	5.000,00	4.500,00

* Os preços incluem IVA

ONLINE

Comunicados e anúncios: condições especiais podem ser negociadas.

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)

www.anacao.cv/como-anunciar

email: comercial.grupoalfacv@gmail.com



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 25 de Julho

AFRICANA

AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

AVENIDA

Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

SEXTA - 26 de Julho

AVENIDA

Fazenda - T: 261 36 90

NENA

Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

SÁBADO - 27 de Julho

SANTA ISABEL

Largo Europa - Tel: 262 37 47

HIGIENE

Mindelo - T: 231 00 06

DOMINGO 28 de Julho

SÃO FILIPE

Ach. São Filipe - T: 264 72 56

JOVEM

Mindelo - T: 232 45 30

SEGUNDA - 29 de Julho

UNIVERSAL

Avenida Santiago - T: 262 93 98

MINDELO

Mindelo - T: 232 74 65

TERÇA - 30 de Julho

FARMÁCIA 2000

Achadinha Baixo - T: 261 56 55

AVENIDA

Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

QUARTA - 31 de Julho

MODERNA

Plateau - T: 261 27 19

NENA

Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11